



laços

ANA BEATRIZ DE MEDEIROS MOURA

laços

Uma proposta de revitalização para o Centro
Comunitário do Bairro Ernesto Geisel

Trabalho de conclusão de graduação apresentado ao
curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Federal da Paraíba (UFPB), como requisito à obtenção
de título de bacharel.

Orientado pela Profa. Dra. Amélia Farias Panet Barros

João Pessoa -PB
Novembro, 2023

Laços

Uma proposta de revitalização para o Centro
Comunitário do Bairro Ernesto Geisel

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Amélia Farias Panet Barros - *orientadora*

Profa. Dra. Paula Dieb Martins

Profa. Dra. Isabel Amalia Medero Rocha

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M9291 Moura, Ana Beatriz de Medeiros.

Laços: Uma proposta de revitalização para o Centro
Comunitário do bairro Ernesto Geisel / Ana Beatriz de
Medeiros Moura. - João Pessoa, 2023.
134 f. : il.

Orientação: Amélia de Farias Panet Barros.
TCC (Graduação) - UFPB/CT.

1. conjunto habitacional. 2. centro comunitário. 3.
desenvolvimento socioespacial. I. Barros, Amélia de
Farias Panet. II. Título.

UFPB/CT/BSCT

CDU 72:711(043.2)

"Para ser um bom arquiteto, você precisa amar as pessoas. Porque arquitetura é uma arte aplicada e lida com a moldura da vida das pessoas. Os edifícios emolduram nossas vidas."

Ralph Erskine

resumo

Em meio ao acelerado processo de urbanização brasileiro e o regime político militar no Brasil no século XX, a cidade de João Pessoa foi marcada pela construção de conjuntos habitacionais localizados distantes dos centros urbanos, apresentando carência de infraestrutura. Esta realidade ocorreu no bairro Ernesto Geisel, marcado até os dias pelas problemáticas de sua implantação apesar do exponencial desenvolvimento como polo atrativo da zona sul nos últimos anos. Ao longo da sua trajetória histórica, o Centro Comunitário atuou como agente impulsionador por vários anos, todavia, com o seu declínio, observa-se uma subutilização do seu lote e equipamentos públicos do entorno. Diante dessa problemática, este trabalho tem como objetivo desenvolver um anteprojeto de arquitetura do Centro Comunitário do bairro Ernesto Geisel, entendendo esta tipologia arquitetônica como uma estrutura polivalente na qual se desenvolvem serviços que tendem a constituir um pólo de animação com propósito de prevenção a problemas sociais e agentes de desenvolvimento local (Bonfim et al., 2000). Preocupando-se em alcançar um resultado eficiente e democrático, passou por etapas de estudo bibliográfico, compreensão territorial in loco da dinâmica urbana do bairro, para posterior elaboração projetual da edificação. Por fim, foi possível propor um anteprojeto arquitetônico somado a ensaios de intervenções de humanização das áreas de entorno, concluindo que a materialização destas ações resultam em uma real integração da área como polo central de educação, esporte, cultura e lazer para todo o bairro e regiões adjacentes.

Palavras-chave:conjunto habitacional; centro comunitário; desenvolvimento socioespacial.

abstract

Amidst the accelerated Brazilian urbanization process and the military political regime in Brazil in the 20th century, the city of João Pessoa was marked by the construction of housing complexes located far from urban centers, presenting a lack of infrastructure. This reality occurred in the Ernesto Geisel neighborhood, marked to this day by the problems of its implementation despite the exponential development as an attractive hub in the south zone in recent years. Throughout its historical trajectory, the Community Center acted as a driving agent for several years. Today, with its decline, there is an underutilization of its lot and surrounding public facilities. Faced with this problem, this work aims to develop a preliminary architectural project for the Community Center of the Ernesto Geisel neighborhood, understanding this architectural typology as a multipurpose structure in which services are developed that tend to constitute a center of animation with the purpose of preventing social problems. and local development agents (Bonfim et al., 2000). Concerned with achieving an efficient and democratic result, it went through stages of bibliographical study, on-site territorial understanding of the urban dynamics of the neighborhood, for subsequent design development of the building. Finally, it was possible to propose an innovative preliminary project combined with tests of humanization disciplines in the surrounding areas, concluding that the materialization of these actions resulted in a real integration of the area as a central hub of education, sport, culture and leisure for the entire neighborhood and adjacent regions.

Keywords:housing complex; community Center; socio-spatial development.

sumário

1 INTRODUÇÃO

- Apresentação e delimitação do problema
- Justificativa
- Objetivo Geral
- Objetivos específicos

2 ETAPAS DO TRABALHO

3 REFERENCIAL TEÓRICO

- O Direito à cidade
- O papel social dos espaços públicos
- A função social da arquitetura
- O centro comunitário

4 REFERENCIAL PROJETUAL

- Goethe Institut Dakar
- SESC Pompéia
- Arena do Morro

5 COMPREENSÃO TERRITORIAL: a cidade, o bairro, o centro comunitário

- Entendendo a história nacional
- A cidade de João Pessoa-PB
- O bairro Ernesto Geisel
- A situação atual
- O centro comunitário

6 ESTUDOS PRÉ-PROJETUAIS

- Perfil dos usuários
- Estudo das condicionantes
- Conceito
- Programa arquitetônico

7 CONCEPÇÃO DO PROJETO

- Setorização
- Partido
- Agenciamento e Implantação
- Ambientes Internos
- Cortes
- Fachadas

- Sistemas Construtivos

8 ENSAIOS PROPOSITIVOS

9 IMAGENS DO PROJETO

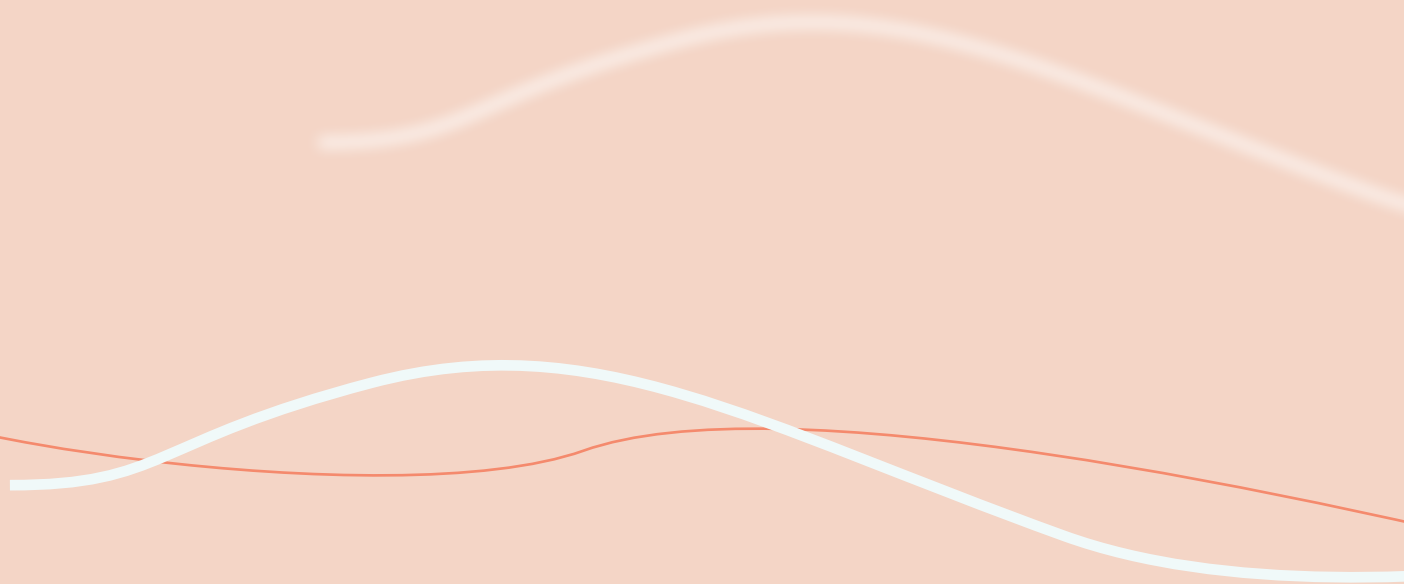
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

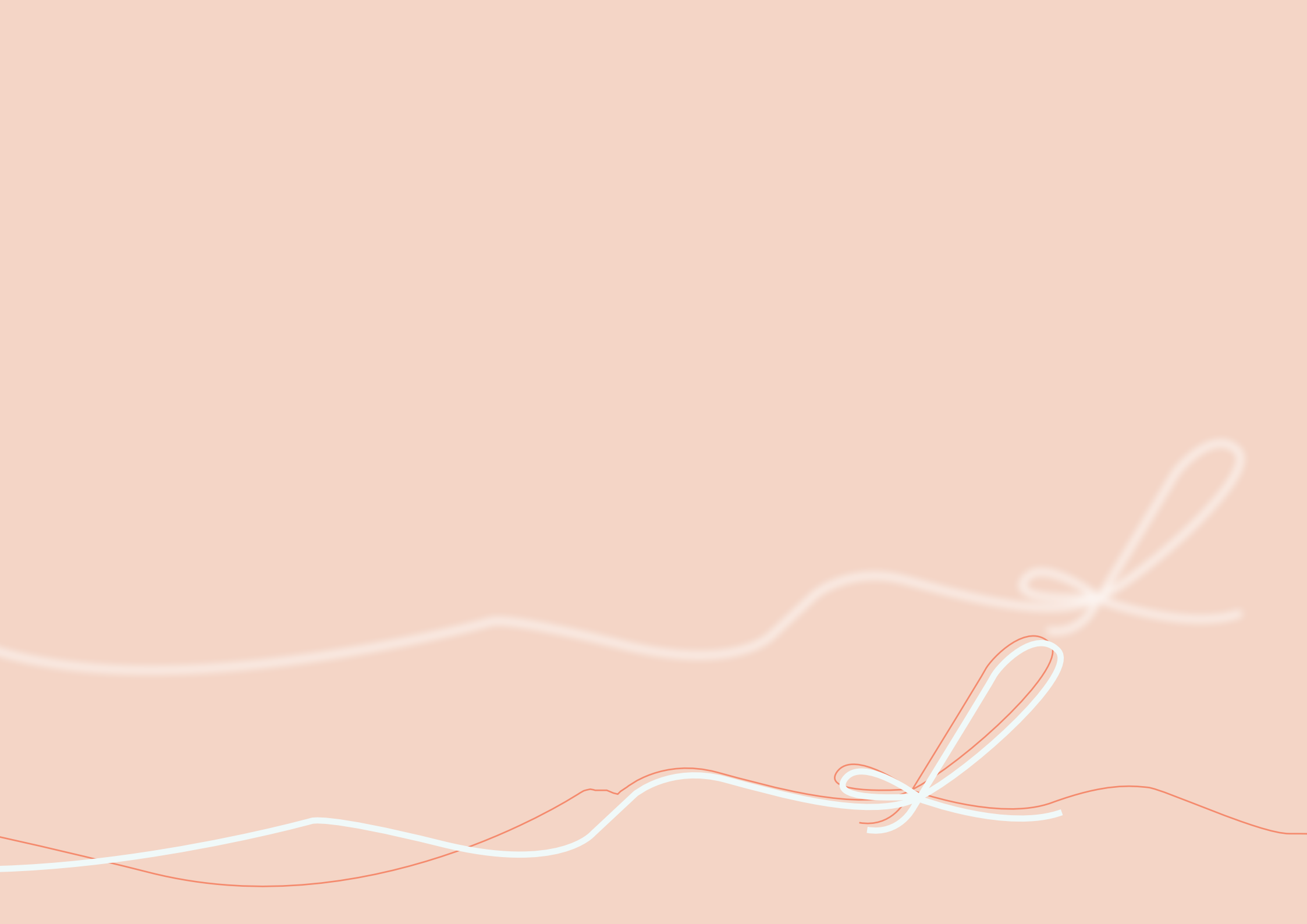
11 REFERÊNCIAS





introdução





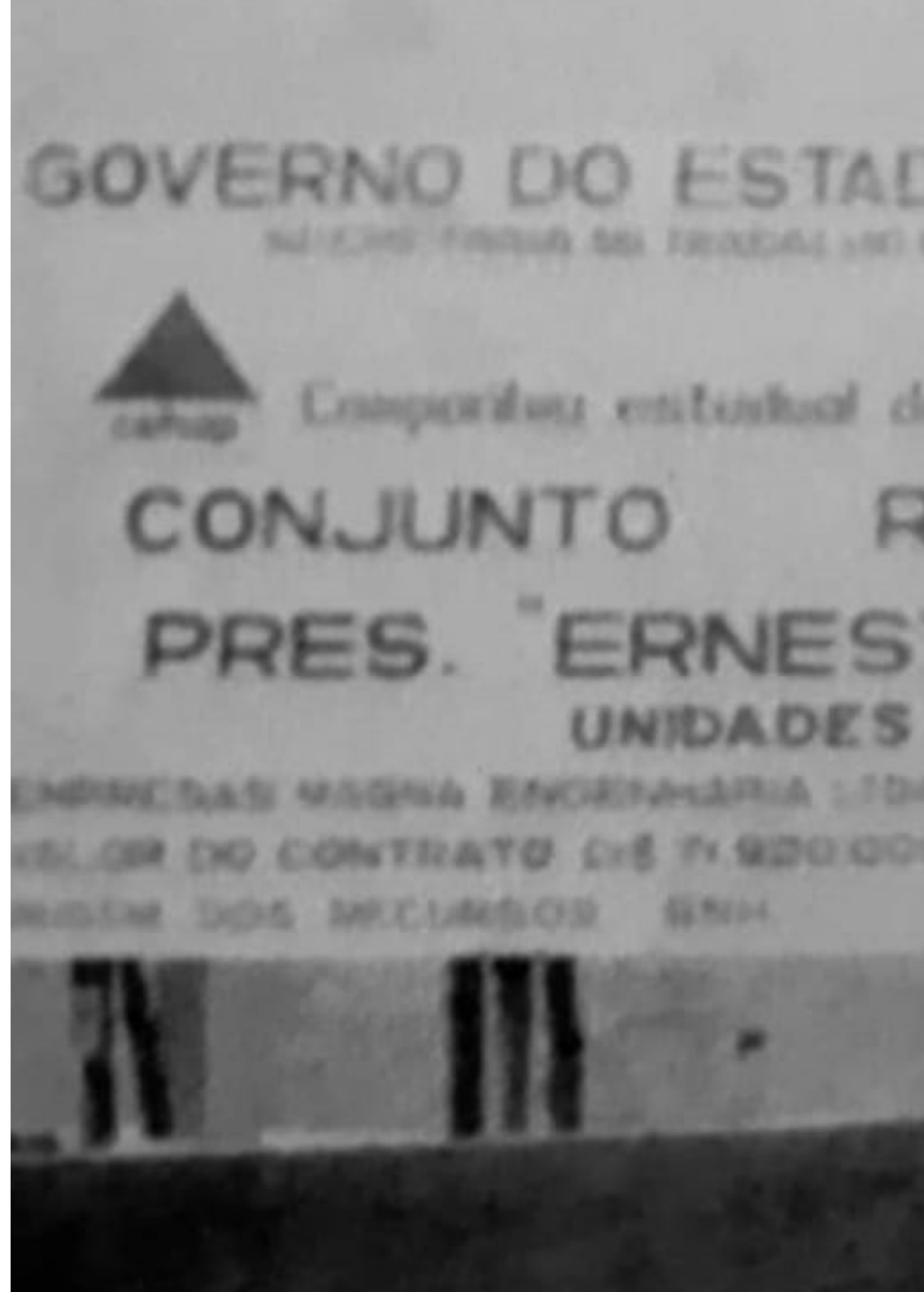
apresentação e delimitação do problema

De acordo com Cavalcanti (1999) após 1964 a política do Banco Nacional de Habitação (BNH) no cenário nacional desencadeou um processo de reformulação do espaço urbano, havendo a construção de conjuntos habitacionais periféricos que incentivaram a ocupação de terras intersticiais entre o centro e a periferia.

Na cidade de João Pessoa-PB, houve uma ação política de investimentos voltados ao adensamento da Zona Sul da cidade a partir de meados de 1960, com a construção de conjuntos habitacionais financiados pelo BNH (RODRIGUES, 2011). De acordo com Cavalcanti (1999), estes conjuntos habitacionais foram entregues a população com baixo nível de infra-estrutura, como: falta de pavimentação, transportes urbanos coletivos precários, falta de saneamento básico, precário abastecimento de água, além de uma localização periférica perante a cidade. O que causou insatisfação na população e aceleração no processo de favelização (LEITE, 2011).

Neste contexto, o Conjunto Habitacional Ernesto Geisel foi entregue aos moradores em 1978 e fez parte da terceira geração (1975-1979) de conjuntos habitacionais financiados pelo SFH (Sistema Financeiro de Habitação) em João Pessoa. Ele contava com 1800 habitações e a configuração de espaços não teve nenhuma intenção explícita, por parte dos autores do projeto, de potencializar as relações de convívio entre os moradores a partir dos espaços coletivos baseados em unidades de vizinhança (SILVA, 2005). Ainda assim, seu planejamento contou com a inserção de equipamentos públicos como escolas, creches, praças, posto de saúde, um campo de futebol, um centro comercial e um centro social.

Este centro social foi entregue junto ao bairro em agosto de 1978, tendo o terreno cedido no ano de 1992 pela Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP) como Centro Comunitário Presidente Ernesto Geisel, sob contrato de comodato que firma o empréstimo do imóvel mediante cláusulas com prazo de vigência indeterminados, contanto que esteja cumprindo





uma função social perante a comunidade (NASCIMENTO, 2018). Desde então, possui um CNPJ de natureza jurídica de associação privativa com a qualificação de atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte.

Bonfim et al. (2000), define a instituição Centro Comunitário como uma estrutura polivalente na qual se desenvolvem serviços que tendem a constituir um pólo de animação com propósito de prevenção a problemas sociais e agentes de desenvolvimento local.

Assim o Centro Comunitário do bairro Ernesto Geisel funcionou ativamente por cerca de 35 anos, amparado na existência de uma associação dos moradores que tinha a incumbência de administrar as atividades e auxiliar nas problemáticas da sociedade local. Ocorrendo reuniões e plenárias periodicamente, em um espaço multiuso, que oferecia cursos profissionalizantes de curta duração e, conforme horários pré-determinados, funcionava como sede da rádio comunitária Zumbi dos Palmares, sede da associação de mães dos bairro, palco de atividades culturais de ensaios e apresentações de grupos musicais ou de dança, além da realização de eventos que estreitaram as relações de vizinhança, como a festa de aniversário do bairro ou os torneios esportivos no campo e quadra existentes.

No entanto, com a suspensão da última eleição para presidente da associação dos moradores no ano de 2013, houve um declínio das atividades no local, levando a um esvaziamento de todo o entorno do lote. Apesar de estar ladeado por outros equipamentos públicos (praça, escola, academia de saúde e unidade básica de saúde), o que se observa é que em determinados horários do dia, especialmente à noite, a falta de infraestrutura e iluminação propicia a utilização do local para o consumo de substâncias ilícitas e afasta os demais moradores do entorno.

Souza (2019) aponta que os vazios urbanos não são apenas terrenos vazios, podendo ser também estruturas edificadas que se encontram subutilizadas, vazias e ociosas, sem cumprir com sua função social. E é neste contexto em que se encontra o lote do Centro Comunitário do Geisel: uma edificação subutilizada, com estrutura deteriorada, mas que possui um potencial de transformação, dada a importância histórica coletiva perante o

cenário do bairro.

Neves (2015) aponta que os equipamentos urbanos comunitários têm grande potencial de ordenamento urbano e estruturação de aglomerados humanos, já que por meio deles é possível criar ambientes com maior qualidade socioespacial, sendo determinante para o bem-estar social e uma estrutura de apoio ao desenvolvimento econômico.

Diante disso, este trabalho busca compreender as dinâmicas do bairro para propor uma transformação arquitetônica da edificação existente, que seja capaz de potencializar as vocações existentes e criar condições para o desenvolvimento de atividades favoráveis à vitalidade do entorno. A finalidade é revelar este espaço como uma nova centralidade, não apenas pela sua localização geográfica no coração do bairro, mas como um equipamento capaz de mobilizar e fomentar dinâmicas sociais que contribuam efetivamente com a vitalidade do bairro. Segundo Figueiredo (2019) esta integração com o entorno é de extrema importância para um centro comunitário, já que é um polo gerador de atração próximo a outros equipamentos, devendo possuir fluidez no acesso e circulação de pessoas por suas áreas não edificadas.

Cabe destacar que, embora a edificação construída fosse utilizada para diversas atividades, seu projeto consiste em um espaço simples, de possibilidades limitadas. Com uma melhor setorização o espaço pode oferecer ainda mais serviços voltados para a comunidade. Para isso, assim como aponta Figueiredo (2019), é necessário realizar uma ampla pesquisa para compreender não apenas o objeto de intervenção, como seu entorno imediato, de forma que seja possível perceber se as funções anteriormente atribuídas eram necessárias para a comunidade, de que forma atuava e posteriormente definir quais parâmetros serão adotados.



figura 02: esquema da situação atual do objeto de estudo.
fonte: elaboração própria, 2023

justificativa

O Centro Comunitário do bairro Ernesto Geisel, atualmente é um grande lote que encontra-se em estado de degradação e abandono, apresentando um edifício com problemas estruturais e de pouco valor arquitetônico. Todavia, outrora já teve um importante papel para os moradores do bairro, sendo um local de atuação da associação dos moradores e um polo de acesso público que reunia diversas atividades em uma centralidade do bairro. Caracterizando-se atualmente, por uma carência de espaços públicos de qualidade no próprio bairro e em seus adjacentes. Desse modo, a requalificação deste espaço demonstra-se imprescindível para oferecer ambientes qualificados para o desenvolvimento das atividades locais, além de estreitar as relações de vizinhança e o sentimento de pertencimento dos moradores. Já que este tipo de projeto visa proporcionar a democratização da arquitetura e da cidade, que segundo Maricato (2019) pode fazer uma enorme diferença na vida de grande parte da população urbana, assim como na atuação profissional dos arquitetos.



figura 03: colagem de eventos do centro comunitário.
fonte: facebook (editado pela autora), 2023.

objetivo geral

Desenvolver um anteprojeto de arquitetura do Centro Comunitário do bairro Ernesto Geisel.

objetivos específicos

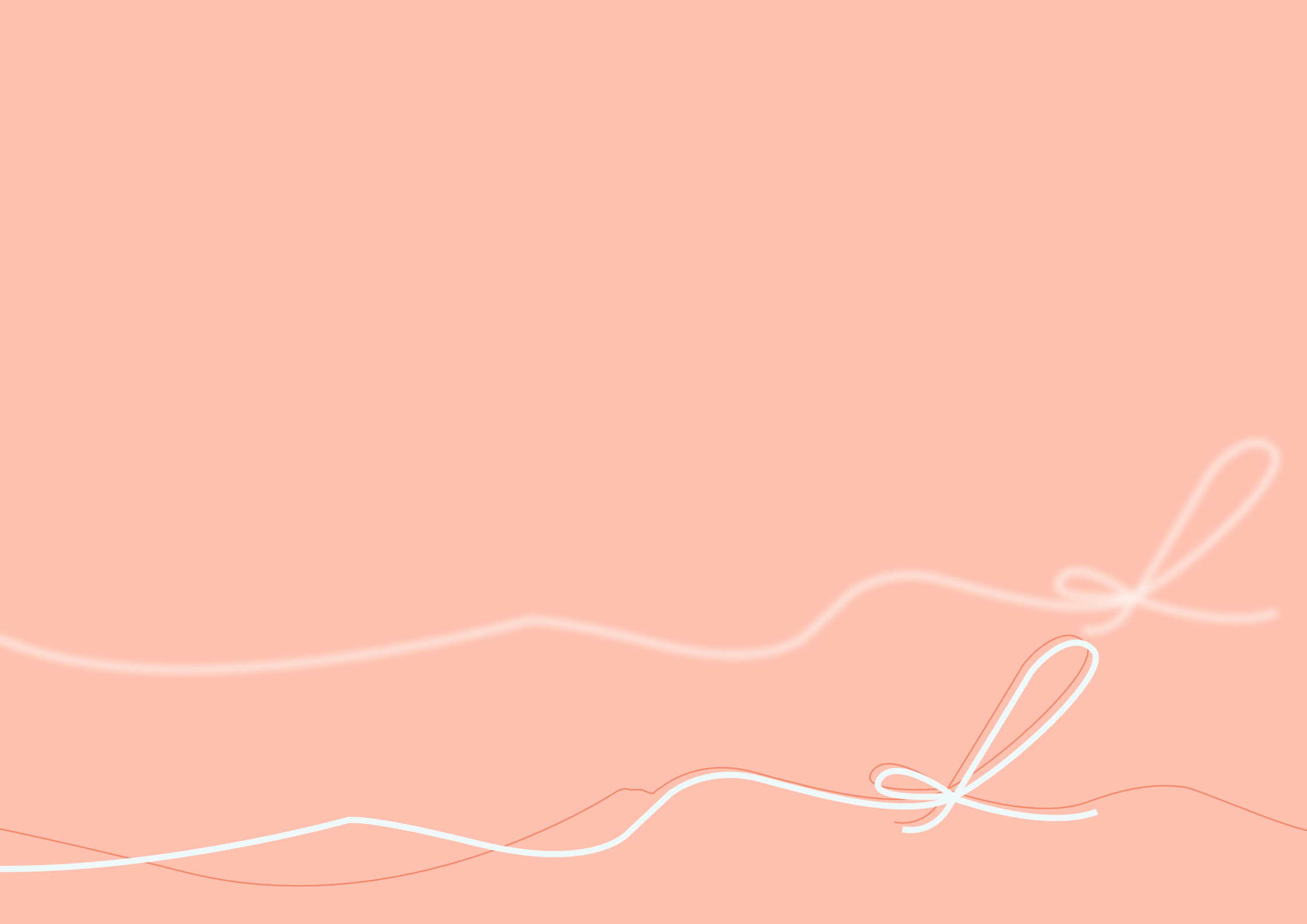
1. Discutir os conceitos relacionados a influência da arquitetura enquanto função social de transformações urbanas perante a garantia do Direito à cidade.
2. Entender os conceitos e diretrizes da tipologia do Centro Comunitário enquanto edificação no espaço público;
3. Compreender o contexto de construção dos conjuntos habitacionais na ditadura militar na cidade de João Pessoa-PB;
4. Compreender as características históricas e urbanas do bairro Ernesto Geisel, discutindo o papel social do Centro Comunitário na sua trajetória até os dias atuais.
5. Identificar a demanda do bairro Ernesto Geisel e áreas vizinhas para realizar o projeto do Centro Comunitário;
6. Elaborar diretrizes projetuais para integrar o projeto ao contexto urbano do bairro;
7. Realizar ensaios de intervenções de integração da edificação proposta com o entorno imediato.



imagem ilustrativa
fonte: archdaily



etapas do trabalho



A metodologia do presente trabalho consistiu no estudo teórico e na elaboração de um anteprojeto arquitetônico. Para isso, seguiu as seguintes etapas:



REFERENCIAL TEÓRICO

Consistiu na realização da pesquisa bibliográfica acerca dos temas pertinentes ao trabalho, tais como a garantia do Direito à cidade abordado por Lefebvre (2011), e a função social dos espaços públicos e da arquitetura perante o contexto urbano de desigualdade socioespacial.

Estes temas serviram de embasamento para compreensão dos equipamentos comunitários enquanto agentes transformadores dos espaços, levando a uma pesquisa acerca da tipologia do Centro Comunitário e as recomendações para alcançar um projeto de qualidade.

REFERENCIAL PROJETUAL

Refere-se ao estudo de projetos correlatos que apresentam aspectos que influenciarão no projeto, com abrangência internacional, nacional e regional.



A etapa primordialmente de diagnóstico, faz a investigação do contexto urbano nas escalas da cidade, do bairro e do objeto de estudo. Para isso, inicia com a busca da trajetória histórica acerca da ocupação territorial de Joã Pessoa-PB e o avanço no desenvolvimento do bairro Ernesto Geisel, com base em autores referência, como Lavieri e Lavieri (1999), Cavalcanti

(1999), e Bonates (2009). Além da busca por materiais físicos de implantação no órgão responsável pela construção do conjunto habitacional inicial (CEHAP).

Posteriormente, a compreensão do contexto atual foi dada a partir de elaboração de mapas urbanísticos, estudo da dinâmica urbana com base em observação e entrevistas com moradores locais não identificados nesta pesquisa.



Compreende na fase de estudo preliminar relativo à construção do programa arquitetônico, como: o perfil dos usuários, estudo das condicionantes físico-climáticas e legais do terreno.

Com isso, é possível elaborar o conceito e partido projetual, definir as diretrizes na escala da edificação e de integração com o entorno, somado a construção do programa de necessidades e pré-dimensionamento previstos para o projeto final.



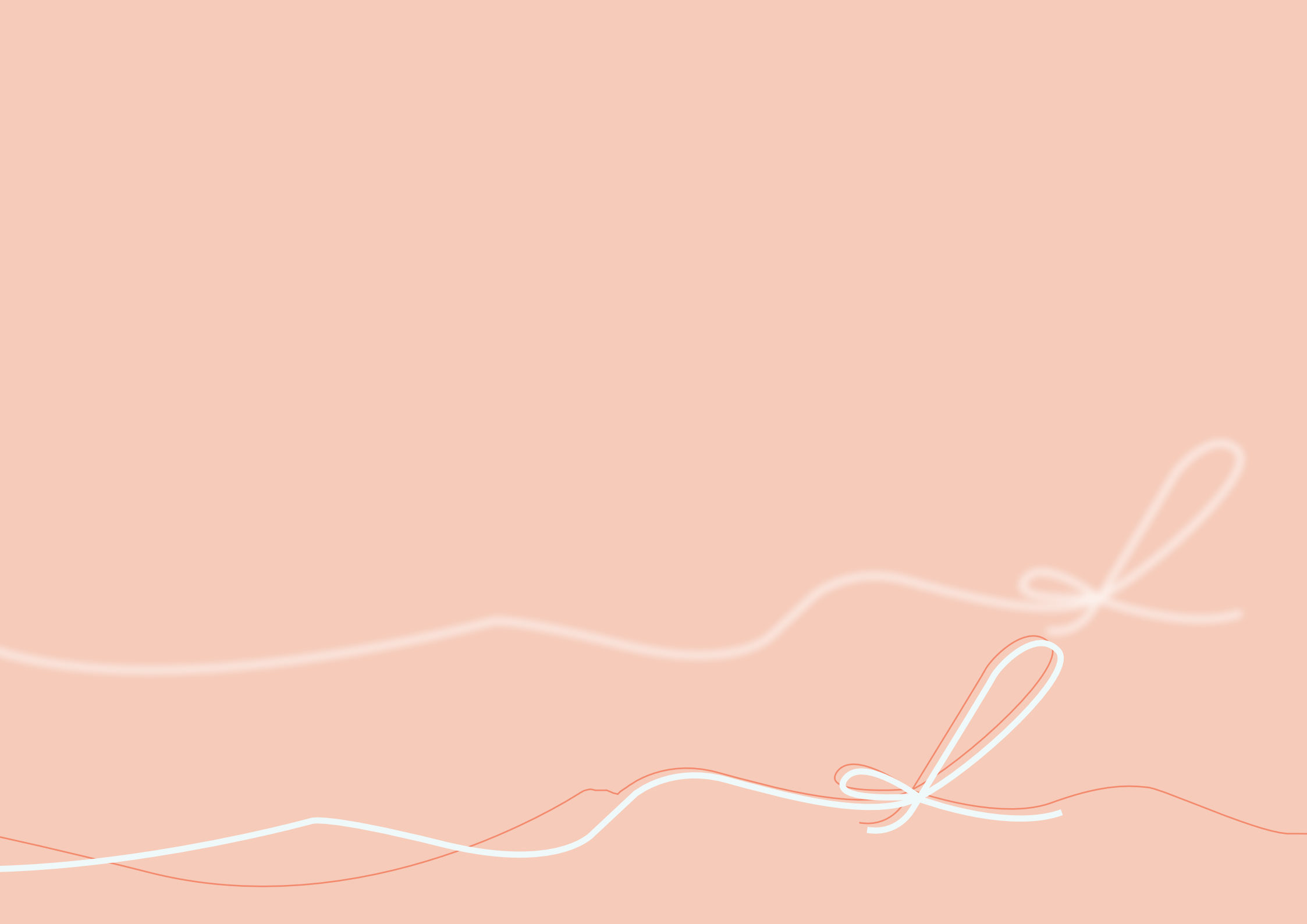
Proposição do produto projetual para edificação do Centro Comunitário e do campo de futebol situados no lote atual.

Posterior ensaio de intervenções de integração com os equipamentos públicos no entorno do lote, realizadas por meio de colagens de imagens do Google Maps.





referencial teórico



o direito à cidade

Considerando as cidades enquanto palco principal de transformações sociais e luta de interesses, entende-se que estas, causam um crescente impacto articulado à vida dos indivíduos inseridos em seu contexto, ocorrendo de forma desigual em função de fatores sociais, políticos e econômicos (Torres, 2020). Este fato, levou ao crescente estudo e debate acerca da cidade e os diversos interesses inseridos na vida urbana. Assim, surgiu a clássica obra de Henri Lefebvre, “*Le Droit à la ville*” (Direito à cidade), em 1968, diante de um contexto de debates universitários e manifestações populares que ocorreram na França durante o século XX (Tavolari, 2016).

Nesta obra, Lefebvre lança uma hipótese pioneira, de que a urbanização não poderia ser entendida como resultado ou subproduto da industrialização; já que em uma trajetória histórica, a Cidade preexiste ao processo de industrialização. Trazendo assim, a ótica da luta de classes e do sistema capitalista como estruturadores do espaço urbano, apontando que “a luta de classes, hoje, mais do que nunca, se lê no espaço.” (2001, p.86).

Apesar do elevado contraste entre a riqueza e a pobreza, o autor aponta que os conflitos de interesses existentes não impedem o apego dos habitantes para com a Cidade, onde “no contexto urbano, as lutas de facções, de grupos, de classes, reforçam o sentimento de pertencer” (2001, p. 13). Assim como, não atrapalham a contribuição ativa para beleza da obra, já que a rivalidade política ou econômica, impulsionam os investimentos e o amor pela Cidade.

Desse modo, Lefebvre indica que o consumo da cidade e as lógicas do habitar encontram-se inseridos em um “racionalismo operacional sobre a cidade”, destacando o urbanismo dos “homens de boa vontade” - que está relacionado às figuras detentoras de conhecimento intelectual -, dos administradores do setor público e dos investidores financeiros.

Estes diferentes grupos detentores do planejamento urbano, atu-

am de diferentes formas, com objetivos e estratégias específicas (Barbosa, 2019), na qual Corrêa (1989) afirma que a complexa ação destes agentes deriva da dinâmica de acumulação do capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe emergentes.

Lefebvre (2001) apresenta então a cidade como centro da vida social e política, como uma Obra, com valor de uso e de troca. Todavia, a cidade e a realidade dependem do valor de uso, já que o valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização, tendem a fazer da cidade e a realidade urbana subordinadas a si.

Em relação aos conflitos e desigualdade socioespacial, Lefebvre enxerga-os como uma ameaça da vida urbana e destruidor da morfologia da cidade, identificando a classe operária como a maior prejudicada deste contexto:

Afastado da Cidade, o proletariado acabará de perder o sentido da obra. Afastado dos locais de produção, disponível para empresas esparsas a partir de um setor de habitat, o proletariado deixará se esfumar em sua consciência à capacidade criadora. A consciência urbana vai se dissipar. (LEFEBVRE, 2001, p.25)

Em experiências práticas, Lefebvre aponta que nesta periferização do proletariado, é possível haver crescimento da cidade sem desenvolvimento social, subordinando o desenvolvimento ao crescimento econômico. Isto se dá porque o desenvolvimento de uma sociedade só pode ser concebido na vida urbana. Esta vida urbana pressupõe encontros e confrontos das diferenças, dos conhecimentos e dos reconhecimentos recíprocos dos modos de viver, fazendo da cidade uma projeção da sociedade sobre os padrões que coexistem num local. O autor considera então que o direito à cidade deve ser compreendido como um apelo:

O direito à cidade se manifesta com forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (Lefebvre, 2001, p. 123)

De acordo com Oliveira e Borges (2018), o direito à cidade seria, portanto, o direito de usufruir do espaço urbano como o reino do uso e do encontro separados do valor de troca, do domínio econômico, do mercado e da mercadoria, exigindo o rompimento com a lógica capitalista de produção espacial.

Para Harvey (2014), a ideia de Lefebvre surge como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero. Na qual será possível praticá-la somente quando a política se concentrar na produção e reprodução da vida urbana como processo de trabalho essencial, capaz de transformar radicalmente a vida cotidiana, sobre o direito inalienável de criar uma cidade em concordância com seus verdadeiros desejos.

No contexto brasileiro, recebido em um contexto de Ditadura Militar (1964-1985), de acordo com Tavolari (2016), a recepção do livro de Lefebvre foi facilitada pela tradução nos anos seguintes. Havendo menção em Maricato (1979), onde ela defende a necessidade de ampliação da consciência do direito à terra para construir a consciência do direito à cidade, como uma maneira de renovar as reivindicações populares, já tendo em vista a Assembleia Nacional Constituinte. Maricato (1987) destaca ainda, a necessidade de pensar como a cidade é produzida de maneira desigual, devendo ser acessível a todos o direito à cidadania e a vida na cidade, o que segundo Tavolari (2016) seria uma demanda vinculada ao conceito de festa de Lefebvre. Estas questões perduraram pelas décadas de 1970 e 1980, graças ao acelerado processo de urbanização das cidades e posterior ampliação das reivindicações no âmbito acadêmico por cidadania e democracia (Instituto Pólis).

No âmbito constitucional, estas questões manifestam-se na legislação brasileira na Constituição de 1988, na qual o Capítulo II - Da Política Urbana, discorre que:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e



cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. (BRASIL, 1988).

Amplia a abrangência relativa a regulamentação dos dispositivos constitucionais e da efetivação das funções sociais da cidade em 2001, com a Lei Federal nº 10.257 -Estatuto da Cidade, incorporando o direito à terra urbana, ao saneamento, à infraestrutura, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer (Amanajás e Klug, 2018).

O Art. I desta lei, retoma os artigos 182 e 183 da Constituição de 1988, e em um parágrafo único “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (Brasil, 2001). Para isso, descreve uma série de diretrizes que visam alcançar “pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana” (Brasil, 2001).

Atualmente, além da sua proteção no Estatuto da Cidade, o direito à cidade tem referência em documentos produzidos em fóruns internacionais da sociedade, como a Carta Mundial pelo Direito à Cidade (Fórum Social

Mundial Policêntrico, 2006), a Carta-Agenda pelos Direitos Humanos nas Cidades (CGLU-2009), a Carta da Cidade do México pelo Direito à Cidade (2009), a Carta do Rio de Janeiro sobre o Direito à Cidade (2010), entre outros (Amanajás e Klug, 2018).

o papel social dos espaços públicos

O conceito de espaço pode ser entendido como um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento, de modo que o conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo (Santos, 1988).

Estendendo esta compreensão a definição do que é o Espaço Público, conforme aponta Narciso (2009), embora este seja um conceito bastante complexo, de forma abrangente, entende-se como um local dentro do território tradicional, de uso comum e de direito coletivo, que compreende as relações sociais, o ambiente onde são desenvolvidas as atividades de convívio e socialização nas cidades.

A qualidade de vida de uma cidade, portanto, é medida pela dimensão coletiva que é expressa nos seus espaços públicos dispostos democraticamente na cidade, sendo os únicos lugares onde a vida coletiva permanece inalterada, sem distinção de raça e classe social (Gatti, 2013).



Contudo, Lyra e Holanda (2020) observam que a função dos espaços públicos como locais de circulação, interação e conexão entre os indivíduos ficou em segundo plano em consequência do acelerado crescimento das cidades, em que o eixo de planejamento urbano foi traçado segundo o tráfego de automóveis, o uso e a ocupação de ambientes privados.

A origem do espaço público é, então, uma resposta classicista ao processo de apropriação privada da cidade, conforme Borja (2006) discute o assunto, referindo-se às ações de embelezamento das cidades propostas no início do século XIX. Desse modo, as cidades seguem incapazes de oferecer condições e oportunidades equitativas aos seus habitantes, mantendo a maioria da população privada a satisfazer suas necessidades básicas (Cafune, 2016).

Assim como Gehl (2013) observa, a melhoria do espaço urbano significa que a promoção da melhor condição de vida urbana, a oferta de espaços para os pedestres e os convites para caminhar, permanecer e sentar, mais vida e melhor qualidade a cidade terá, aumentando o uso dos espaços públicos ou isolados.

A humanização das cidades com um planejamento urbano voltado à escala humana, implica o fortalecimento da função social do espaço urbano como local de encontro, contribuindo para os objetivos da sustentabilidade social e para uma sociedade democrática e aberta (Oliveira e Borges, 2017). Pacheco (2017) lista que entre as contribuições dessas áreas para a cidade, é possível destacar: a contribuição na melhoria do meio ambiente quando apresentam consideráveis maciços verdes, estimular à economia ao redor; e a capacidade de, se bem administradas e com as estratégias adequadas, diminuir a criminalidade local. Já que segundo Barros (2007) a falta de opções de atividade tornou-se um dos agravantes para o crescimento da violência, pois a falta de áreas para realização de atividades de lazer, propicia os jovens a dedicarem seu tempo à prática de atos criminosos, em maior ou menor grau.

Burgos (2015) indica que o uso dos espaços públicos, no contex-

to de industrialização-urbanização, se insere historicamente no centro do debate acerca das possibilidades, potencialidade e desafios das práticas socioespaciais que apontam para os sentidos do direito à cidade. O planejamento urbano nessa direção, está intrinsecamente ligado a democratização e a construção de um amplo movimento social para fazer valer a sua vontade imperativa para que os despossuídos possam retomar o controle que por tanto tempo lhes foi negado e instituir novas formas de urbanização (Harvey, 2013).

Assim, a função social dos espaços públicos consiste na prevalência dos interesses públicos frente ao interesse privado. Sendo os interesses comuns aqueles que podem ser definidos como os que envolvem a coletividade e estão relacionados às necessidades e conveniências que não podem ser resolvidas individualmente, ou seja, cuja satisfação produz resultados positivos para a coletividade (Soares, 2003).

a função social da arquitetura

A partir do entendimento acerca do impacto que os espaços públicos possuem para a qualidade de vida urbana de determinado local, é válido ressaltar que os processos globais - econômicos, sociais, políticos, culturais - modelam o espaço urbano de acordo com seus interesses, permitindo a influência e transformação pelos grupos sociais que se apropriam do espaço (Oliveira e Borges, 2018).

Retomando ainda o ponto de vista de Lefebvre (2001) da cidade como centro da vida social e política, encarada como uma obra com valor de uso e valor de troca, entende-se que isto ocasiona a existência de uma segregação urbana no espaço. Côrrea (1989) aponta esta segregação como um produto da existência de classes sociais na espacialização do urbano, em que há uma tendência de diferentes camadas sociais ocuparem diferentes “regiões” ou “conjuntos de bairros” de forma concentrada (Villaça, 2001).

Esta problemática está inserida no contexto de crescimento desorganizado das cidades, condenando o espaço urbano a uma realidade caracte-

rizada por Silveira et al. (2016) como modelo automobilístico-rodoviário, marcado pelo controle da especulação imobiliária nas áreas destinadas a classe de maior renda, e pela carência de infraestrutura nas periferias, onde se encontra a maior parte da população. Graças a segregação, as camadas de alta renda dominam o espaço urbano, produzindo suas áreas residenciais nos locais mais valorizados, mas também atuando em toda estrutura urbana segundo seus interesses (Soares, 2013). De acordo com Ferreira (2012), tal fato implica aos moradores mais pobres um verdadeiro exílio na periferia, enquanto o aumento contínuo das frotas de automóveis leva às cidades ao colapso viário.

Por isso, uma das maiores responsabilidades do planejamento urbano é criar cidades que sejam convenientes para a diversidade urbana, com qualidade de seus espaços públicos (como ruas, calçadas, praças), que muitas vezes relacionam-se com a natureza e constituição dos espaços privados (Santucci, 2008).

De acordo com Maricato (2019) se existe uma função social do arquiteto, especialmente no Brasil, está primordialmente ligada com o compromisso com o espaço urbano e coletivo. Cabe à arquitetura privilegiar resultados que contribuam para o bem comum, devendo prevalecer os interesses públicos frente ao interesse privado.

Em geral, a arquitetura tem um poder que estimula a transformação social, a apropriação e o orgulho das comunidades. Os edifícios têm o potencial de propiciar novas realidades, transformando a maneira das pessoas verem a si mesmas, além de transformar o próprio lugar (Mazzanti, 2012). Netto (2006) aponta que os efeitos da arquitetura são vistos como o seu impacto sobre nossa percepção visual: a arquitetura ou o edifício é capaz de alterar nossa percepção, ter um efeito positivo, negativo, neutro, agradável, desagradável, belo, feio, estranho, e assim por diante. São efeitos evocados na prática arquitetônica, que consistem de efeitos psicológicos sobre o humano.

Logo, podemos entender que a função social do arquiteto está pri-

mordialmente ligada à elaboração de uma arquitetura adequada à sua realidade; sendo este, um indivíduo interessado na explicação da conjuntura e o aspecto social que provoca decorrências no caráter físico e ambiental (Soares, 2013; Artigas, 2004). Para Artigas (2004), é de responsabilidade dos arquitetos, como humanistas, a organização da sociedade em que vivemos, na qual a função social precisa ser modificada ou reconsiderada para o aperfeiçoamento da arquitetura.

Nesse sentido, Arruda (2018) observa que a arquitetura muitas vezes é renegada a um papel secundário nas tomadas de decisões das políticas urbanas. Por isso, existe a necessidade de uma percepção crítica por parte do arquiteto no que diz respeito ao meio sócio-político no qual ele está inserido, para que assim o mesmo se posicione de forma autônoma, buscando um equilíbrio entre os interesses políticos, privados e sociais. Já que “ao se deter de forma alienada sobre esse contexto, o arquiteto corre o risco de apenas reproduzir uma estética que atenda a um interesse específico, na maioria das vezes a visão institucionalizada” (Arruda, 2018, p.29).

Maricato (2019) destaca que é importante estar atento naquilo que é fundamental para a estruturação do espaço, em relação ao uso e à ocupação do solo, buscando a democratização e ampliação das oportunidades do acesso à arquitetura. Assim, aplicando esta discussão a atividade prática projetual, a idealização de um edifício, seja ele de uso público ou privado, deve ser entendida como uma importante oportunidade de enriquecer o espaço público, através da forma que ele é pensado e implantado (Arruda, 2018).

o centro comunitário

Devido a caracterização da sociedade atual, Bonfim et al. (2000) sugere a necessidade de encontrar respostas sociais versáteis que requerem a intervenção do maior número de parceiros e a participação e o empenho dos próprios interessados num processo sistêmico, gerador de recursos e de mudanças. Sendo o Centro Comunitário, então, uma estrutura onde se desenvolvem ações diversificadas a qual almeja responder aos problemas

das pessoas de um contexto urbano. É um local plural onde devem ocorrer atividades coletivas e promover a integração social, viabilizando o acesso das pessoas a mecanismos de desenvolvimento social para minimizar a exclusão social (Vale, 2021).

Para Moraes et al. (2008), os equipamentos urbanos comunitários são componentes físicos básicos de infraestrutura de um bairro ou cidade, sendo determinante de bem-estar e de apoio ao desenvolvimento econômico, além da potencialidade de ordenação territorial e de estruturação dos aglomerados humanos.

Somado a isto, a existência desta infraestrutura pode contribuir para sustentabilidade urbana, uma vez que à medida que abastecem espaços urbanos com a oferta de serviços, garantem certa autonomia, minimizando os deslocamentos e incentivando interações socioespaciais. Para que isso ocorra, é fundamental que a sua inserção seja contextualizada a malha urbana e aos usos na cidade (Neves, 2015). Schafer (2012) acrescenta ainda, que seu programa deve incorporar as exigências tanto de uma escala local, como outras mais abrangentes, podendo ser didaticamente subdivididos em subsistemas. Estes subsistemas devem ser combinados e possuir relação entre si, podendo estar concentrados ou não em uma única construção, contanto que sejam locais de livre acesso à comunidade (Bonfim, et al. 2000).

Conforme aponta Figueiredo (2019) esta acessibilidade é um fator fundamental, uma vez que a implantação deste equipamento deve considerar que o principal usuário mora nas proximidades. Por isso, o deslocamento não motorizado e a integração com o entorno devem receber maior atenção, priorizando possuir uma fluidez no acesso e circulação de pessoas por suas áreas não edificadas.

Com um público alvo que consiste na família e na comunidade, mas sem esquecer da situação particular de cada indivíduo, tem grande importância frente ao papel de consolidação e criação de laços a nível local, reforçando o laço social onde são vividas relações e onde podem ser descobertas as soluções para tais questionamentos (Bonfim et al., 2000).

Com base nos pressupostos apresentados, os autores apresentam requisitos considerados fundamentais para o bom funcionamento de um centro comunitário:

- Proximidade: refere-se a dimensão do local inserido enquanto determinante da atuação do equipamento sob a população;
- Flexibilidade: está relacionada com as formas de funcionamento que corresponda às alterações da realidade e necessidades emergentes, visto que, quanto maior for a flexibilidade, maior é a facilidade de adequação dos programas de ação a evolução das situações;
- Participação: tem como aspecto fundamental o engajamento dos usuários, para aproximar-se dos indivíduos e da resolução dos problemas enfrentados, já que o envolvimento das pessoas na solução dos seus próprios problemas descentraliza e organiza os serviços, tornando-os cada vez mais próximos dos indivíduos.

No contexto brasileiro, pode ser considerado um serviço básico de assistência social, estimulando a mobilidade social, estabelecendo padrões para pessoas de classe baixa com as mesmas possibilidades para pessoas de classe alta, e envolvendo não só uma área pobre, mas trazendo consigo grande lealdade das pessoas que veem a área como sua residência permanente (Whyte, 2005).

Cabe destacar que a implantação destes equipamentos é um requisito para os loteamentos, abordado no artigo 4º da Lei Federal nº 6.766 (de 19 de dezembro de 1979, com modificações dada pela Lei nº 9.785, de 1999):

Art. 4º. I - as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem. (Brasil, 1999)

Para a redação da mesma lei (Brasil, 1979), a definição dos equipa-

mentos comunitários é descrita como “os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares” (Art. 4, § 2º). Tem sua implantação apresentada como exigência também no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001), que estabelece a “oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais”, como uma diretriz para ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

Desse modo, considera-se então o centro comunitário objeto de estudo dessa pesquisa, como uma tipologia fundamental para busca de cidades igualitárias e acessíveis para todos. Devendo contemplar projetos arquitetônicos que visam o interesse público como prioridade, garantido um edificação pública de qualidade em áreas marginalizadas.



referencial projetual



Como ferramenta para elaboração do projeto, foi realizada a análise de três correlatos em diferentes contextos: internacional, nacional e regional.

Buscou-se selecionar referências que carregam proximidade com as intenções projetuais almejadas, em um contexto de programa de necessidades que aborde os âmbitos de educação, esporte, cultura e lazer. Também foi observado quais as soluções técnicas adotadas e a maneira que isso pode contribuir para o projeto tanto de maneira conceitual, quanto física.

Tendo em vista os conceitos abordados no referencial teórico, os projetos selecionados carregam como característica em comum a interação com o contexto do espaço urbano, permitindo a relação otimizada entre o público x privado.

Como metodologia, cada projeto será apresentado individualmente com as principais característica relevantes para o ponto de vista analítico deste trabalho, dividido em uma abordagem do contexto geral, seguida da descrição do: programa, volume/inserção, elementos arquitetônicos e construtivos.

Ao final, será apresentado um quadro síntese com as principais características que influenciaram na proposição projetual deste trabalho.

Internacional - Goethe-Institut Dakar	
Arquitetos:	Kéré Architecture
Ano do projeto:	2018
Local:	Dakar, Senegal



Imagem: Archdaily, 2022.

Nacional - SESC Pompeia	
Arquiteta:	Lina Bo Bardi
Ano do projeto:	1986
Local:	São Paulo, Brasil



Imagem: Gazeta do Povo, 2023.

Regional - Arena do Morro	
Arquitetos:	Herzog & Meuron
Ano do projeto:	2014
Local:	Natal, Rio Grande do Norte



Imagem: Designboon, 2014.



goethe institut dakar

Projeto ainda em construção, o Institut Goethe Dakar é o primeiro espaço físico especificamente para o funcionamento da associação cultural alemã e centro de intercâmbio desde o seu tempo de atividade global, que equivale a mais de 60 anos.

Foi pensado para mostrar o seu compromisso com a sustentabilidade, garantindo que a adição à paisagem urbana deixe poucas marcas além do espaço que ocupa.

Pretendendo servir de exemplo de intercâmbio cultural para o século XXI, preocupa-se em apresentar um espaço acolhedor e versátil ao abordar encontro culturais de uma comunidade diversificada a fim de definir um futuro inclusivo e sustentável.

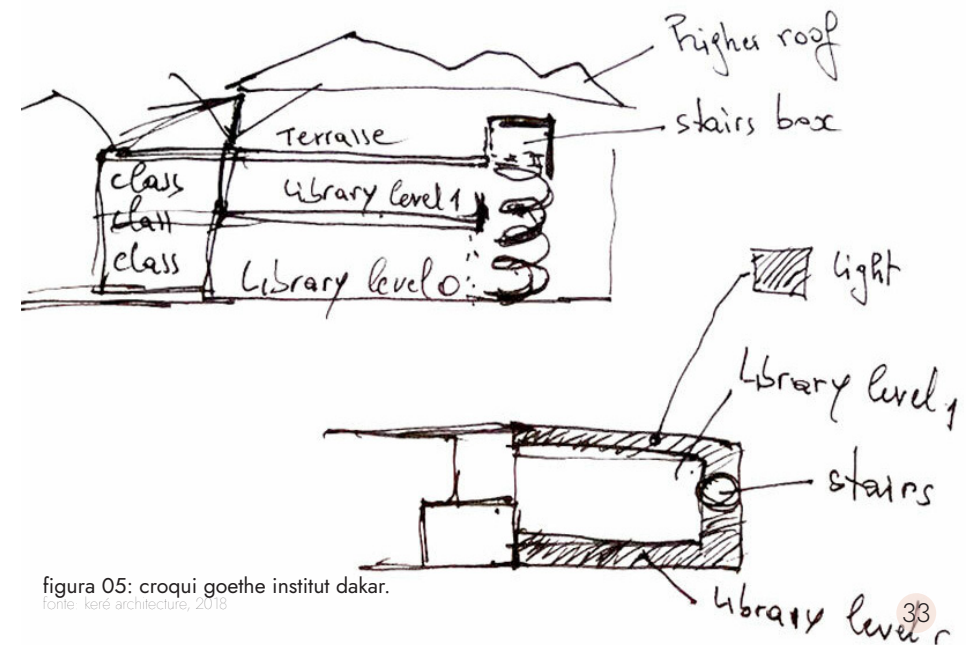


figura 05: croqui goethe institut dakar.
fonte: kéré architecture, 2018

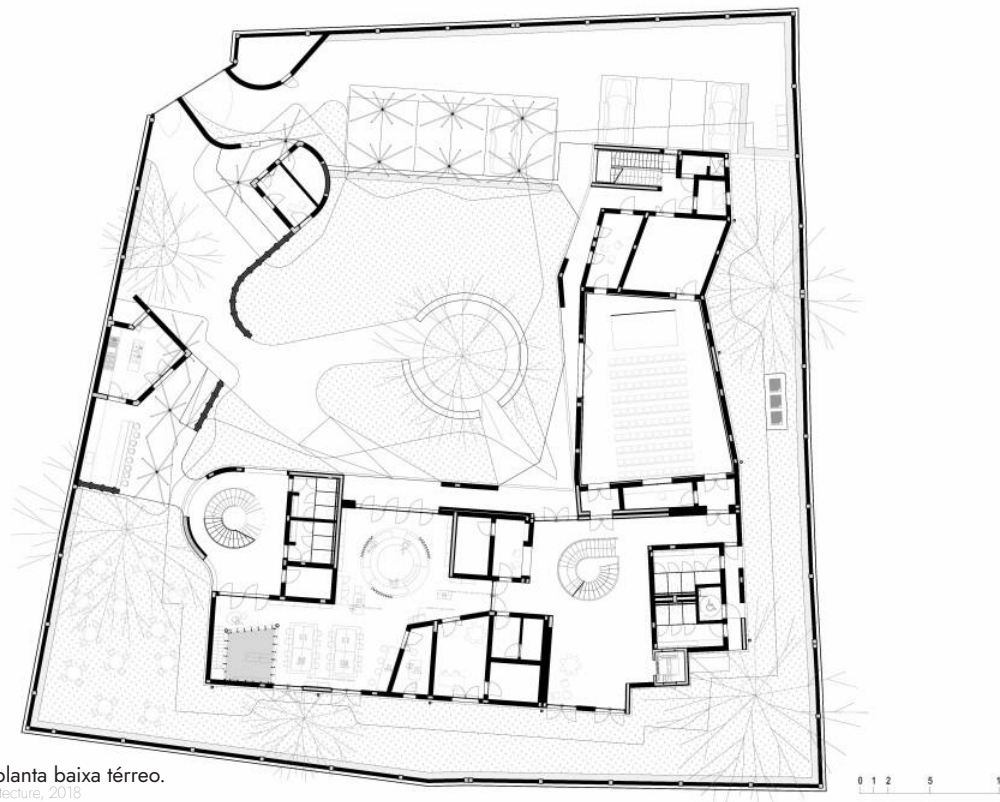


figura 06: planta baixa térreo.
fonte: kéré architecture, 2018

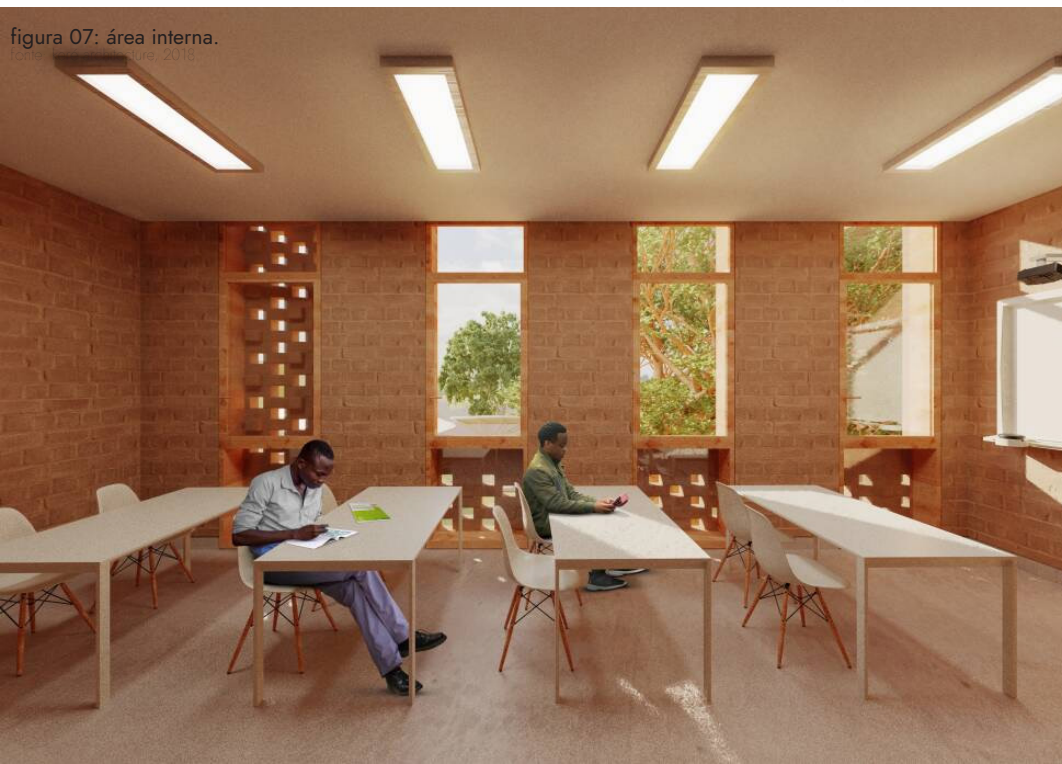


figura 07: área interna.
fonte: kéré architecture, 2018

PROGRAMA

Pensado para fornecer espaços com atividade variadas, desde exposições e cursos de idiomas, a concertos e encontros. Tem uma setorização pensada por pavimentos, com um térreo que compreende as atividades públicas da edificação, com os ambientes de auditório, refeitório e biblioteca. Em contrapartida, as áreas de maior privacidade alocam-se no primeiro pavimento, com salas de aula e escritório. Havendo ainda acesso ao telhado como espaço multiuso adicional.

VOLUME/INSERÇÃO

Localizado em uma área majoritariamente residencial e bastante arborizada, tem um volume que respeita o entorno, tendo como premissa uma volumetria moldada pela copa das árvores, criando espaços de convívio na sua área externa.

ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS E CONSTRUTIVOS

Sua estrutura é construída com tijolos de laterita, um rocha local com qualidades isolantes termoacústicas, utilizados para compor as paredes estruturais e uma segunda pele translúcida para composição da fachada.

A grande coberta é sustentada de maneira independente por pilares árvore em material metálico.



figura 08: corte.
fonte: kéré architecture, 2018



figura 09: sesc pompéia.

sesc pompéia

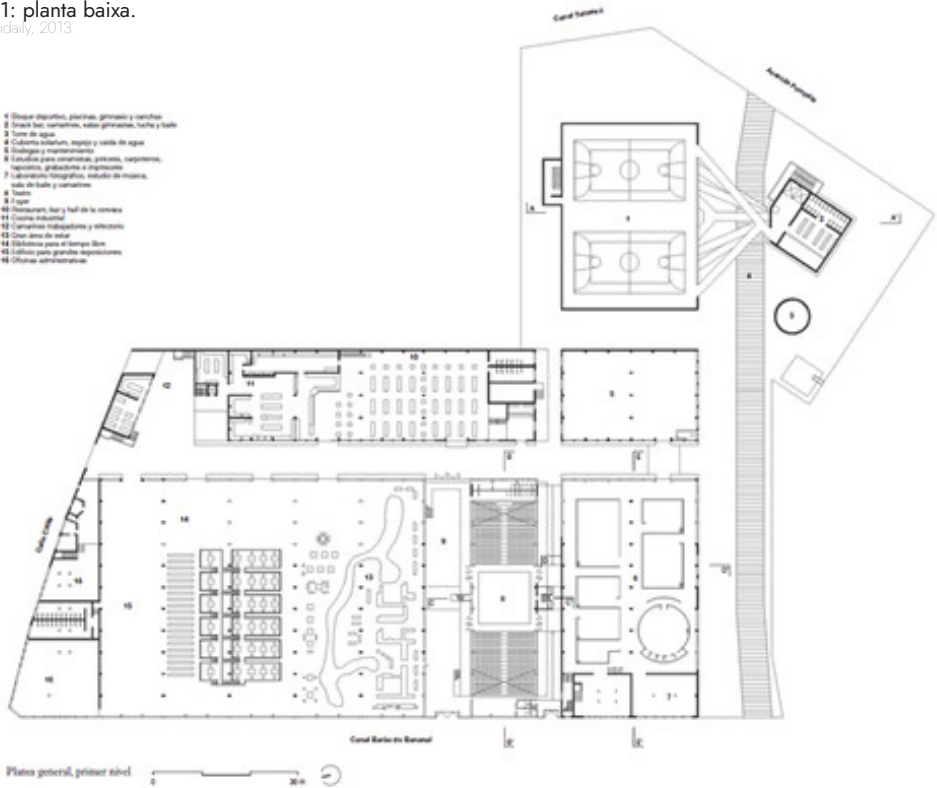
Projeto de intervenção em um antiga fábrica de tambores construída em 1938. O complexo de cultura, esporte e lazer do Sesc Pompéia faz uso dos antigos galpões existentes e amplia a área, com a inserção de três volumes prismáticos com um gabarito equivalente a 12 pavimentos.

Foi projetado para ampliar a vitalidade do complexo, que atende as demandas da rede de Serviço Social do Comércio (SESC), que oferta serviços exclusivos para trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo e seus dependentes cadastrados, assim como oferece atividades culturais aberta ao público geral.



figura 10: sesc pompéia.

figura 11: planta baixa.
Fonte: archdaily, 2013



PROGRAMA

Com um público alvo e programa de necessidades estabelecido pela rede SESC atuante em todo o Brasil, promove espaços de cultura, educação, saúde, lazer e assistência social. Materializado com uma variação de ambientes desde consultórios odontológicos, salas de oficinas variadas, biblioteca, teatro, auditório, comedorias, áreas de exposição, ginásio, piscina e áreas de permanência interna ou externa.

VOLUME/INSERÇÃO

Considerando os galpões da antiga fábrica, faz uso da rua entre eles como um espaço público de permanência, onde se aloca o bar café e um deck no qual é possível observar a apropriação dos usuários para diferentes atividades. Em relação ao complexo esportivo, tem um volume que ressalta em relação ao contexto e marca a diferença temporal das construções.

ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS E CONSTRUTIVOS

Graças ao caráter patrimonial do complexo, a área pré-existente mantém os materiais brutos em alvenaria aparente, com uma estrutura metálica que sustenta a cobertura mista entre telha cerâmica e telha translúcida para iluminação natural. O edifício mais recente, mantém a ideia de brutalidade material, fazendo uso do concreto aparente com esquadrias metálicas na cor vermelha marcando a composição.



figura 12: sesc pompéia.



figura 13: sesc pompéia.



figura 14: arena do morro.
fonte: herzog de meuron, 2014.

arena do morro

Este projeto de ginásio é o primeiro projeto realizado dentro da proposta para o plano urbano “Uma Visão para Mãe Luiza”, desenvolvido junto com o Centro Sócio Pastoral Nossa Senhora da Conceição em 2009.

Mãe Luiza é uma favela da cidade de Natal, caracterizada pela localização entre a reserva natural do Parque das Dunas e a zona costeira comercialmente desenvolvida.

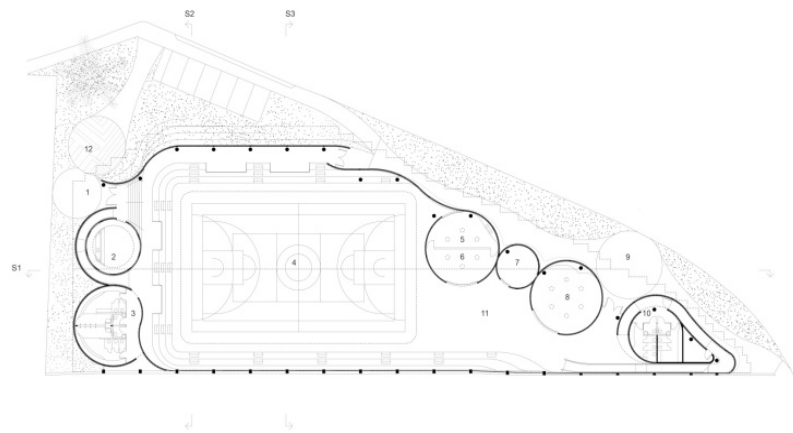
Por meio do projeto, buscou distribuir novas atividades dentro das áreas com potencial para desenvolvimento local, construídas em uma geometria que respeita o contexto urbano, ao passo que visa tornar-se um símbolo da comunidade.



figura 15: contexto urbano arena do morro.

Arena do Morro
Mão Luiza, Natal, Brazil

- 1 School Entrance
- 2 Teachers' Lounge
- 3 Changing Rooms
- 4 Sports Field and Stands
- 5 Multipurpose Room I
- 6 Multipurpose Room II
- 7 Storage
- 8 Multipurpose Room III
- 9 Public Entrance
- 10 Toilets
- 11 Lobby and Circulation
- 12 Artwork by Flavio Freitas



LEVEL 0
scale 1:500

0 5 10 20

figura 16: planta baixa arena do morro.
fonte: herzog de meuron, 2014



figura 17: área interna arena do morro.
fonte: herzog de meuron, 2014

PROGRAMA

Apresentando como ponto de partida uma estrutura de ginásio que consiste em uma quadra de cimento envolvida por pilares e treliças (sem cobertura nem paredes), o programa de necessidades do projeto é composto por uma quadra poliesportiva cercada por arquibancadas para 420 pessoas, salas multiuso, um terraço com vista para o mar, além de vestiários e banheiros.

VOLUME/INSERÇÃO

Inserido em uma favela com edificações de baixo gabarito, tem sua geometria extrudida sobre toda a área do terreno, criando uma forma coberta até o piso, inspirada nas linhas de topografia, introduzindo uma nova escala no bairro.

ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS E CONSTRUTIVOS

Lenvando em consideração os materiais e métodos locais, utiliza de telhas onduladas de alumínio com isolamento na cobertura, assentadas como painéis soltos para permitir iluminação e ventilação. Para a parede interna, foi desenvolvido um bloco de concreto manufaturado localmente, cujo formato cria níveis de transparência e privacidade.

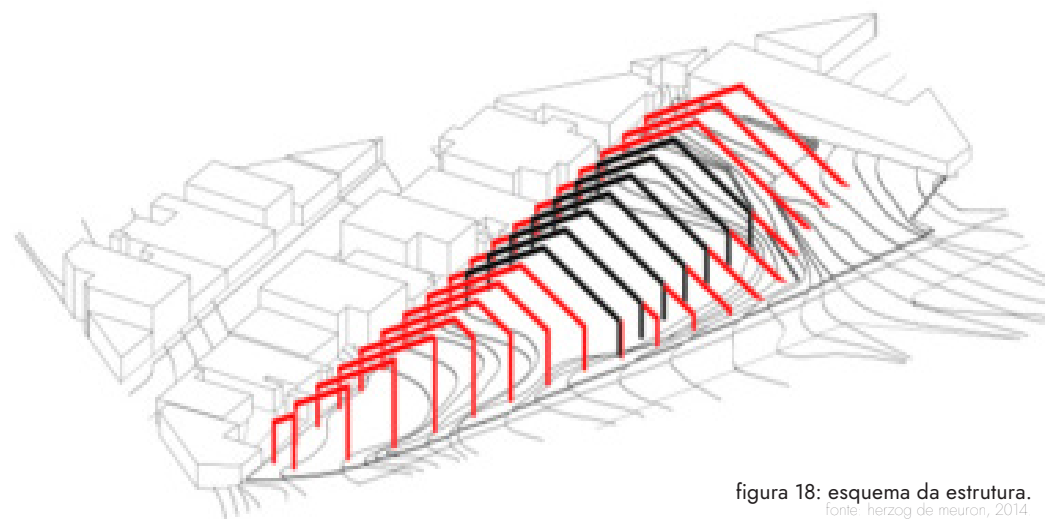


figura 18: esquema da estrutura.
fonte: herzog de meuron, 2014

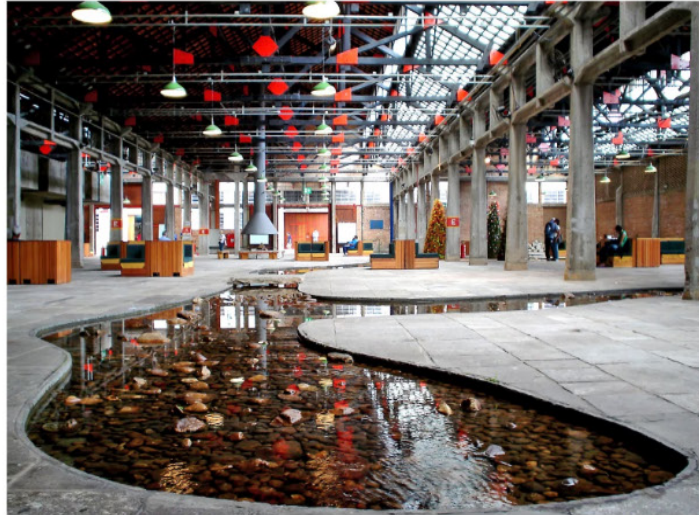
influência dos correlatos no projeto

Internacional - Goethe-Institut Dakar



- Materiais utilizados
- Soluções estruturais da cobertura
- Técnicas construtivas
- Cunho educacional

Nacional - SESC Pompeia



- Intenções conceituais
- Espacialização multifuncional
- Circulação e conexão entre prédios
- Programa de necessidades e cunho cultural

Regional - Arena do Morro

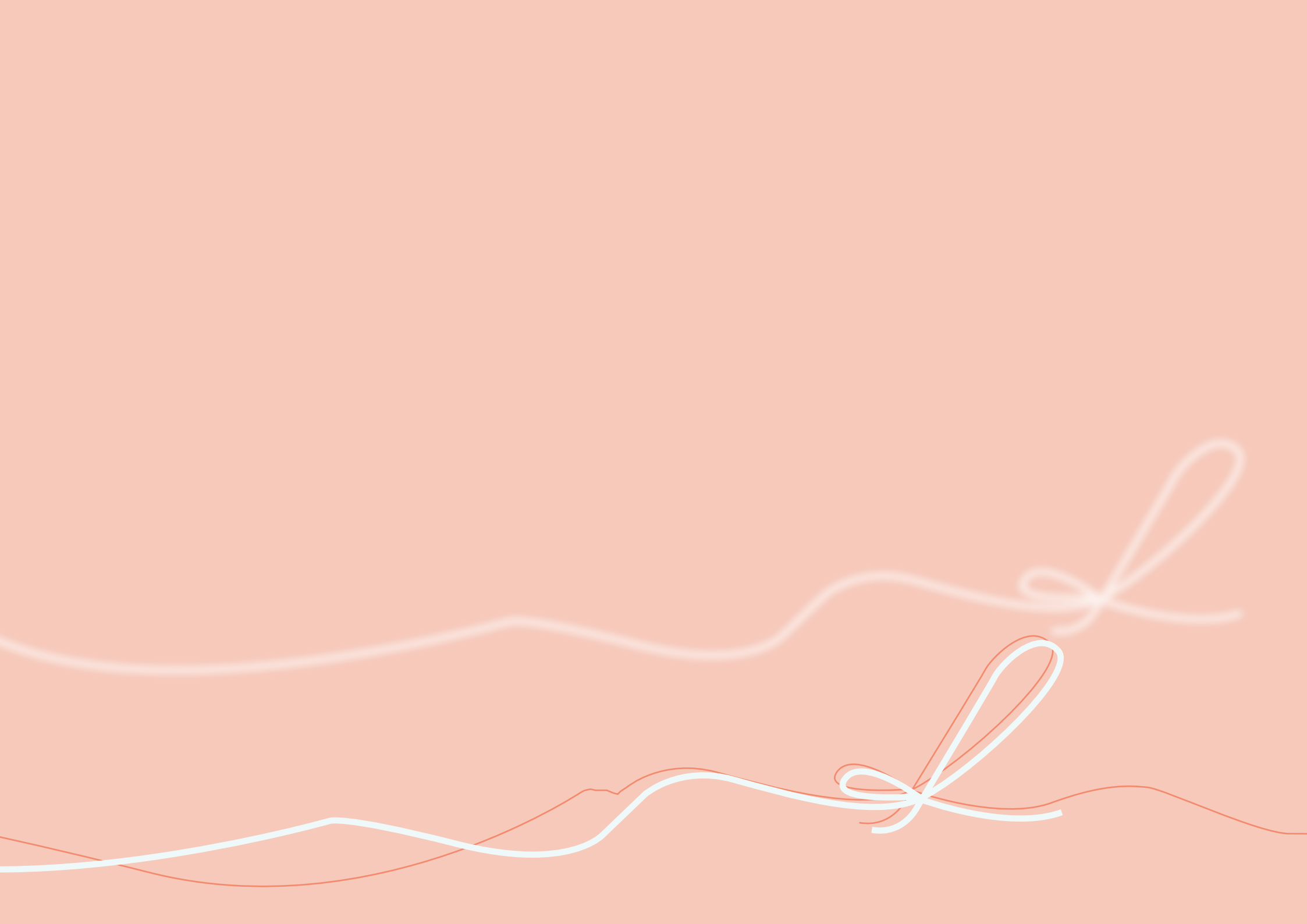


- Adaptação às condições climáticas
- Programa de necessidades voltado ao esporte
- Implantação e integração da edificação com o entorno



compreensão territorial.

cidade, o bairro, o centro comunitário



entendendo a história nacional

Entre os anos de 1920 e 1940 a população do Brasil teve um crescimento de 34,8%, havendo no mesmo intervalo, um aumento de um pouco mais de 3 milhões para 13,1 milhões da população das cidades - o que corresponde a 336,7% de aumento dos habitantes da zona urbana (CARIELLO FILHO, 2011).

Este cenário foi o reflexo do processo de industrialização do país, marcando o período que se seguiu (de 1940 a 1970) pelos movimentos migratórios e a redistribuição territorial populacional (MENDONÇA, 1980). Logo, o aumento da densidade demográfica sem um planejamento das cidades, somada aos baixos salários dos trabalhadores, ocasionou uma crise habitacional no Brasil, fazendo-se necessário a intervenção estatal para responder à demanda social do direito à moradia.

Esta intervenção direta é marcada principalmente no período após 1964, com a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH), ao qual o governo buscava expressar uma “sensibilidade” do novo regime militar às necessidades das massas (CAVALCANTI, 1999). De acordo com a Lei nº4380/64 de 21 agosto de 1964, o BNH/SFH tinha a missão de “estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda”.

Botega (2007) explica que o BNH desde a sua criação teve uma lógica que fez com que todas as suas operações transmitissem as suas funções para iniciativa privada, na qual o banco arrecadava os recursos financeiros e transferia para os agentes privados intermediários. Em especial na década de 1970, quando havia maior disponibilidade de recursos, houve um processo de reformulação nas paisagens das cidades brasileiras, através do financiamento a incorporação imobiliária privada e as obras de infraestrutura urbanas, com destaque para a construção de conjuntos habitacionais periféricos que incentivaram a ocupação de terras intersticiais entre o centro e a

periferia (CAVALCANTI, 1999).

Apesar de ter a sua criação voltada a resolução do déficit habitacional do país, Maricato (1979) aponta que no ano de 1975 teve seus investimentos reorientados para as camadas sociais com maior poder aquisitivo, deixando de lado a construção de habitações populares. Nos primeiros anos da década de 1980, no entanto, o país sofreu uma crise inflacionária que levou a forte queda do poder de compra do salário, principalmente da classe média - público que havia se tornado o principal alvo das políticas deste sistema -, levando a extinção do BNH em 1986 (GREMAUD et al., 1986).

a cidade de João Pessoa-pb

Fundada em 1585, a cidade de João Pessoa surgiu à margem direita do rio Sanhauá, ainda no período colonial, e por mais de três séculos permaneceu restrita ao seu núcleo original, composto atualmente pelo Centro Histórico e bairros tradicionais que se formaram nas primeiras décadas do século XX (BARBOSA, 2005; SILVA, 2019). Nos anos seguintes, a produção do espaço urbano da cidade reflete o rápido processo de urbanização que ocorreu no país, assim como em outras capitais brasileiras (SAULE et al., 2005).

Lavieri e Lavieri (1999) apontam que essa malha urbana compacta se deu até o início dos anos 1960, quando foi possível identificar dois braços de crescimento: um nas imediações do eixo de ligação entre o Centro e a orla, com a construção da Av. Epitácio Pessoa em 1933, onde apresentava-se maior infraestrutura e situavam-se as famílias mais abastadas; e o outro no prolongamento da ligação com Recife (Av. Cruz das Armas).

Este segundo, se deu a partir de 1963, com as intervenções públicas de órgãos federais para a reestruturação urbana da cidade. Medidas como a construção do anel viário, implantação do Distrito Industrial e o início das atividades do Campus Universitário da UFPB, reforçaram a tendência de crescimento da cidade em direção ao sul, ampliando a ocupação das imediações da Av. Cruz das Armas (LAVIERI e LAVIERI, 1999).

Inicialmente, as políticas de habitação entre 1935 e 1963, resultaram na produção de 899 novas moradias graças à atuação conjunta dos IAPs, IPASE, FCP e Montepio, todas localizadas dentro da malha urbana ocupada e com mescla das camadas sociais (BONATES, 2009; LAVIERI e LAVIERI, 1999). No final da década de 1960, o Estado identificou um problema nacional em relação à dificuldade de aquisição de moradias pela população de menor renda em cidades de médio a grande porte, inclusive em João Pessoa (CAVALCANTI, 1999).

A criação do BNH, portanto, surgiu para estimular a construção de moradias populares, com o discurso de promover a construção e aquisição da casa própria, especialmente pelas classes de menor renda (LEITE, 2011). Na capital da Paraíba, o crescimento em direção ao setor sudeste e a superação da barreira do Vale do Rio Jaguaribe foi conveniente para o Estado do ponto de vista político e econômico, uma vez que demonstrou-se uma alternativa para a produção de assentamentos residenciais destinados a essa parcela da população. Isto se deu porque estas eram terras que pertenciam ao Governo Estadual e estavam localizadas na periferia da cidade - mesmo não tão distantes do centro, eram desvalorizadas por não estarem perto da praia (BONATES, 2009; CAVALCANTI, 1999; NEGRÃO e SILVEIRA, 2016).

A atuação do BNH evidenciou um processo radical de seletividade no espaço urbano, com a construção dos conjuntos habitacionais que redistribuíram a população nos diferentes assentamentos da cidade, uma vez que estes conjuntos eram considerados de grande porte e necessitavam de grandes glebas urbanas, a baixo custo para produção em larga escala (CAVALCANTI, 1999; LEITE, 2011).

Em 22 anos de desenvolvimento do BNH, na cidade de João Pessoa, em um total de 54.984 domicílios existentes no ano de 1986, em torno de 29.668 novas unidades foram produzidas em 42 conjuntos habitacionais, o que constitui cerca de 54% da quantidade de residências existentes na época (LAVIERI e LAVIERI, 1992). Cabe destacar que esta produção desencadeou um processo de seletividade e estratificação social criado pelos próprios agentes responsáveis: o INOCOOP (Instituto de Orientação às

Cooperativas Habitacionais) e IPASE (Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado) implantaram seus conjuntos em bairros de melhor padrão, atendendo a uma classe de maior renda se comparados aos demais; o IPEP pulverizou seus conjuntos em diversas áreas da cidade; enquanto a CEHAP (Companhia Estadual de Habitação Popular) atendeu a clientela de menor poder aquisitivo, caracterizando-se como o maior indutor da expansão da cidade na direção sudeste, já que foi o maior produtor do período em estudo (BONATES, 2009).

Outro fator observado por Bonates (2009) foi a questão ideológica presente na produção habitacional do BNH, visto que maioria da produção da CEHAP recebeu o nome de governantes do regime militar (Conjunto Castelo Branco, Ernesto Geisel, Costa e Silva, entre outros), a fim de evidenciar a atuação dos governos.

De acordo com Cavalcanti (1999) estes conjuntos habitacionais foram entregues a população com ausência de infraestrutura, como falta de pavimentação e de saneamento básico, além de precários serviços de abastecimento de água e de transportes públicos; o que gerou insatisfação nos moradores, já que corriqueiramente, o estado e a prefeitura - responsáveis pelos investimentos e pela manutenção desses âmbitos após a construção - alegavam falta de recursos financeiros.

Essa política de expansão financiada pelo SFH/BNH, se estendeu durante a década de 1980 gerando bairros como: Radialista, Bancários, Ipês, Alto do Mateus, Esplanada, Anatólia, Cristo, Grotões, Valentina Figueiredo e Mangabeira. Todavia, com o declínio do BNH em 1986, a Caixa Econômica Federal passou a atuar em várias frentes de ação, principalmente através da concessão de financiamentos para a construção de moradias pelos agentes públicos e pelos agentes privados, intervindo tanto na oferta quanto na demanda, em diversos programas criados posteriormente (LEITE, 2011).

Ainda assim, Lavieri e Lavieri (1992) aponta que a implantação dos conjuntos em João Pessoa pela CEHAP, desde o BNH, assumiu um papel fundamental não só de indutor do crescimento da cidade, como também, in-

fluenciando a sua magnitude, em um modelo de desenvolvimento que trouxe complexidades à questão social urbana.

o bairro ernesto geisel

Entregue a população durante o governo estadual de Ivan Bichara, graças ao Programa Habitacional da Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP), o Conjunto Habitacional Ernesto Geisel fez parte da terceira geração (1975-79) de conjuntos financiados pelo SFH - Sistema Financeiro de Habitação - em João Pessoa. Foi inaugurado no dia 27 de julho de 1978 pela Srta. Lucy Geisel, filha do então presidente que deu origem ao nome do conjunto, com a prefeitura sob o comando de Hermano Augusto de Almeida (SILVA, 2005; NASCIMENTO, 2018).

Projetado pelos arquitetos Antônio José Amaral e Silva e Maria Berenice Amaral e Silva, ocupava uma área de 76000m², que contava com 1800 unidades habitacionais horizontais típicas de conjunto popular, e era considerado o maior empreendimento construído até então, sendo superado posteriormente apenas pelos conjuntos Mangabeira e Valentina Figueiredo (SILVA, 2010; RODRIGUES, 2013).



figura 19: modelo de residência de 2 quartos entregue a população.
fonte: acervo próprio, 1978



figura 20: vista de cima do conjunto ernesto geisel.
fonte: CEHAP, 1978

Conforme dados fornecidos pela CEHAP, estas residências (modelo da Figura 19) eram tipologias de 2 e 3 quartos, diferenciadas pela cor em destaque na fachada - havia uma cor para as casas de 2 quartos e outra para as casas de 3 quartos. O programa de financiamento era destinado a classe trabalhadora com a faixa salarial de 2 a 4 salários mínimos que atendiam a critérios pré-estabelecidos, como a comprovação de não obter nenhum outro imóvel próprio.

Localizado às margens da BR-230, contou com uma proposta na qual não há uma intenção explícita para potencializar as relações de convívio entre os moradores a partir dos espaços coletivos baseados em unidades de vizinhança, havendo a ocorrência de espaços livres entre edificações classificados como espaços públicos (SILVA, 2005). Este padrão, é claramente notado na Figura 20, que demonstra uma vista de cima do bairro na sua configuração inicial; cabe destacar ainda, a carência de edificações construídas no entorno do bairro, evidenciando o distanciamento em relação à malha urbana consolidada na época.

Assim como Cavalcanti (1999) discorre sobre os demais conjuntos da época, o Ernesto Geisel apresentou um baixo nível de infraestrutura quando foi entregue. A partir da Figura 21, por exemplo, é possível observar a

carência de calçadas e a falta de pavimentação, entre outras problemáticas existentes, como a escassez de saneamento básico, precário abastecimento de água e de transporte público coletivo.

Além das unidades habitacionais construídas, a partir da Figura 22 é possível identificar que o conjunto também contou com equipamentos urbanos: duas quadras, um centro social urbano com centro comunitário (em rosa), grupo escolar (em amarelo), uma creche e jardim de infância (em laranja), um posto médico (em verde), um posto de polícia (em roxo), um centro comercial (em vermelho), uma igreja (em azul) e a praça Estudiante Orlando Geisel (área destacada em tracejado cinza).

De acordo com Rodrigues (2013), aos poucos o conjunto foi se expandindo, anexado a ele o conjunto Radialistas - construído em 1980 com o modelo de residência da Figura 23 - e, posteriormente, empreendimentos verticalizados financiados por outros programas de governo em parceria com agentes privados. Bonates (2009) explica que com o fechamento do BNH o país se viu sem uma política habitacional e passou por um período de transição que perdurou até 1989. A partir da década de 1990, percebe-se que os conjuntos foram implantados em terrenos remanescentes, de peque-

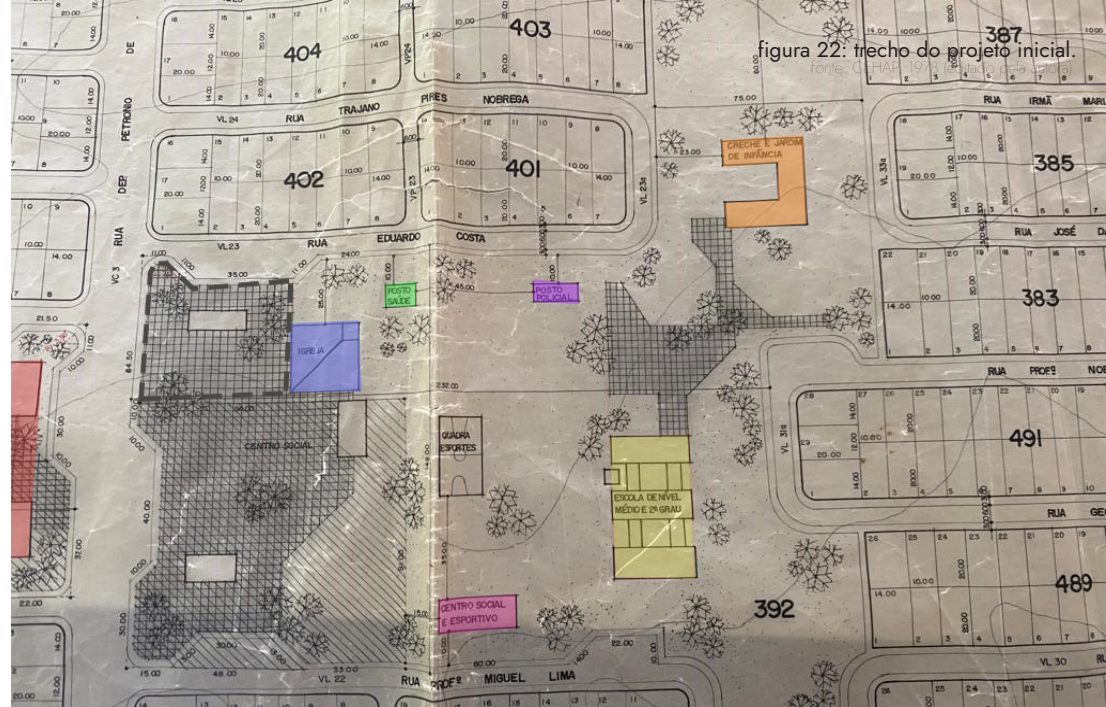


figura 22: trecho do projeto inicial.
fonte: CEHAP, 1978

no porte, não gerando transformações estruturais na malha urbana, ou ainda com a construção do tipo multifamiliar, como é o caso do Geisel I e Geisel II, entregues em 1991.

Passou a ser denominado como Bairro, pelo Projeto de Lei nº1574, de 4 de setembro de 1998, pela Câmara Municipal de João Pessoa. Com o passar dos anos, tem sua paisagem transformada: as casas do padrão inicial estão sendo reformadas, novos tipos de moradias construídas e a expansão comercial; o que acarreta mudanças significativas no uso e ocupação do solo (RODRIGUES, 2013).



figura 21: casas do conjunto ernesto geisel.
fonte: CEHAP, 1978



figura 23: residência do conjunto radialistas nainauguração.
fonte: CEHAP, 1980

situação atual

Conforme visto anteriormente, o bairro Ernesto Geisel está localizado na área sudeste da cidade de João Pessoa-PB. Como é possível observar na Figura 24 atualmente, faz fronteira com 6 outros bairros vizinhos: Cristo Redentor, João Paulo II, Água Fria, José Américo, Cuiá e Gramame.

Entre a sua fronteira, cabe destacar a proximidade com importantes atratores urbanos da cidade. Na figura 25, é possível perceber em destaque aqueles que estão nas proximidades do bairro: a BR-230 - como via de ligação com outras cidades - e o viaduto Governador Eduardo Campos - como um eixo de conexão para o Centro da capital; o Estádio José Américo de Almeida Filho (O Almeidão) e Ginásio Poliesportivo Ronaldo Cunha Lima (O Ronaldão); e o Centro Administrativo Municipal de João Pessoa. Há ainda, os equipamentos presentes dentro do próprio bairro, que atendem aos moradores de toda a cidade, em especial aqueles da zona sul; em verde destacam-se as praças, em vermelho o mercado público e em roxo as ruas em que se concentram a maior parte dos comércios locais.

Como é possível observar na Figura 26, é um território composto principalmente pelo uso residencial unifamiliar, com a presença de usos comerciais e de serviços localizados nas proximidades das principais avenidas (Av. Valdemar Galdino Naziazeno e Av. Pres. Juscelino Kubitschek). Tendo em vista que a combinação de usos principais gera certa quantidade de pessoas nas ruas em diversos horários do dia (JACOBS, 1992), é nestes locais onde se

figura 24: mapa de localização do bairro.
fonte: elaboração própria, 2023

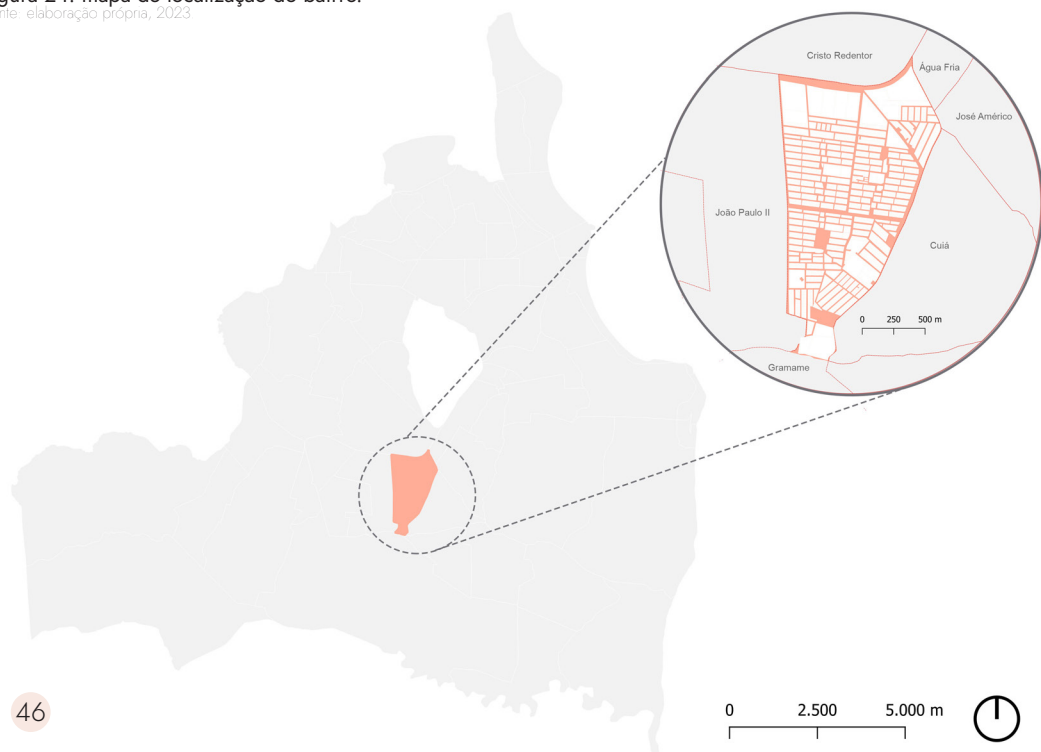


figura 25: mapa de atratores.



a maior movimentação, com a Av. Pres. Juscelino Kubitschek tornando-se um atrator da vida noturna, devido ao surgimento de bares e restaurantes após o período da pandemia do Covid-19, somado a inauguração de uma nova praça no ano de 2019 (Figura 27).

São nas localizações circundantes do território onde se encontram os comércios de maior porte, havendo comércios de bairro e lotes de uso misto quando adentra-se nas ruas menos movimentadas. A partir do ano de 2010, houve a implantação dos comércios atacadistas responsáveis por gerar uma relação interbairros nos lotes próximo a BR-230, das redes Atacadão, Assaí, Carajás Home Center, Brazil Atacado, Distribuidora Nordil e Distribuidora Polybalas. É nesta região Norte que também encontra-se a Central de Polícia da região metropolitana de João Pessoa.

Estes marcos localizados nas áreas adjacentes do bairro, são uma forte influência para a hierarquia viária do bairro. A nível de estudo, tomou-se como base a metodologia proposta pelo Código de Trânsito Brasileiro (1997) para classificar as vias de circulação pública de acordo com as funções que desempenham na estrutura física das áreas urbanas ou de expansão urbana na escala do bairro. A Figura 28 demonstra a Av. Valdemar Galdino Naziazeno, R. Dr. Manoel Lopes de



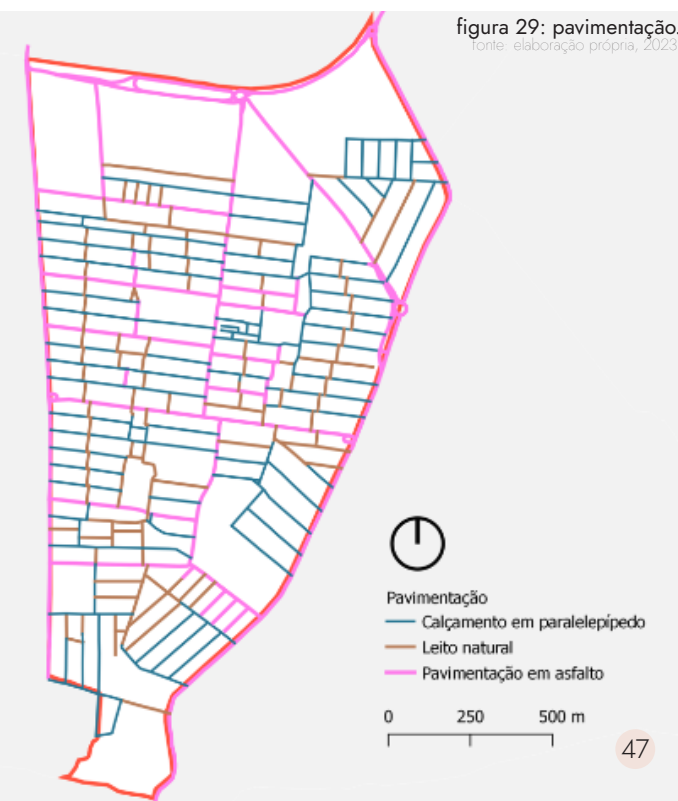
figura 26: uso e ocupação do solo.
 fonte: elaboração própria, 2023



figura 28: hierarquia de vias.
 fonte: elaboração própria, 2023



figura 29: pavimentação.
 fonte: elaboração própria, 2023



Carvalho e a R. Manoel Rufino da Silva como aquelas que promovem a conexão entre bairros (vias arteriais). A Av. Pres. Juscelino Kubitschek, R. Dep. Petrônio Figueiredo, R. João Miguel de Souza, R. Vicente Cozza, R. Rita Carneiro Diniz e R. Armando Afonso Boudoux Júnior são classificadas como vias coletoras de principal circulação dos limites internos. Havendo ainda, além das vias locais, vias entre as quadras loteadas nomeadas como “beco”. De acordo com Fontes (2021) a caracterização de becos seria ruas em pequenas escala, todavia, na realidade estudada, observa-se essas vias como um problema de infraestrutura presente no bairro, já que não possuem nenhum tipo de fachada ativa, iluminação inadequada, além da inexistência de calçadas e pavimentação (conforme pode ser observado na Figura 29).

Tendo em vista que a legislação incidente do Plano Diretor de João Pessoa classifica maior parte do bairro como Zona Adensável Não-Prioritária, e os lotes incidentes inseridos na Zona Residencial 2, não é permitido a construção de muitos pavimentos. Este fator é bem explícito ao observar o mapa de gabaritos (Figura 30), em que os poucos lotes de 4 pavimentos encontrados ao Sul do bairro, correspondem na verdade a grandes conjuntos residenciais multifamiliares entregues após a década de 1990, financiados por programas governamentais da Caixa Econômica Federal. Além destes edifícios, nota-se o aumento de construções multifamiliares de até 3 pavimentos nos lotes de medidas padrão. Ainda assim, tem pouca representatividade quantitativa se comparada ao caráter residencial unifamiliar da maior parte das edificações.

Outra peculiaridade a ser destacada, é a presença de lotes com uso institucional e educacional em áreas centrais internas, o que indica uma influência da formação inicial do bairro. Sobre essa influência, é possível destacar a evolução no âmbito dos equipamentos destinados à educação, tendo em vista que houve um crescimento dessas instituições tanto da esfera pública quanto privada. Nas ruas onde estão situadas, é possível perceber uma mudança da dinâmica espacial nos horários de entrada e saída de alunos, causando vitalidade urbana ao longo do dia com a presença também de pontos comerciais; em contrapartida, essa realidade é substituída pelo esvaziamento destes locais no período noturno.

Apesar de ser um bairro de pouca extensão territorial, verifica-se a pouca circulação de pedestres a longas distâncias. Alguns motivos que podem justificar isto, estão relacionados a falta de condições adequadas para a caminhabilidade dos pedestres. Uma delas, pode ser notada com o mapa de massas vegetais (Figura 31), que demonstra a pouca presença de sombreamento, inclusive nas praças existentes.

figura 30: mapa de gabarito.
fonte: elaboração própria, 2023

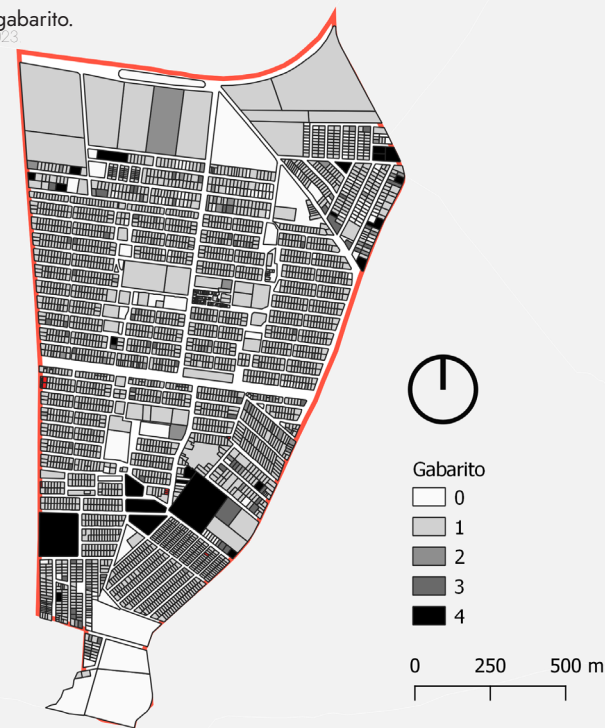
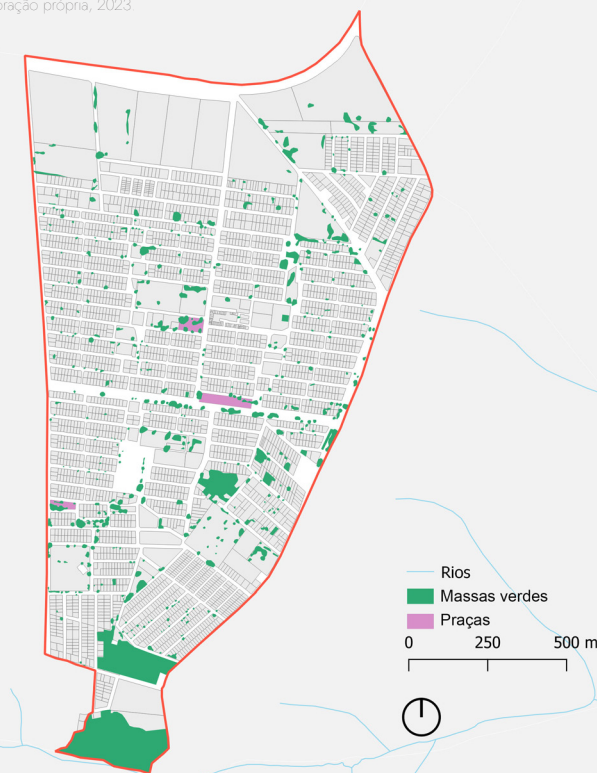


figura 31: mapa de massas vegetais.
fonte: elaboração própria, 2023



Por fim, Silva (2005) verifica que em relação a pós ocupação dos conjuntos habitacionais implementados pelo BNH, as transformações e os mecanismos utilizados para implementá-los parecem demonstrar uma série de regularidades que permitem associar os padrões espaciais construídos hoje a uma forma social de conceber tecidos urbanos que, ao reproduzir as estruturas morfológicas de tecidos tradicionais, buscam solucionar as deficiências configuracionais dos projetos.

No bairro Ernesto Geisel, esse processo de transformação já pode ser percebido em diversos aspectos, como o aumento da diversidade de usos e de adensamento populacional com o surgimento de prédios multifamiliares. Ainda assim, esse processo se dá de maneira lenta, sendo perceptível diversas problemáticas da implantação inicial deixadas como herança e somadas à nova realidade do contexto contemporâneo, na qual percebe-se uma constante luta dos moradores pela busca de resolução dessas problemáticas, assim como está exposto em páginas de jornais de circulação municipal encontradas do ano de 2018 (Figura 32).



figura 32: páginas de jornal sobre o ernesto geisel. fonte: jornal "o morador", 2018.

o centro comunitário

Assim como foi explicitado anteriormente, o conjunto Ernesto Geisel foi implantado em um contexto de políticas habitacionais realizadas por governantes militares. Por isso, havia a ideia de tornar o Brasil um país desenvolvido aos moldes da época, tendo programas e políticas que tinham como objetivo o desenvolvimento de práticas de lazer que disciplinassem o homem para o trabalho moderno, voltados especialmente para o esporte, saúde e educação (OLÍMPIO, 2019).

Entre estes programas, em 1975 foi criado o Programa Nacional de Centros Urbanos (PNCSU), visando a construção de diversos centros com a finalidade de promover a integração social nas cidades, através da promoção de atividades comunitárias, em espaços de sociabilidade instalados em regiões mais carentes da cidade (OLÍMPIO, 2019).

Deste modo, entre as edificações do Conjunto Ernesto Geisel, em 1978, foi previsto um centro social urbano desde a sua implantação, com a figura 33 ilustrando a construção do edifício na área central junto aos outros equipamentos urbanos. De acordo com o documento de Certidão de Registro e Reforma Estatutária, de 8 de março de 2018, o Centro Comunitário Ernesto Geisel foi entregue juntamente com o conjunto habitacional, sendo considerado ativo a partir de 4 de agosto de 1978, com a fundação da associação de moradores do bairro.

É um espaço reconhecido como utilidade pública na Lei municipal nº 2374, de 24 de outubro de 1978, de direito privado, sem fins lucrativos, a reger-se pelas normas e leis pertinentes às associações de moradores. Isto se dá porque é uma edificação cujo terreno foi cedido pela CEHAP (Companhia Estadual de Habitação Popular), sob contrato de comodato que firma o empréstimo do imóvel, desde 8 de abril de 1992, mediante cláusulas com prazo de vigência indeterminados, contanto que esteja cumprindo uma função social perante a comunidade.

Ainda segundo o documento, tem por finalidade “promover, inte-

ragir, apoiar e desenvolver ações em defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida dos moradores do Conjunto Ernesto Geisel, bem como defender os seus interesses”. Desde então, possui um CNPJ de natureza jurídica de associação privativa com a qualificação de atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte, no entanto, atualmente está inapto por omissão de declarações.

Bonfim et al. (2000), define a instituição Centro Comunitário como uma estrutura polivalente na qual se desenvolvem serviços que tendem a constituir um pólo de animação com propósito de prevenção a problemas sociais e agentes de desenvolvimento local. E assim o Centro Comunitário do bairro Ernesto Geisel funcionou por cerca de 35 anos para a população. Durante este período, esteve amparado na existência da associação de moradores, que tinha a incumbência de administrar as atividades e auxiliar nas problemáticas da sociedade local. Nascimento (2018) aponta que até o ano de 2013 ocorreram eleições para presidente da associação, com um total de 11 presidentes em 17 mandatos, entrando em declínio com a mudança do regimento do estatuto que invalidou a última eleição.

Era um espaço em que periodicamente ocorriam reuniões e plenárias para discussão das reivindicações e debates acerca das problemáticas do bairro, alcançando melhorias como: o saneamento básico de ruas no ano de 1994, a energia elétrica do mercado, a reforma da praça e a inauguração do campo de futebol do Complexo Esportivo em 2012.



figura 33: construção do edifício.
Fonte: CEHAP, 1978



figura 34: planta baixa - lote atualmente.
 fonte: elaboração própria, 2023



figura 35: planta baixa pavimento térreo - edificação atual.
 fonte: elaboração própria, 2023

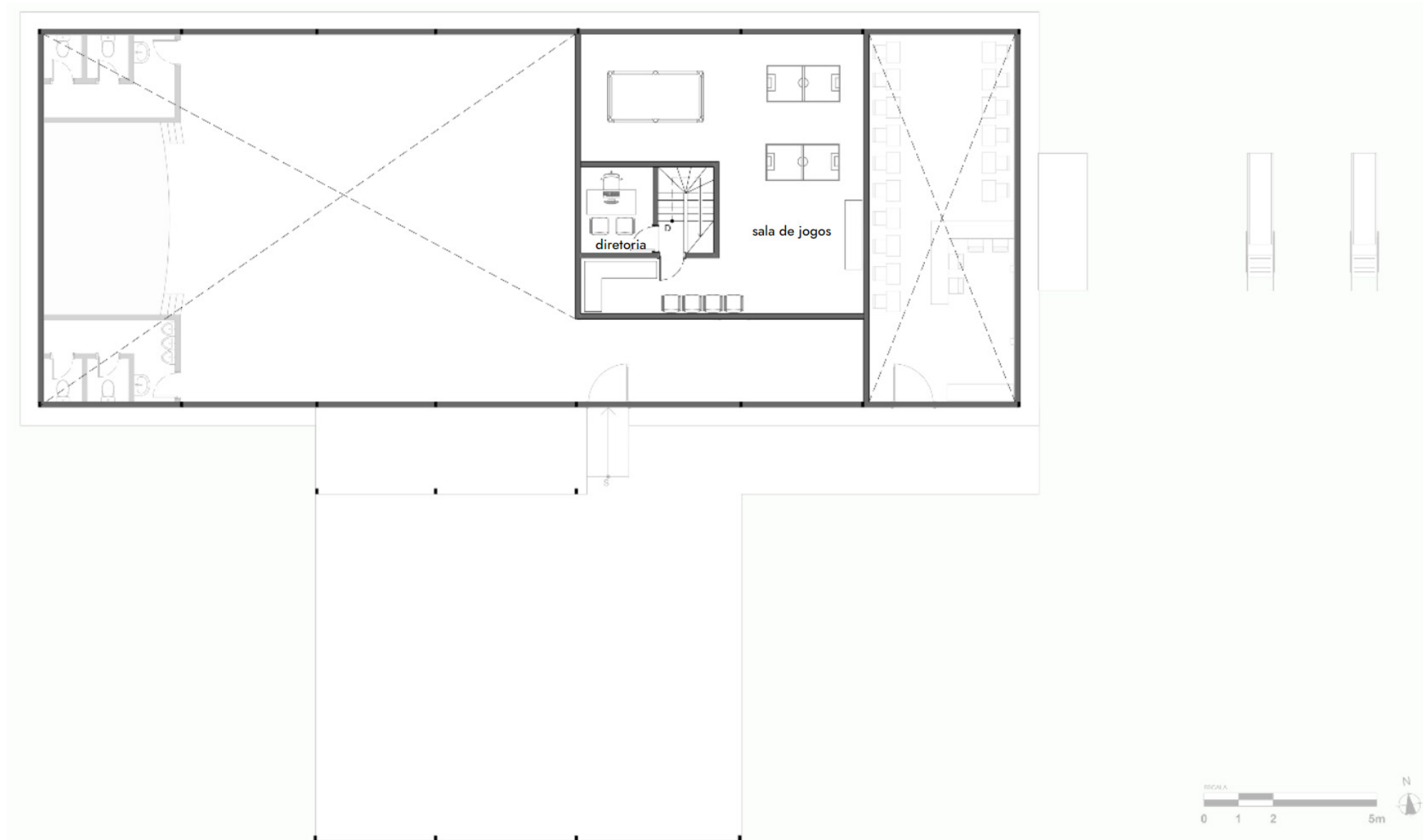


figura 36: planta baixa primeiro pavimento - edificação atual.
 fonte: elaboração própria, 2023

Em um ambiente multiuso de 296,80m² de área construída, na planta arquitetônica da Figura 35 e 36, identifica-se que o edifício principal é constituído por um salão principal, um palco interno e um externo, bar, depósito, 6 sanitários, 3 salas para administração, biblioteca, área externa coberta e uma sala para o clube das mães do bairro.

Nas áreas do salão e área externa coberta, ocorria a realização de atividades durante a semana conforme um horário pré-determinado com a direção da associação (Figura 37), com aulas de dança, kingbox e capoeira.

Aos fins de semana, havia a realização de atividades que não interferiam nas demais pré-estabelecidas, ocorrendo eventos para apresentação de grupos musicais ou de dança, a exemplo da festa de aniversário do bairro ou as festas “matinês” dos fins de semana pelo menos uma vez ao mês, destinadas ao público jovem do bairro.

O funcionamento do clube das mães, em parceria com a associação, oferecia ainda serviços para toda a comunidade, como cursos profissionalizantes de datilografia, corte de cabelo, costura, além de oficinas de artesanato.

O espaço também era cedido para o funcionamento de uma rádio comunitária denominada Zumbi dos Palmares, pertencente à Sociedade Cultural Posse Nova República, uma organização não governamental que além dos programas de rádio, realiza a socialização de crianças e adolescentes com eventos culturais de teatro, esporte, música e capacitação profissional.

Além da edificação entregue pela CEHAP, na planta baixa da Figura 34 nota-se a vasta extensão do terreno, que também conta com uma quadra de basquete, um bar e o campo de futebol, construídos em um período posterior à ocupação inicial.

O âmbito esportivo pode ser considerado o principal atrativo dos lotes, já que o funcionamento da quadra e do campo de futebol tem um funcionamento independente da associação dos moradores. Contudo, a edificação acabava servindo como um apoio para a realização dos torneios esportivos,

Calendário do das atividades do Centro Comunitário

DIAS	EVENTOS	RESPONSÁVEL	TURNO	HORÁRIO	TELEFONE
SEGUNDA-FEIRA	Botão	Luiz	noite	8:00 às 10:30	
	Futebol de Mesa	Josinaldo	Noite	8:00 às 10:30	
TERÇA-FEIRA					
QUARTA-FEIRA	King Box	Wallace	Noite	8:00 às 10:30	
	Grupo de Mães		tarde	14:00 às 15:00	
QUINTA-FEIRA	Futebol de Mesa	Josinaldo	noite	8:00 às 10:30	
	Capoeira	André	Noite	8:00 às 10:30	
SEXTA-FEIRA	King Box	Wallace	Noite	8:00 às 10:30	
	Capoeira	André	Tarde	15:00 às 18:00	
Sábado	Obs.: Os horários de segunda a sexta não poderá ter nenhuma atividade ao não ser com autorização expressa da direção do cecog, o não cumprimento os grupo acima perderá todo seu direito ao local.				

A direção

enquanto o bar, surgiu a partir da reunião dos praticantes de esportes na localidade.

Atualmente, sem a presença ativa da associação dos moradores, a edificação encontra-se com um acesso bastante restrito a grupos que realizam atividades independentes e mantém a limpeza do local por conta própria. Há ocorrência de ensaios de um grupo de folclore, uma banda de reggae, um grupo de capoeira e um curso de costura no período da tarde. Já a área do campo de futebol passou a ser encargo da Prefeitura Municipal de João Pessoa, com a realização de partidas semanais noturnas entre os próprios moradores, ou ainda, torneios e competições de escolinhas de futebol ocasionalmente.

A existência destas atividades, demonstram o potencial transformador do espaço perante o contexto urbano, dada a importância histórica coletiva perante o cenário do bairro.

A figura 38 faz um resumo de todas as atividades identificadas que já ocorreram ou que ainda acontecem no local.

figura 38: diagrama resumo das atividade identificadas.
fonte: elaboração própria, 2023



Todavia, a situação atual da edificação (Figura 39), acaba inibindo o acesso para uma parcela maior de pessoas. Desde o projeto inicial, é um espaço mal utilizado perante a área do lote disponível, com uma estrutura que no momento encontra-se comprometida devido a falta de reparos ou reformas, e grande quantidade de entulhos armazenados no local.

É válido ressaltar que o objeto de estudo em questão, situa-se em uma região de centralidade do bairro, com outros equipamentos públicos importantes em seu entorno: Praça Orlando Geisel, Unidade de Saúde Integrada, Delegacia Distrital, Academia de Saúde do Geisel, escolas e o mercado público.

Entertanto, há uma falta de conservação também dos equipamentos vizinhos, além de uma carência de infraestrutura adequada para a circulação de pedestres. Na figura 40 é possível identificar problemas como a falta de pavimentação, más condições das calçadas, carência de arborização e precária iluminação.

Segundo Figueiredo (2019) a integração com o entorno é de extrema importância para um centro comunitário, já que é um polo gerador de atração próximo a outros equipamentos, devendo possuir fluidez no acesso e circulação de pessoas por suas áreas não edificadas. No objeto de estudo, esta integração é prejudicada pela existências de muros que desvinculam a imagem do local como um espaço público urbano.

Por fim, entende-se que devido a extensão do seu tamanho e a subutilização do local na maior parte das vezes, somado às condicionantes do entorno, é um região que encontra-se com pouca vitalidade urbana. Pode ser classificada como um vazio urbano, tendo em vista que conforme aponta Souza (2019), os vazios urbanos não são apenas terrenos vazios, podendo ser também estruturas edificadas que se encontram subutilizadas, vazias e ociosas, sem cumprir com sua função social.



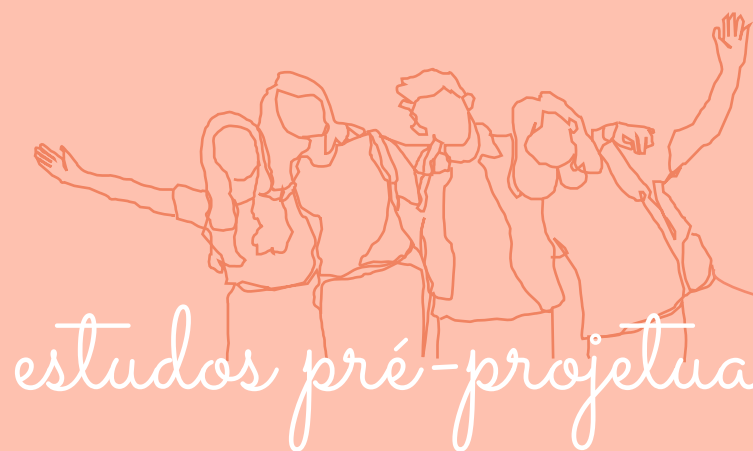
figura 39: situação atual da edificação.

fonte: acervo pessoal, 2023

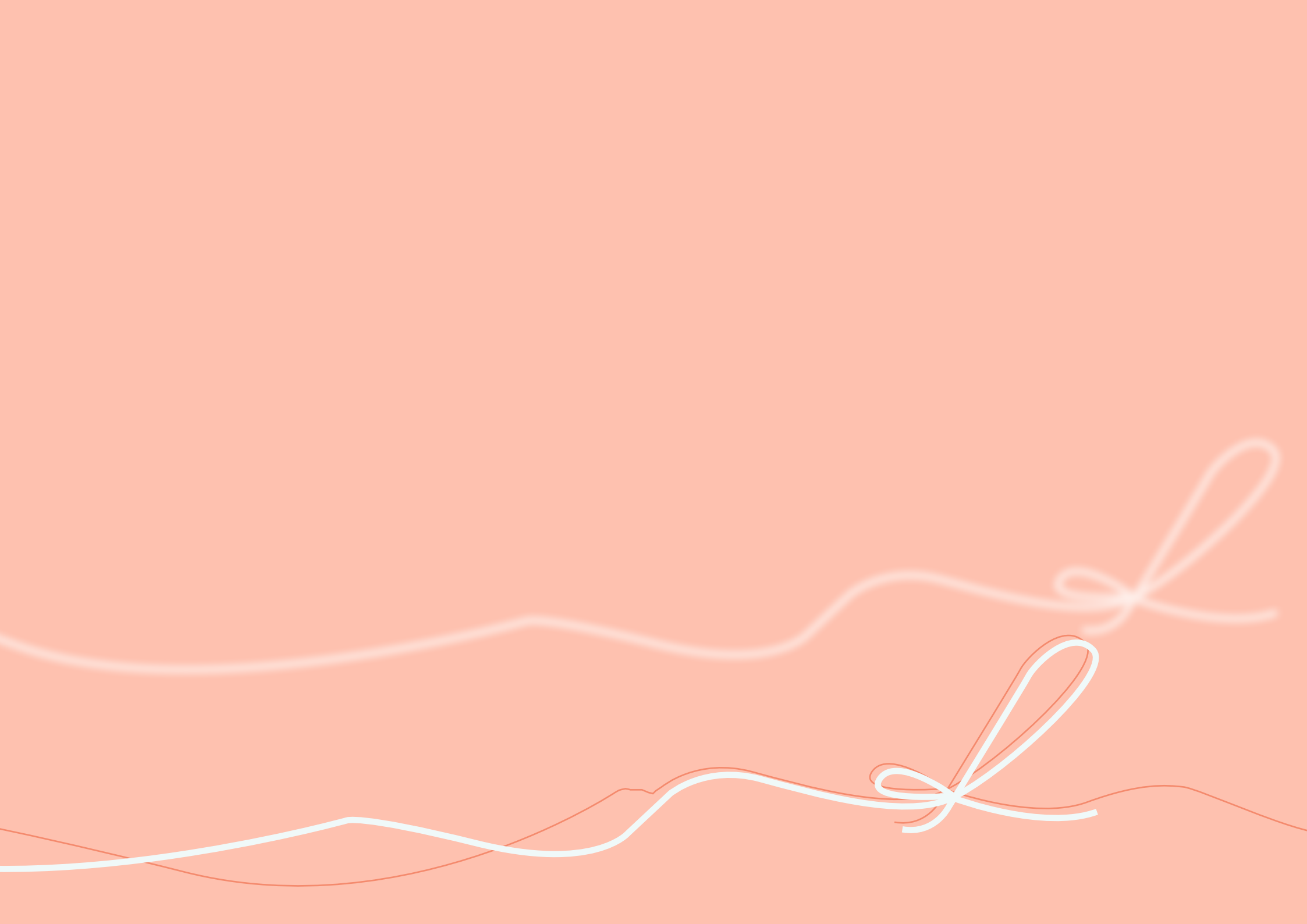


figura 40: situação atual do entorno.

fonte: acervo pessoal, 2023



estudos pré-projetuais



perfil dos usuários

Levando em consideração o conceito de proximidade apresentado por Bonfim et al. (2000) anteriormente, o principal público a ser atendido com o projeto proposto consiste nos moradores do próprio bairro.

Acerca destes habitantes, desde os primórdios, o Ernesto Geisel foi um conjunto habitacional destinado a atender a classe trabalhadora com faixa de renda entre 2 a 4 salários mínimos e que pretendiam obter o primeiro imóvel próprio.

Segundo dados do IBGE (2010), conta com uma população de 14184 habitantes, distribuídos em 4273 domicílios particulares permanentes, distribuídos em arranjos familiares principalmente com 2 a 4 moradores (Gráfico 1). O Gráfico 2 expõe o avanço em relação à quantidade de habitações desde a sua inauguração no ano de 1978, notando-se um salto entre os anos de 2000 a 2010. Entre essa quantidade de habitantes, 54,4% (7722 hab.) é do sexo feminino e 46,6% (6462 hab.) é do sexo masculino, majoritariamente de raça branca ou parda, em uma faixa etária identificada no ano de 2000 (SIDRA IBGE) composta por uma maior quantidade de pessoas de 10 a 49 anos de idade.

Ainda no ano de 2010, dados do IBGE indicavam um valor do rendimento médio mensal dos domicílios igual a R\$2138,99, que correspondia a 4,19 salários mínimos da época. Desse valor, a média do rendimento nomi-

gráfico 1 - quantidade de moradores por domicílio

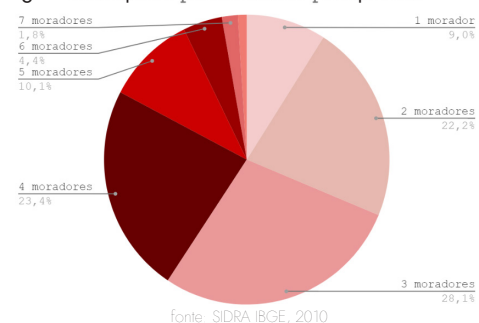


gráfico 2 - evolução da quantidade de domicílios

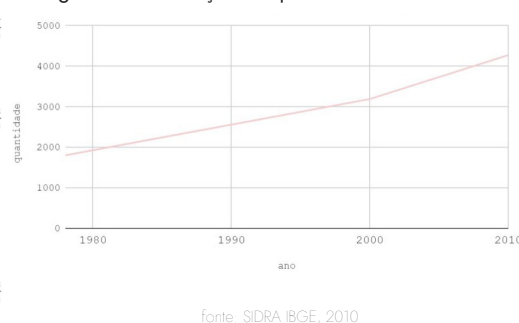


Figura 41: aula de dança em espaço público.



nal médio das pessoas com 10 anos ou mais era de R\$1115,34 (2,10 salários mínimos). O que demonstra que o perfil econômico dos habitantes manteve em relação aqueles que chegaram primeiro.

Observando estes dados e com a realização de visitas in loco, é possível traçar um perfil de usuários composto principalmente por arranjos familiares pequenos e de classe média, no qual ainda identificam-se usuários que residem no bairro desde a sua construção, ou que chegaram pela indicação de outros parentes residentes, apresentando muitas vezes, relações de vínculo entre a vizinhança.

Estas relações podem ser notadas pela observação de alguns grupos que ainda ocupam as calçadas nos fins de tarde ou pelos encontros proporcionados por atividades como os jogos no campo de futebol ou as aulas de dança na academia comunitária de saúde (Figura 41).

gráfico 3 - população residente por grupos de idade

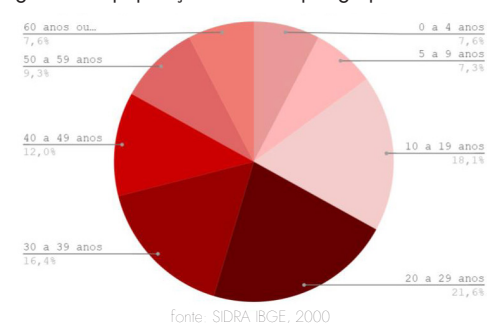
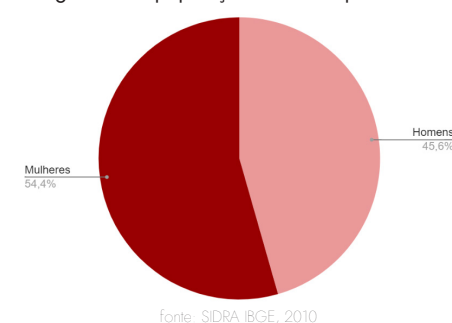


gráfico 4 - população residente por sexo



Após a pesquisa de diagnóstico do bairro realizada, entende-se o bairro como um atrator para moradores de toda a zona sul da cidade, principalmente para aqueles que buscam atividades de lazer, levando em consideração a necessidade de um dimensionamento para além da delimitação atual. Diante disso, o esquema abaixo sintetiza os grupos que usarão o espaço.



estudo das condicionantes

O TERRENO E ENTORNO IMEDIATO

O lote em que se encontra o Centro Comunitário ao qual será realizada a proposta de anteprojeto, encontra-se em uma área de centralidade do bairro., estando a poucas quadras das vias mais movimentadas, além de possuir proximidade com equipamentos importantes para a urbanidade.



Apesar do potencial da região em que o lote se encontra, a falta de infraestrutura das vias, somada necessidade de manutenção da praça e da academia de saúde ocasionam um esvaziamento da região, principalmente no período noturno.

Caracteriza-se ainda, por ser uma região com baixo gabarito e de fácil acesso de veículos. Em contrapartida, tem a acessibilidade para pedestres e bicicletas prejudicada, graças a falta de nivelamento das calçadas e de ciclovias. Cabe ressaltar, o potencial de transformação da área, tendo em vista a presença de lotes ainda subutilizados. O próprio lote a ser trabalhado, é caracterizado pelo mal uso do seu espaço, havendo atualmente uma edificação deteriorada, com grandes espaços inutilizados. A parcela destinada ao campo de futebol, embora tenha sua construção mais recente, necessita de melhorias para uso contínuo, como inserção de vestiários e de arquibancadas confortáveis.

figura 43: vista para o exterior de dentro da edificação.
fonte: acervo pessoal, 2023.



figura 44: mapa das condicionantes climáticas.

Fonte: elaboração do autor a partir do Google Earth.

BR 230

Academia de Saúde Geisel

Espaço do Gerente

IGREJA BETEL GEISEL

USF Estação Saúde

Centro Espírita O Consolador

Shopping Das Cames - Geisel

Super Box Bra

Camoo do Geisel

Alyson Felipe Barreira

Sargento Surf Boards

Mimos

88,11m

132,29m

Image © 2023 Airbus
Data SIO, NOAA, U.S. Navy, NGA, GEBCO

Situado na cidade de João Pessoa, de acordo com a NBR 15220/2003, o lote possui as características da Zona Bioclimática 8. Esta é caracterizada por possuir clima quente e úmido, baixa latitude e bastante radiação solar ao longo do ano, sendo necessário a utilização de estratégias de ventilação natural e sombreamento. No caso do terreno, possui um formato retangular, na qual as maiores dimensões estão com orientação voltada ao Norte/Sul.

LEGISLAÇÃO

De acordo com o macrozoneamento disposto no plano diretor da cidade de João Pessoa, fica localizado na Zona Adensável Não Prioritária, ou seja, segundo o Art. 12 do Plano de Diretor, é considerada aquela onde a disponibilidade ou a falta de um dos sistemas de infra-estrutura básica permite uma intensificação moderada do uso e ocupação do solo, cujo índice de aproveitamento máximo é igual a 2.

Relativo ao mapas de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo da cidade, está situado no Setor 39 com a Zona Residencial 02, na qual corresponde ao uso permitido como Intitucional Local, que compreende estabelecimentos, espaços ou instalação destinadas a educação, lazer e cultos religiosos. Abaixo, segue um quadro resumo com as condições mínimas estabelecidas pelo código de urbanismo da cidades.

Dados urbanísticos legais	
Macrozoneamento	Zona Adensável Não Prioritária
Zoneamento	Zona Residencial 2
Uso	Institucional Local
Recuos	Frente = 5,00m Lateral = 1,50m Fundo = 2,00m
Número de frentes	3 frentes
Área	12726,35 m²
Taxa de ocupação	50%
Índice de aproveitamento	1,5
Taxa de permeabilidade	6%
Número de pavimentos	2
Vagas de estacionamento	Clubes sociais e esportivos = 1/50m

conceito

De acordo com Bonfim et al. (2000) o centro comunitário pode desempenhar um papel fundamental para a consolidação e criação de laços a nível local, do bairro, do grupo, e assim reforçar o “laço social” onde são vividas as relações, sendo indispensáveis para reforçar o protagonismo que as populações devem ter nos processos de desenvolvimento. Pensando nisso, o conceito projetual deste trabalho, visa apresentar a arquitetura enquanto agente transformador do espaço e impulsionador do desenvolvimento da sociedade local.

Os estudos acerca da compreensão territorial do bairro Ernesto Geisel, levaram a um entendimento de que tipos de atividades devem ser realizadas e quais conceitos devem ser ressaltados. Dada a importância histórica do Centro Comunitário e da Associação dos Moradores para a trajetória de crescimento da região, a proposição de um novo nome pretende vencer a influência da época da ditadura militar, trazendo uma nova identidade que se aproxime dos usuários.

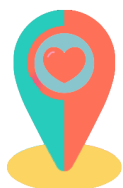
O nome “Laços” representa o espírito de comunidade que esteve presente em todo o funcionamento da edificação, assim como ressalta a intenção de estreitamento das relações para um público alvo ainda maior. Refere-se ainda, a intenção de conectar esta edificação ao entorno imediato, unindo-as como um espaço público pólo de desenvolvimento educacional, cultural, de lazer e de esportes



integração



valor histórico



pertencimento local



sociabilidade

Este projeto de revitalização busca criar não só uma nova edificação, mas sim um marco que “une” todo um entorno de grande potencial urbano: busca “entrelaçar” áreas de vivência do espaço e da vida pública para todo o bairro.



retoma os laços com o passado, impulsiona os laços da vizinhança, cria laços afetivos com o lugar

programa arquitetônico

A programação arquitetônica contempla as necessidades do perfil dos usuários identificadas ao longo do diagnóstico local. Considerando as atividades que estão sendo realizadas de maneira independente, além do retorno das atividades da associação dos moradores e sua trajetória histórica, de maneira que as atividades do Centro Comunitário sejam independentes a existência da associação.

setor	ambiente	descrição	quantidade	área prevista	área final
administração e serviços	recepção	área de informações e controle de acesso	1	25 m ²	53,03 m ²
	administração	sala de administração geral da edificação	1	18 m ²	8,42 m ²
	secretária	sala de atendimento aos usuários	1	32 m ²	29,45 m ²
	sala de reunião	espaço para reunião de funcionários (cap. 10 pessoas)	1	37 m ²	29,76 m ²
	copa	mini cozinha para funcionários	1	9 m ²	3,33 m ²
	almoxarifado	local de armazenamento de arquivos	1	9 m ²	8,16 m ²
	depósito	local de armazenamento de grandes utensílios	1	20 m ²	20,88 m ²
	salas para associação	espaço para gestão da associação dos moradores	3	12 m ²	10,37 m ²
	DML	depósito de materiais de limpeza	-	4 m ²	4,90 m ²
	central de gás	local para armazenamento de gás industrial	-	-	3,70 m ²
	central de lixo	área de containers de lixo e reciclagem	-	-	4,63 m ²
	banheiros	espaço para atender o setor educacional e cultural	3	20 m ²	20,58 m ²
	lojas	ambientes comerciais dos produtos dos cursos ofertados	3	30 m ²	40,89 m ²

Além do setor geral de administração, cada âmbito de atividades descritas nas diretrizes projetuais foram separadas por setor.

As atividades do setor de esporte, visam atender à demanda dos torneios que ocorrem no campo de futebol, com a inclusão de arquibancadas e dois vestiários com setor de banho e sanitários. As salas de artes marciais contemplam as aulas que ocorreram no local atualmente, havendo ainda a possibilidade de oferta de novas modalidades no futuro.

O setor educacional resgatou atividades antigas, manteve as existentes com uma nova estrutura qualificada, além de propor novos cursos a fim de estimular o desenvolvimento local, com a sala de informática, a cozinha comunitária e a sala de reforço (prática bastante presente no bairro).

setor	ambiente	descrição	quantidade	área prevista	área final
esporte	vestiários	área de e banho e sanitários para preparação dos times	2	-	41,57 m ²
	arquibancada	reformulação dos locais para assistir torneios	-	-	-
	sala de artes marciais	sala de aulas de king box, capo	2	56 m ²	34,84 m ²
educação	sala de reforço	espaço coworking para ensino infantil	1	60 m ²	41,76 m ²
	sala de aula	salas convencionais para cursos rápidos com 30 alunos	2	47 m ²	31,82 m ²
	sala de informática	laboratório de informática para 24 alunos	1	40 m ²	63,94 m ²
	sala de costura	oficina de costura para 20 alunos	1	75 m ²	101,79 m ²
	espaço beleza	ambiente para aulas de manicure, salão de beleza e barbearia para 14 alunos	1	75 m ²	63,95 m ²
	ateliê	espaço para oficinas de artesanato com 24 alunos	1	60 m ²	41,32 m ²
	cozinha comunitária	ambiente de aulas de gastronomia para 12 alunos	1	125 m ²	98,49 m ²
	despensa	espaço de armazenamento da cozinha	1	20 m ²	15,04 m ²
	biblioteca	biblioteca pública com ambientes de permanência	1	80 m ²	64,99 m ²

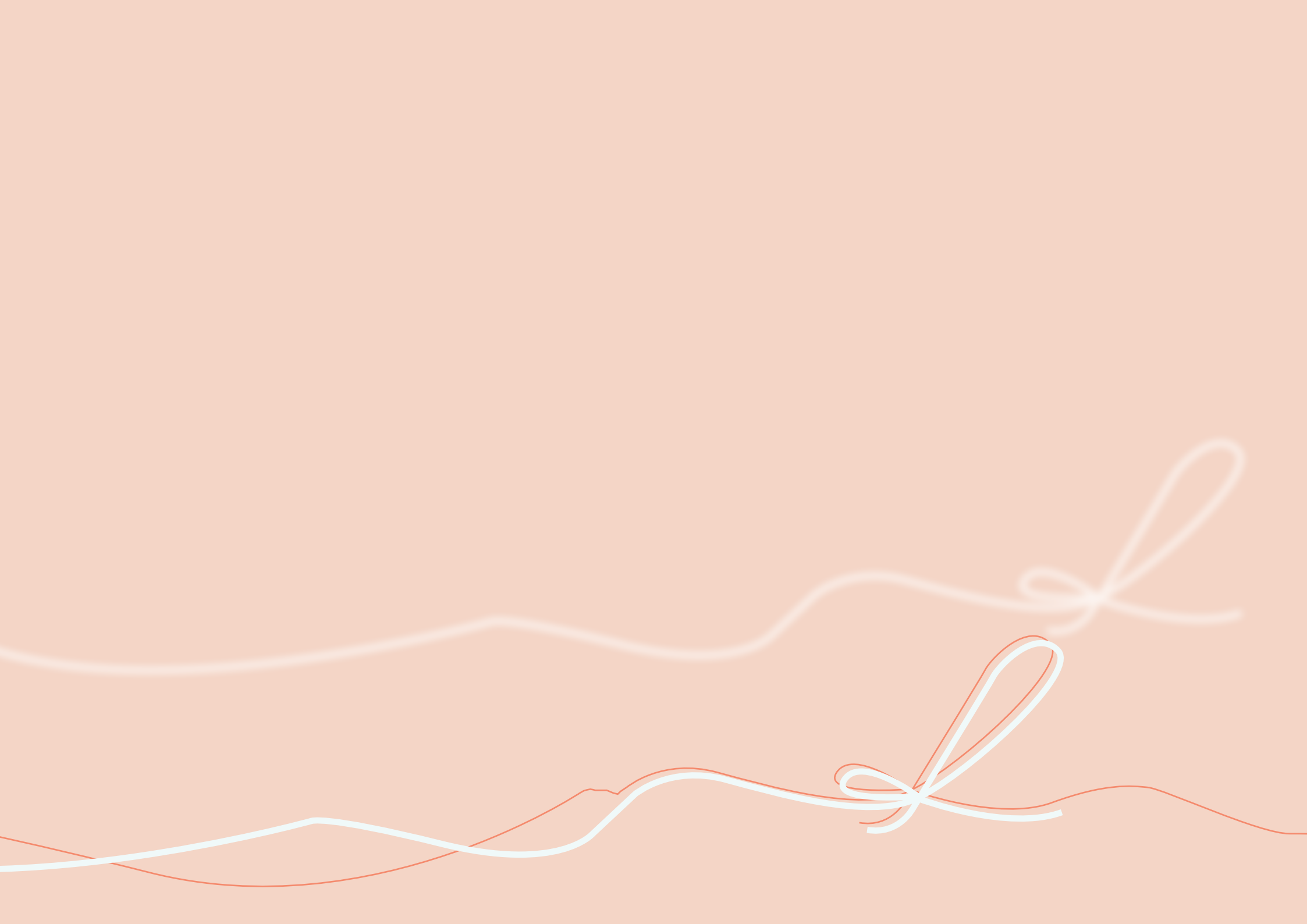
O setor de cultura e lazer procura ter ambientes multifuncionais para o incentivo ao estreitamento das relações de vizinhança, prevalecendo áreas externas de permanência com conexão aos espaços públicos do entorno.

Considerando o forte potencial de comércio alimentício em certos locais do bairro, a inserção de comércios tem a intenção de resgatar a vitalidade urbana nesta região principalmente no período noturno. Ainda assim, a presença de atrativos públicos garante a acessibilidade do local para todas as faixas de renda.

setor	ambiente	descrição	quantidade	área prevista	área final
cultura e lazer	estúdio	espaço destinado ao funcionamento da rádio comunitária	1	25 m ²	25,92 m ²
	sala de ensaios	área para ensaios de aulas de dança, teatro e música	2	48 m ²	64,99 m ²
	brinquedoteca int.	espaço fechado para brinquedos infantis	1	25 m ²	30,07 m ²
	brinquedoteca ext.	espaço para brinquedos infantis em local aberto	1	-	73,22 m ²
	sala de jogos	espaço para volta do futebol de botão e outros jogos	1	30 m ²	30,07 m ²
	hall	área de entrada e espera do auditório	1	50 m ²	32,40 m ²
	auditório	ambiente de apresentações e assembleias	1	150 m ²	155,07 m ²
	camarim	apoio para apresentações do auditório	3	18 m ²	12,48 m ²
	pavilhão multiuso	área multiuso em local aberto com cobertura	1	-	198 m ²
	espaço descoberto	áreas de permanência arborizada no exterior	-	-	-
	quiosque	ambientes de venda de alimentos na área externa	-	15m ²	7,00 m ²
	clube da mulher	sede para volta do clube de mães, ampliando atuação	3	25 m ²	25,20 m ²
	espaço pet	brinquedoteca externa destinada a animais domésticos	1	25 m ²	73,22 m ²







setorização

A partir da realização das etapas anteriores, a setorização dos ambientes partiu do pressuposto de separação dos setores, mantendo uma livre circulação ao longo do lote, sendo o pavilhão multiuso o ponto central da edificação, com a área de esportes mantida no local atual.

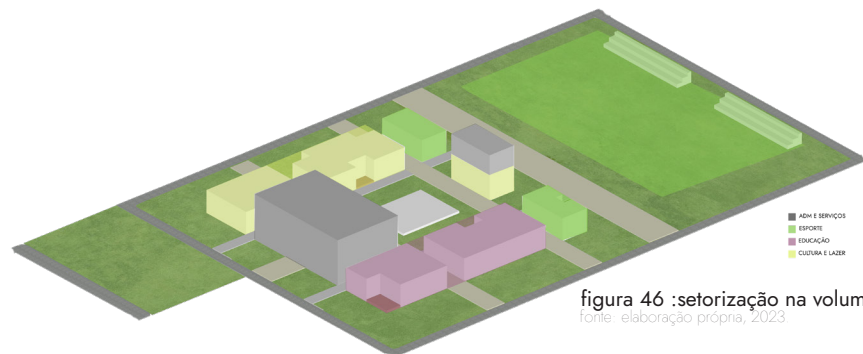


figura 46 :setorização na volumetria
fonte: elaboração própria, 2023

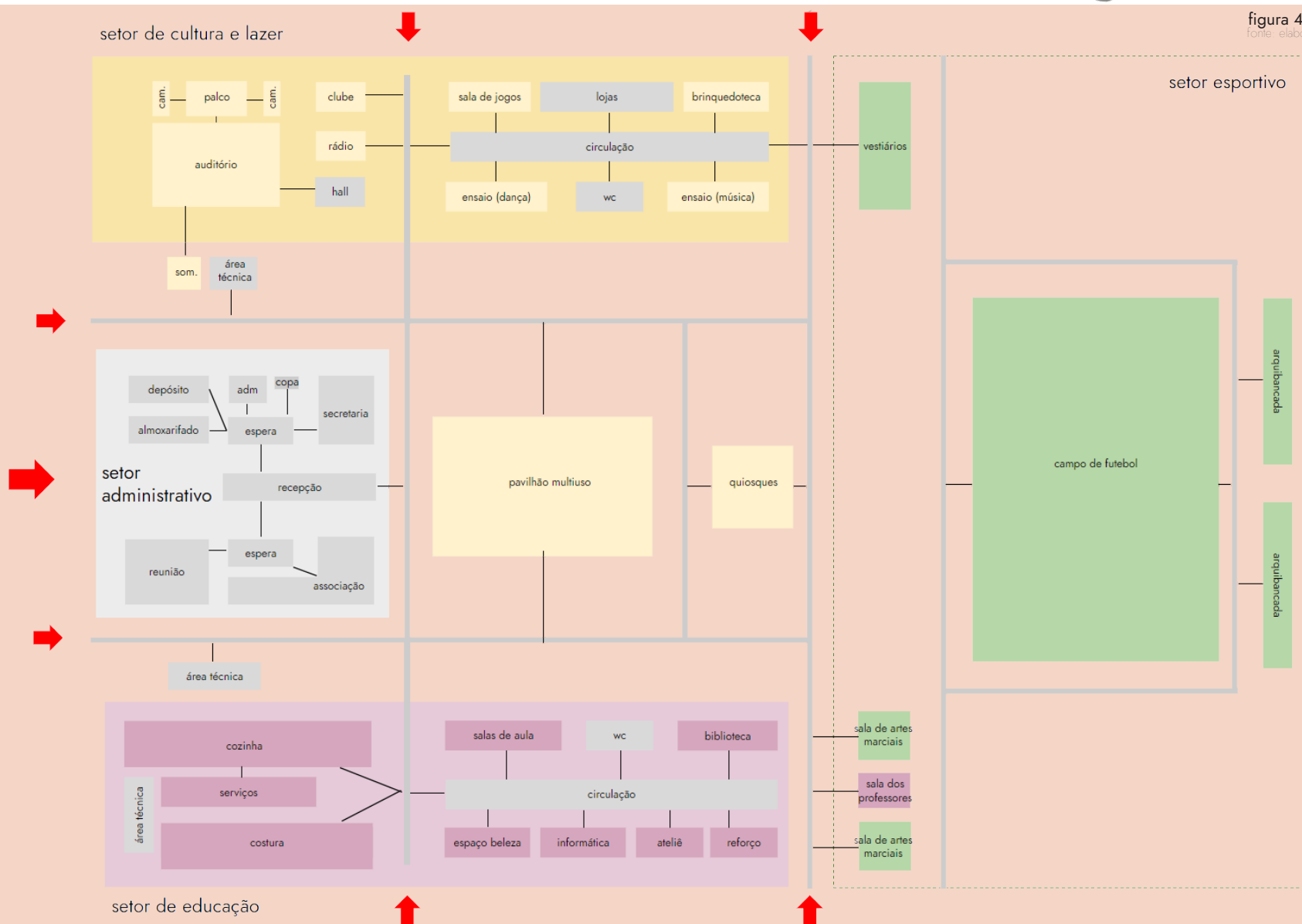


figura 47: organograma setorizado
fonte: elaboração própria, 2023

VOLUMETRIA

Baseado no baixo gabarito das edificações da região, o partido volumétrico inicial tem como pressuposto a intenção de manter uma edificação térrea com um alto pé direito.

Inicialmente foi pensada com uma implantação em “L”, posteriormente desconstruída com a separação em blocos baseadas nos tipos de usos agrupados na setorização. Os blocos centrais da edificação, possuem um pé direito elevado, a fim de ressaltar os principais acessos e gerar um jogo de alturas na volumetria apesar da edificação ser térrea, além do aproveitamento dessa altura para inserção da caixa d’água. Esse jogo também foi utilizado com o uso de reentrâncias para ambientes ajardinados, ou com painéis segunda pele, utilizados como barreira de proteção solar, acústica ou de privacidade. Entre os blocos, foi materializada a diretriz de livre circulação, permitindo que o usuário possa atravessar a quadra passando pelo interior da edificação, mantendo como base a via pedestrianizada existente.

O telhado invertido com grandes beirais, é uma forma de “unir” visualmente todos os blocos em uma única edificação, garantido o sombreamento da circulação.



figura 49: volumetria no contexto do entorno
fonte: elaboração própria, 2023.

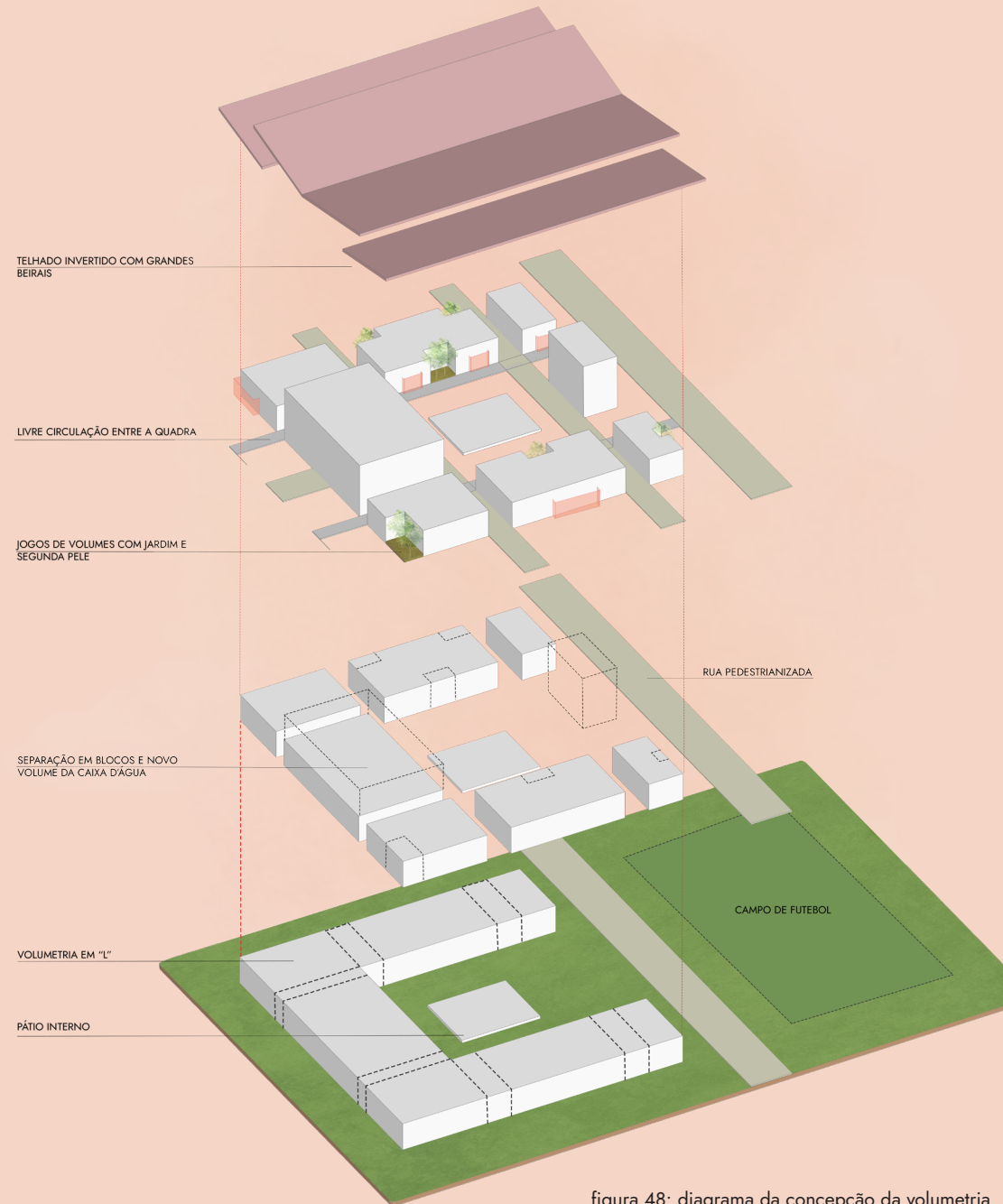


figura 48: diagrama da concepção da volumetria
fonte: elaboração própria, 2023.



ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

Tendo em vista a orientação majoritariamente Norte/Sul do terreno, optou-se por manter a locação da quadra, com a arquibancada na face Leste, o que garante um conforto climático e mantém o contato visual do campo com quem circula no terreno.

Acerca da edificação, as aberturas de circulação somada a existência do pavilhão multiuso como uma espécie de pátio central garantem a circulação da ventilação por todos os ambientes. Além disso, pensando insolação como condicionante, optou-se por colocar os ambientes de serviço na face Oeste, como a cozinha, áreas técnicas e o auditório (dada a necessidade de ser um ambiente completamente fechado).

Partindo do pressuposto do setor educacional ser aquele com maior permanência, está locado na face Sul, enquanto ao Norte estão os ambientes de cultura e lazer, cuja permanência tem menor duração. Ainda assim, foram utilizadas estratégias de atenuação com a proposição de áreas verdes.

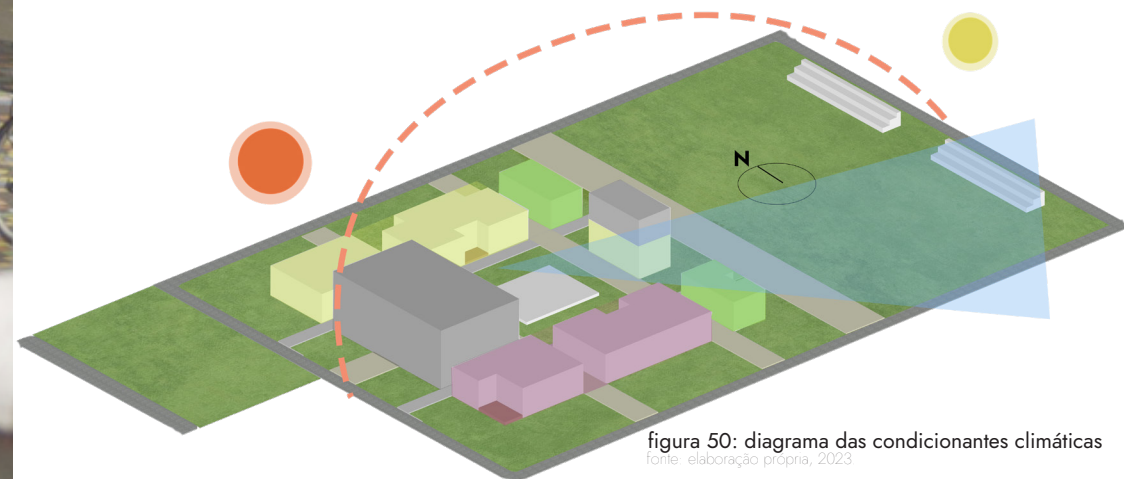


figura 50: diagrama das condicionantes climáticas
fonte: elaboração própria, 2023

FLUXOS E ACESSOS

Tendo em vista a circulação entre os blocos, os acessos a edificação pode ser dar de várias maneiras. Apesar disso, manteve-se o ponto de fuga da R. George Cunha como o acesso principal, onde está locada a recepção e áreas administrativas para quem deseja obter informações ao chegar no local.

A via pedestrianizada existente e a presença de equipamentos públicos nas ruas Prof. Miguel Lima e Prof. Noêmia Ribeiro foram a base para manter o fluxo Leste/Oeste como circulação primária de conexão entre quadra.

No sentido perpendicular, há uma circulação secundária, em menor largura e com menos destaque, mas que mesmo assim garante o fluxo diversificado dos usuários.

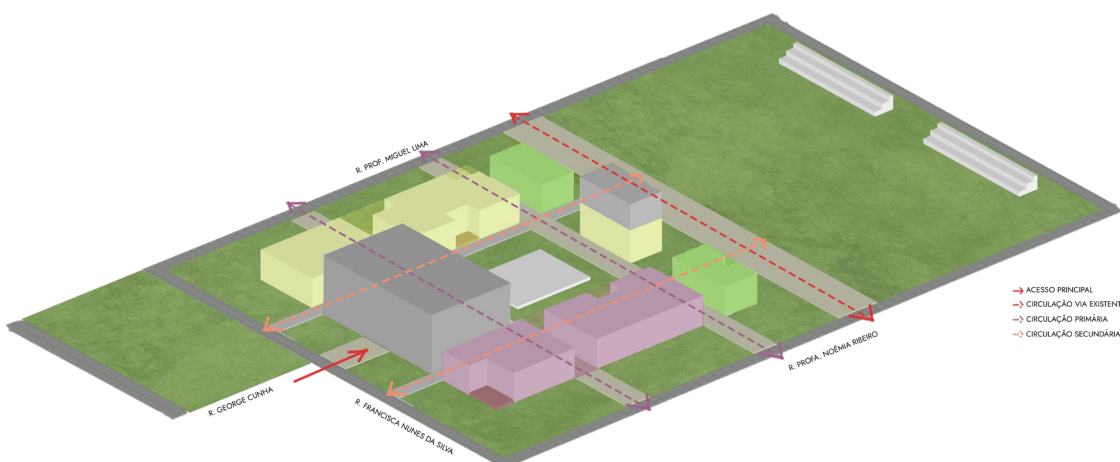


figura 51: diagrama dos fluxos e acessos
fonte: elaboração própria, 2023

RELAÇÃO INTERIOR X EXTERIOR

Entendendo o Centro Comunitário como um local flexível e multiuso, acrescentando as características do conjunto do entorno abordada, o partido do projeto tem os ambientes exteriores como uma forte característica para materialização das macro diretrizes. Para isso, foram propostos ambientes de permanência externa, que apresentam-se como uma extensão dos espaços públicos das proximidades.

Todavia, preocupou-se com a privacidade e características acústicas dos ambientes internos, especialmente do setor educacional. Desse modo, na área próxima as salas de aula, priorizou-se que sejam ambientes de “permanência calma”, sem a presença de comércio ou atrativos de brincadeira. Em contrapartida, ao lado do setor de cultura e lazer, estão os ambientes de “permanência ativa”, com atrativos para crianças, animais domésticos e inserção de comércios para melhoria da vitalidade urbana.

Cabe ressaltar o uso de elementos de fachada para impulsionar ou limitar o contato visual com a rua e conseqüente privacidade dos ambientes.

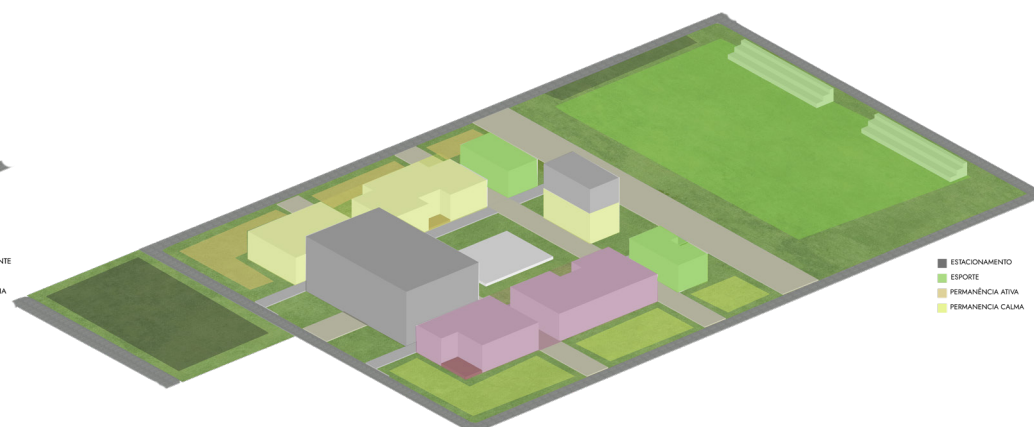


figura 52: diagrama dos espaços externos
fonte: elaboração própria, 2023

agenciamento e implantação

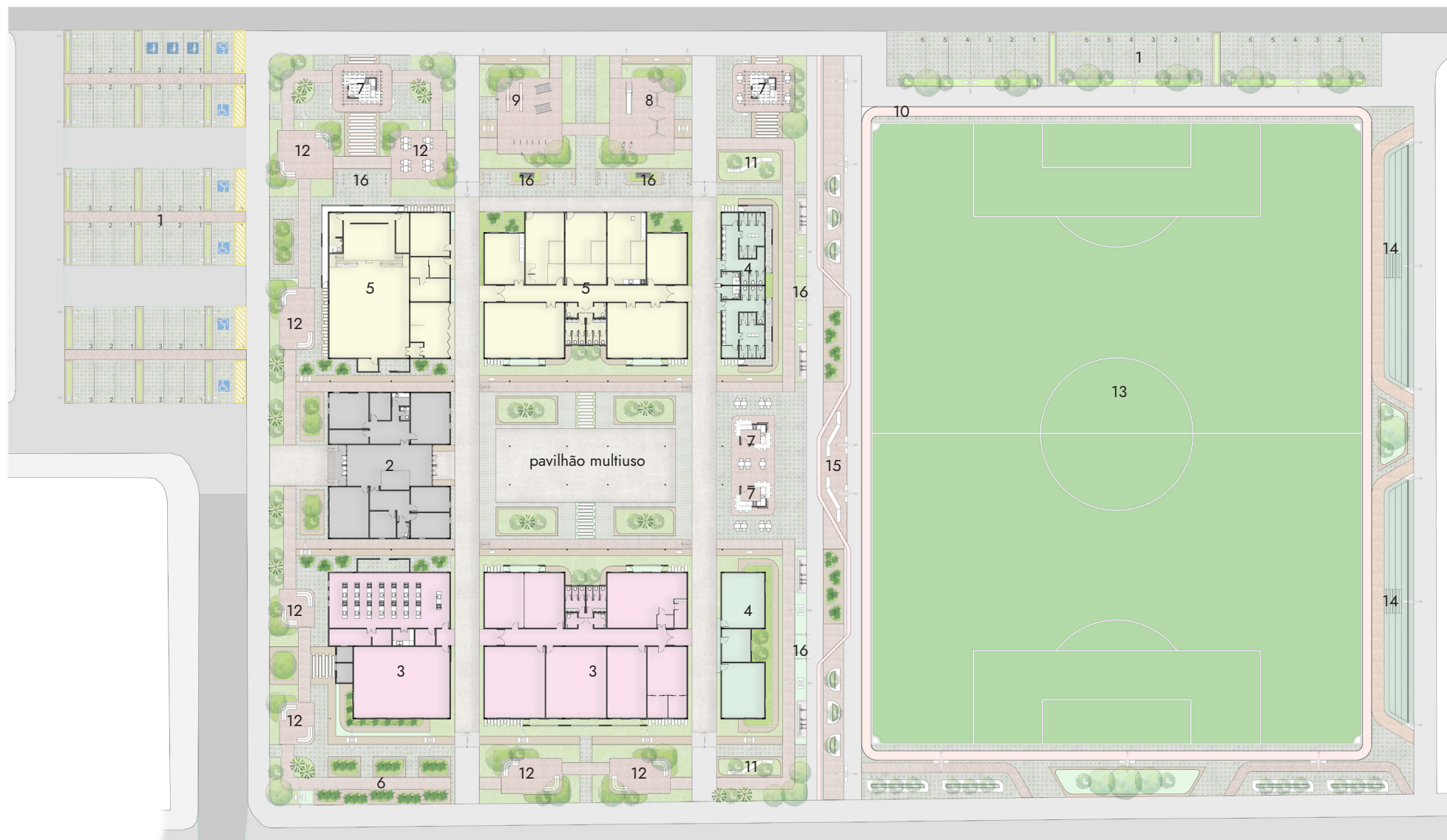
Para medidas e áreas, ver material anexo com pranchas técnicas.

- 1 - estacionamento
- 2 - setor de administração
- 3 - setor de educação
- 4 - setor de esportes

- 5 - setor de cultura e lazer
- 6 - horta
- 7 - quiosque
- 8 - brinquedoteca externa

- 9 - espaço pet
- 10 - pista de corrida
- 11 - espaço descanso
- 12 - espaço social

- 13 - campo de futebol
- 14 - arquibancada
- 15 - via pedestrianizada
- 16 - bicicletário



planta baixa - agenciamento



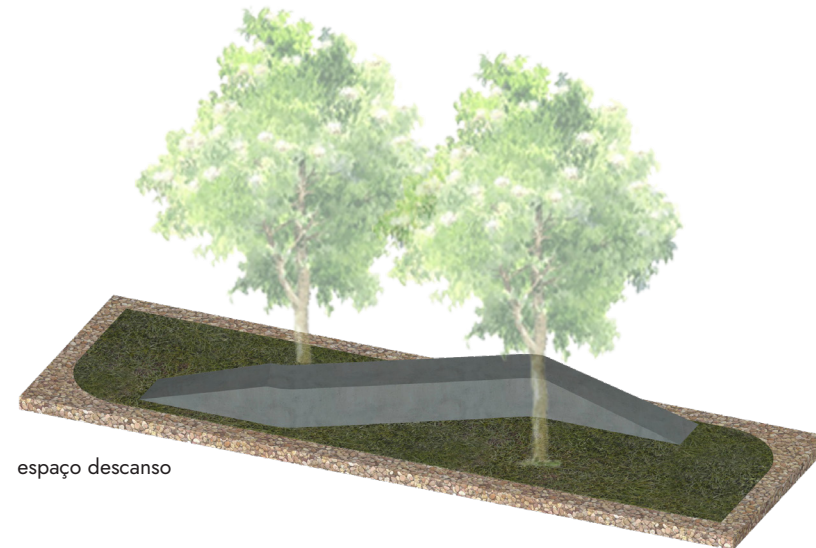
AMBIENTES EXTERNOS

Pensando em tornar a área externo como um espaço público impulsor do desenvolvimento local, os ambientes externos apresentam espaços de cultura e lazer do programa de necessidades.

O agenciamento do terreno, contou com a diferença de cores do piso para o tipo de ambiente, seja ele de passagem ou permanência, contando com o “cobograma” como garantia da permeabilidade de fluxo em todos os espaços mantendo o verde. As áreas com jardineiras ou de gramado, geram diferentes cenários ao longo da passagem do usuário, intercalados com ambientes de permanência que visam a integração com o entorno e a sociabilidade dos usuários.

Cada espaço de permanência conta com jardineiras e árvores de sombreamento, garantindo o conforto térmico nas áreas externas.

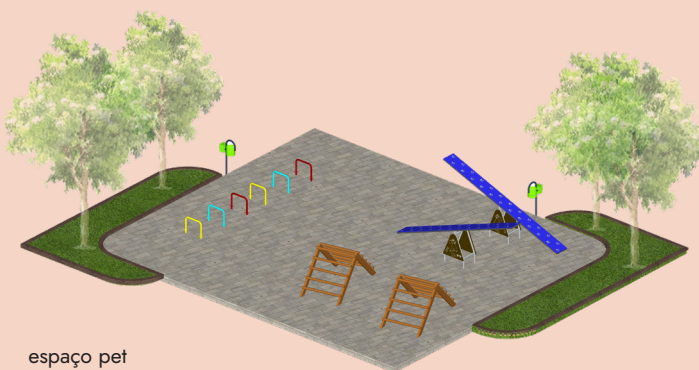
O “espaço social” foi chamado assim graças ao empenhamento criado com um mobiliário que impulsiona o contato visual e sociabilidade dos seus ocupantes, além de haver uma variação nas suas dimensões, para diminuir ou aumentar a proximidade.



espaço descanso

Havendo ainda, o “espaço descanso” como um ambiente menor e de mais introspecção para quem está sozinho.

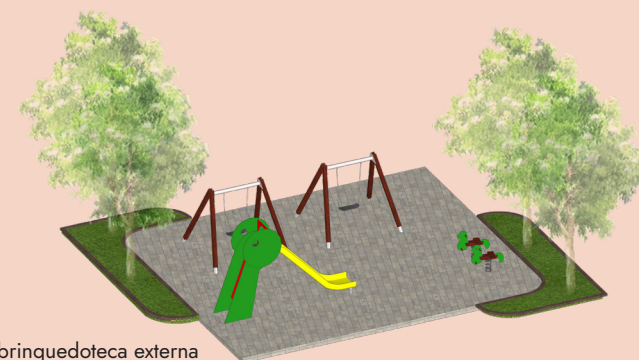
O brinquedoteca externa garante um espaço de recreação próximo a área comercial, possuindo um dimensão menor devido a presença de brinquedos infantis na academia de saúde e na praça do entorno. Desse modo, o espaço pet surge como um diferencial para gerar sociabilidade entre crianças e animais domésticos.



espaço pet



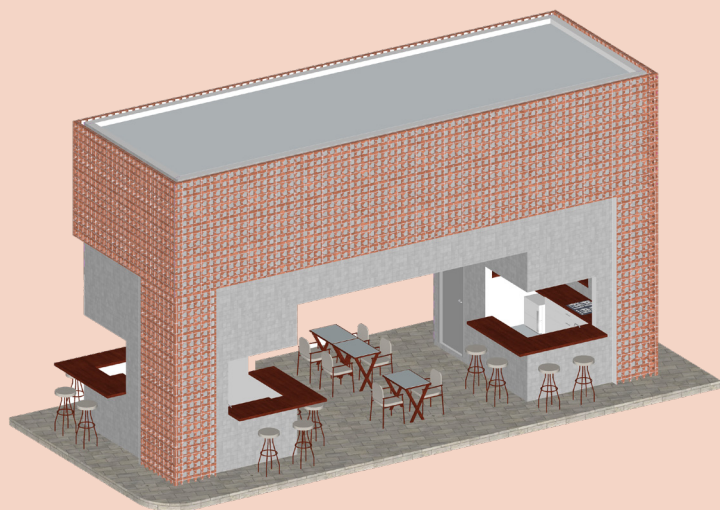
espaço social



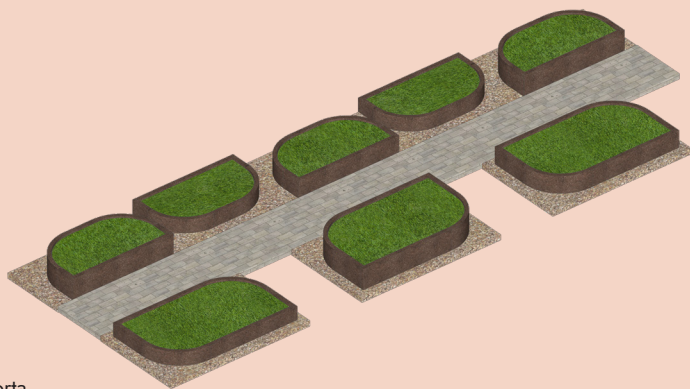
brinquedoteca externa



quiosque



quiosque



horta

ÁREAS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO

Pensando no potencial de tornar o local como uma centralidade de espaços públicos do bairro, a inclusão de quiosques ao longo do lote é uma maneira de atrair as pessoas através do âmbito privado. Em especial no comercial de comédorias, dada as características do bairro como atual polo de lanchonetes e restaurantes para toda a região sul. Além de respeitar e entender a existência do atual bar no lote, como o maior atrativo que mantém o lote em uso na maior parte do tempo, ainda que representa uma parcela pequena da sua extensão.

Serve ainda como uma oportunidade para os alunos das aulas de gastronomia ofertadas, colocando em prática o pontencial transformar apresentados no referencial teórico acerca dos Centros Comunitários.

O primeiro modelo é destinado aqueles que pretendem utilizar as áreas de permanência ativa do agenciamento, ou para pedestres que passam pelo local, estando integrado com a academia de saúde e a área marjoriatiamente residencial do entorno.

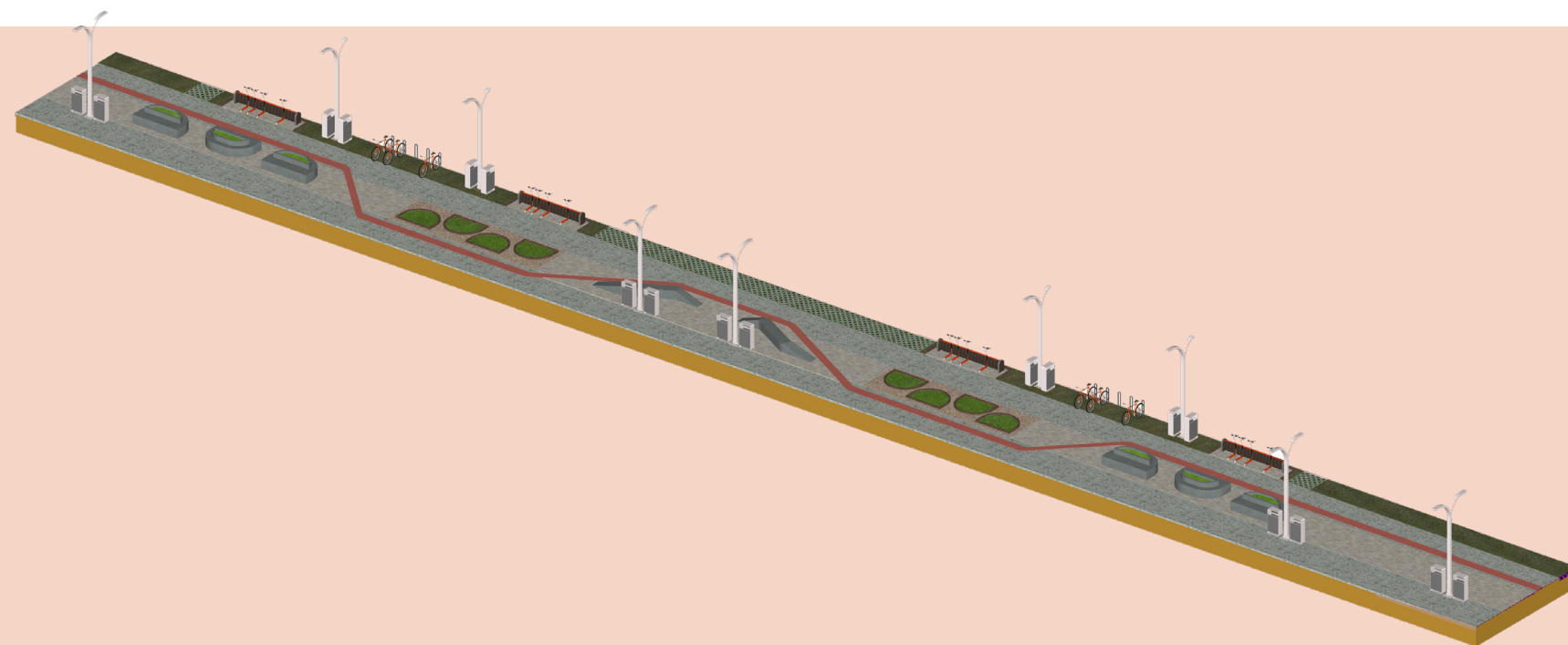
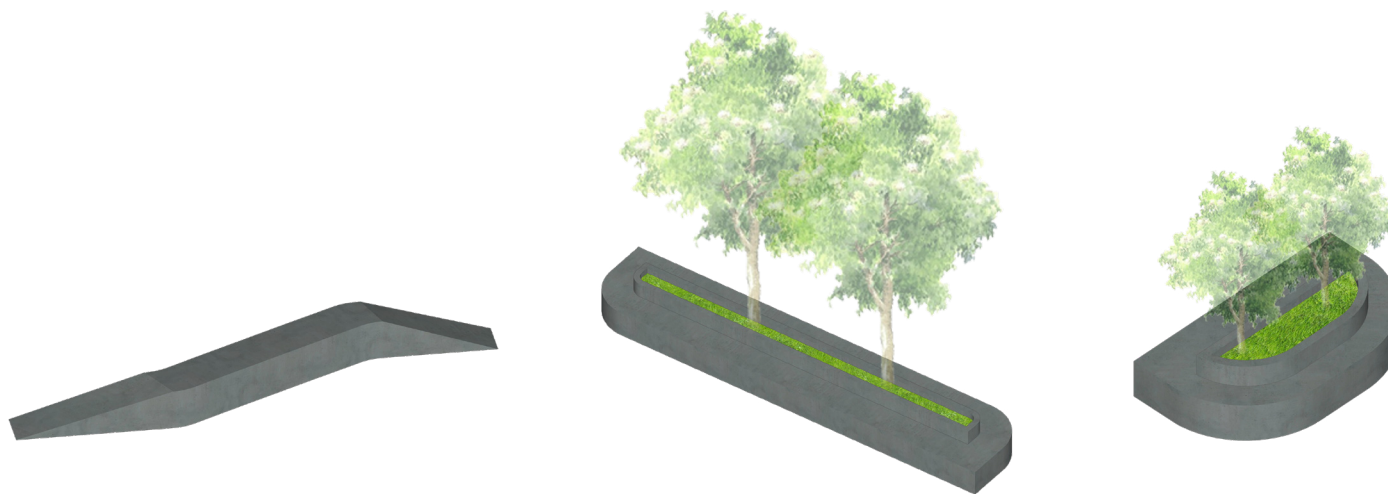
O segundo, faz uma conexão direta da via pedestrianizada e o pavilhão multiuso, sem impedir a conexão visual com a edificação, funcionando como uma espécie de portal, que delimita o espaço do centro comunitário, ao passo que convida para a entrada pela volumetria em destaque. É nesta construção também onde se encontra o reservatório de água que atende os demais ambientes.

Por fim, a horta comunitária atende a demanda das aulas de gastronomia da cozinha comunitária, como garante livre acesso para moradores que desejem participar do processo de plantio e colheito. Gera ainda experiência sensoriais para os pedestres que passam pelo lote. Foi implanta na área noroeste do lote para maior exposição solar, e próxima a sala da cozinha comunitária pensando nos requisitos funcionais do projeto.

MOBILIÁRIO URBANO

Todos os mobiliários inseridos no projeto, foram pensado para ser utilizado de maneira multifuncional e priorizando o conforto ambiental. Por isso foram criados os módulos com jardineiras que garantem o sombreamento.

Em especial o banco do “espaço descanso”, possui um formado inclinado que possibilita um encosto reclinado para aqueles que desejam sentar na grama.



VIA PEDESTRIANIZADA

Considerando a via pré-existente como uma potencialidade, sua implantação foi mantida, mas com uma nova reformulação, que gera uma passagem com atrativos e convidativa a permanência.

A sua paginação e pintura vermelha em destaque no chão, é o que serviu de base para as intervenções macro que serão apresentadas posteriormente.

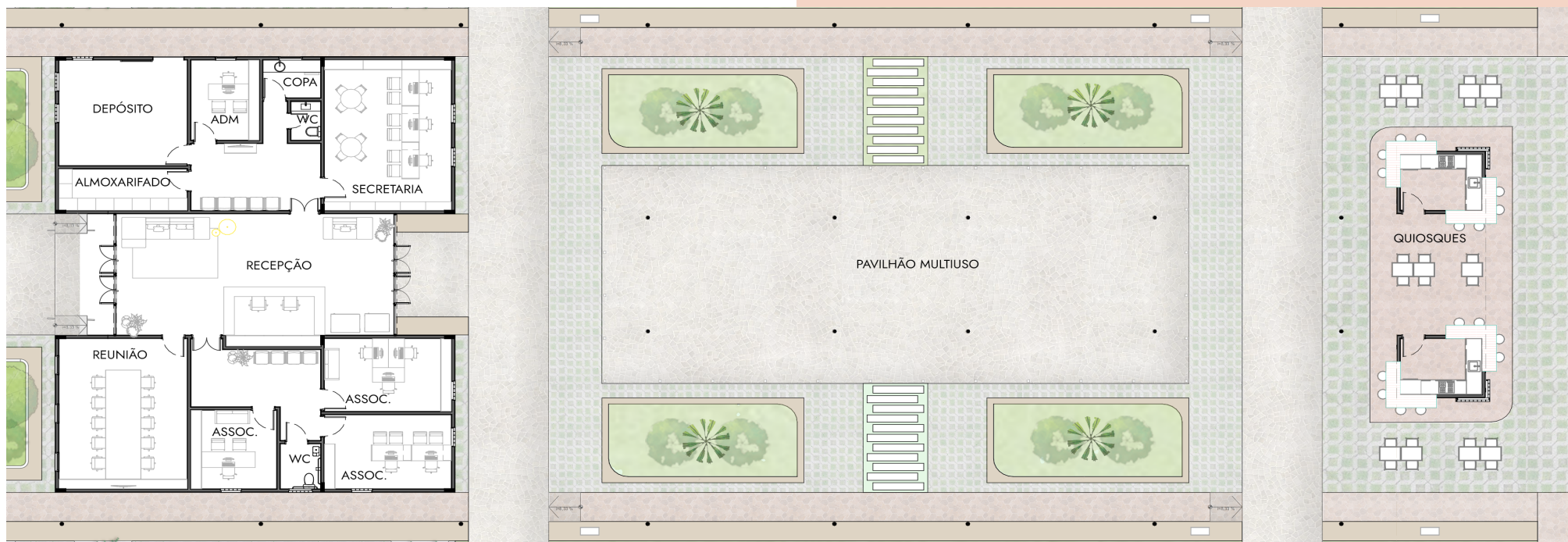
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS

Pensando neste bloco como o acesso principal da edificação, a recepção é entendida como um local de chegada para busca de informações dos usuários, todavia, não é a única maneira de acesso e nem o único local de espera para aqueles que estiverem familiarizados com a logística.

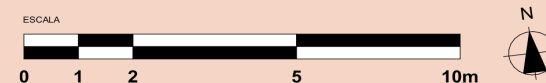
É um prédio onde situa-se toda a parte burocrática, com ambientes de espera específicos para a parte administrativa da edificação e outro para as salas de funcionamento da associação dos moradores do bairro.



recepção

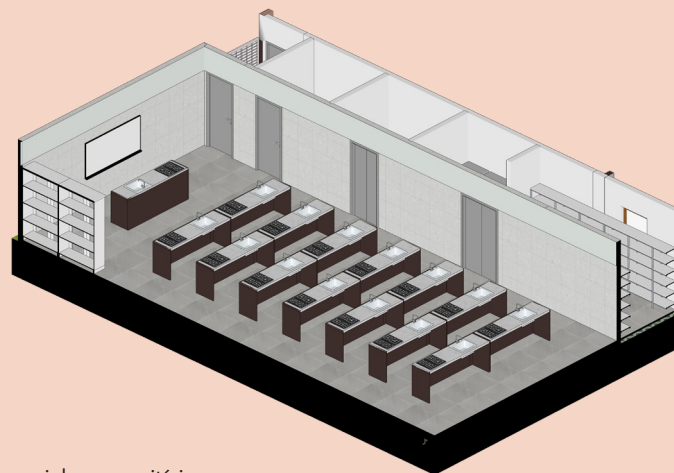


planta baixa - setor de administração e serviços





sala de costura



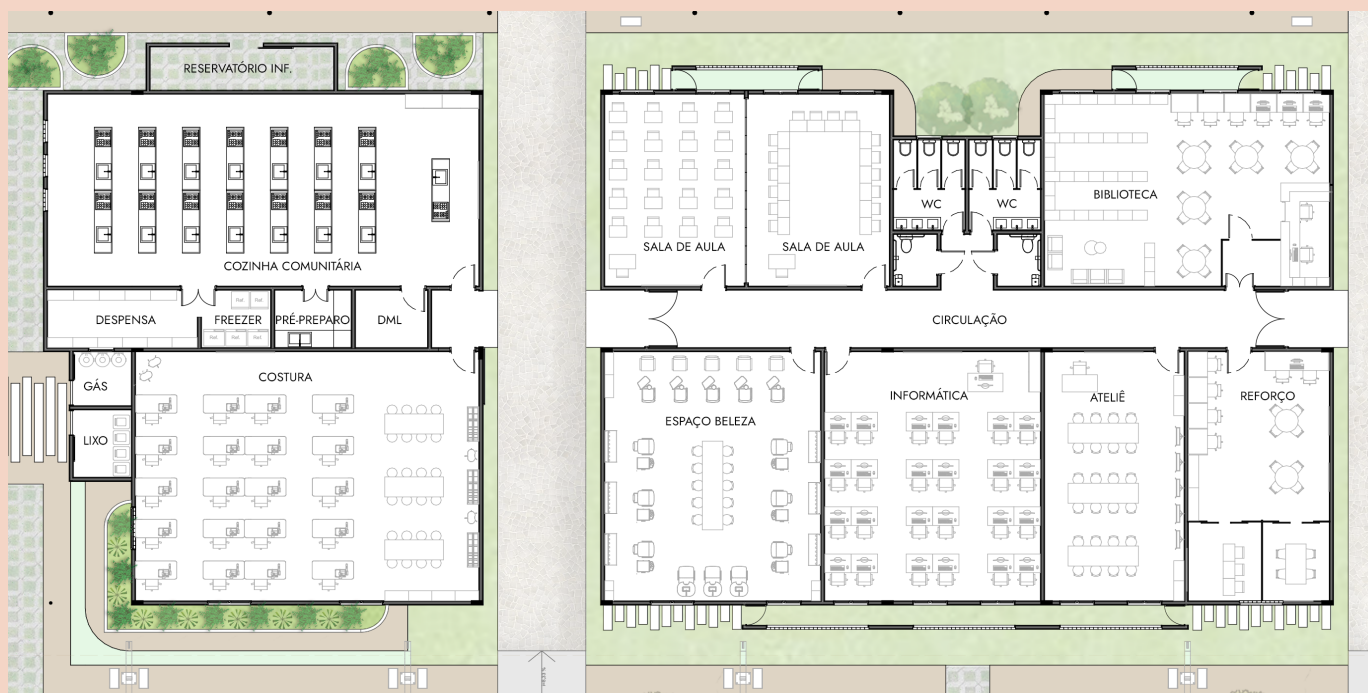
cozinha comunitária

SETOR DE EDUCAÇÃO

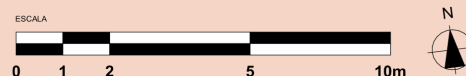
Em relação as salas de aula do setor educacional, foram pensadas em possibilidades de uso de acordo com as potencialidades e demandas identificadas a partir do diagnóstico do bairro.

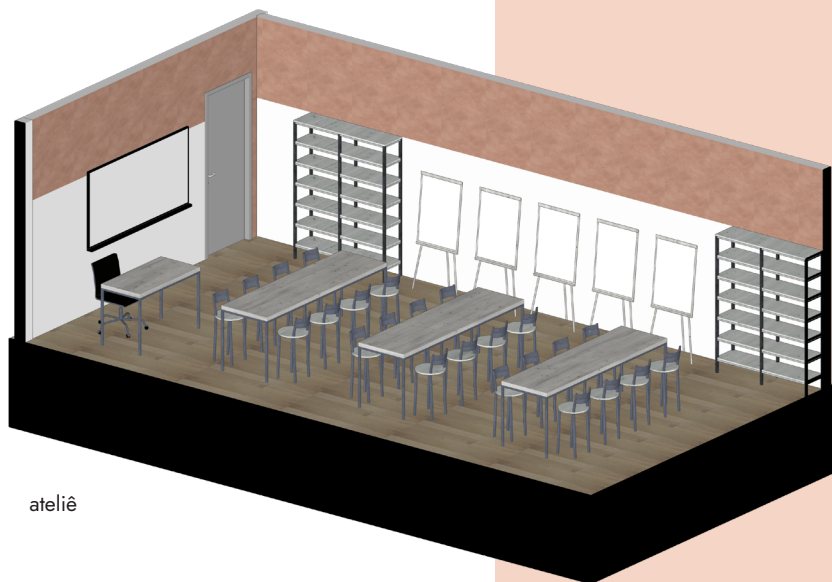
Setorizando funcionalmente, a cozinha e comunitária e a sala de costura foram separadas das demais devido a maior produção de ruído destes espaços, não atrapalhando o nível de concentração dos outros alunos.

O demais ambientes também estão alocados com o máximo de privacidade, além de priorizar a multifuncionalidade de usos. Em especial das salas de aula, cuja parede divisória entre elas é na verdade um painel que permite a unificação dos ambientes; dos ambientes da biblioteca e reforço, que permitem o estudo individual ou em grupos de diferentes quantidades de pessoas; e do ateliê, cuja intenção é possibilitar a oferta de oficinas de artesanato em diferentes âmbitos.

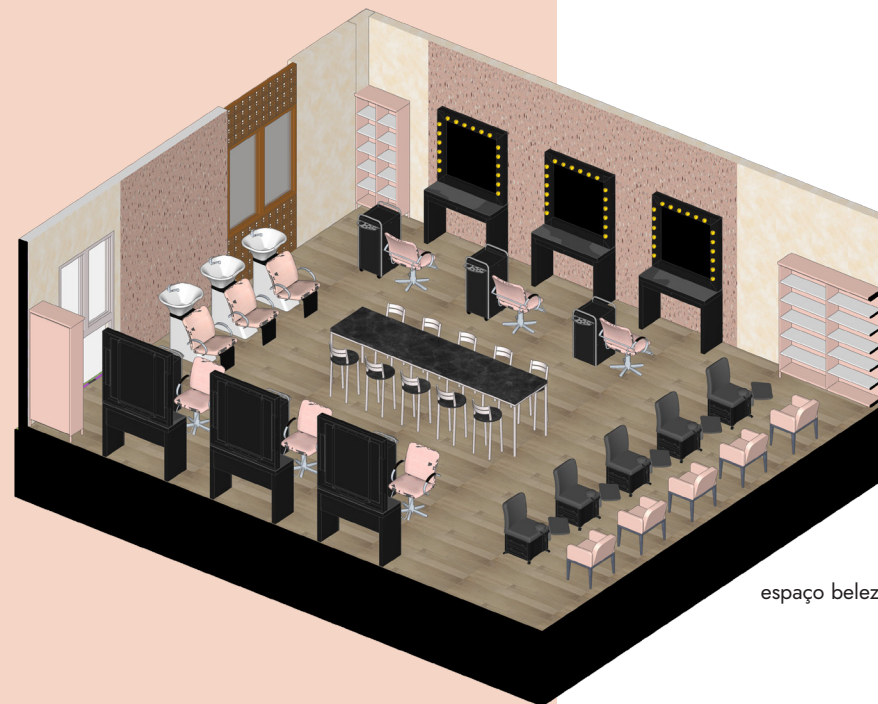


planta baixa - setor de educação

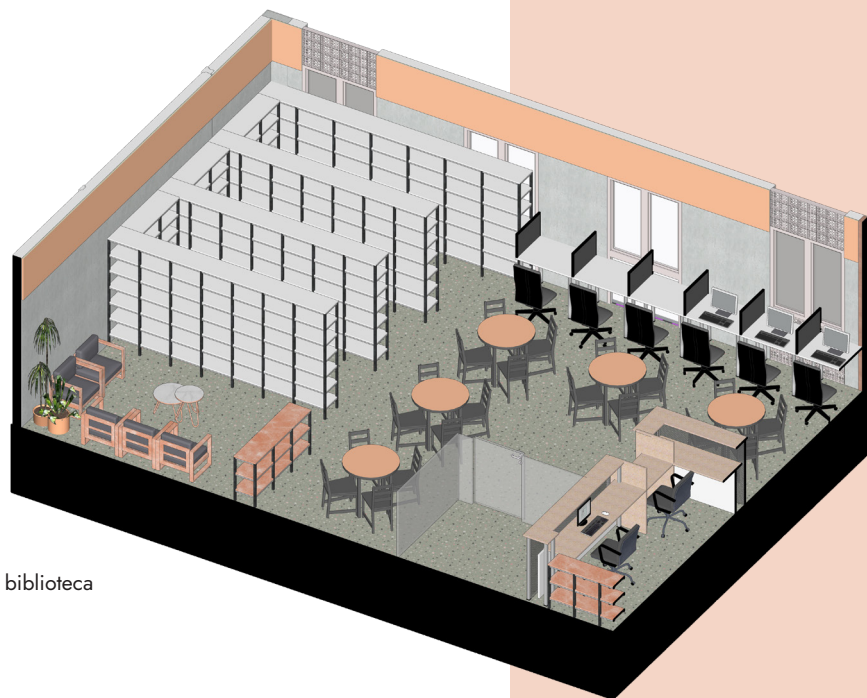




ateliê



espaço beleza



biblioteca



reforço

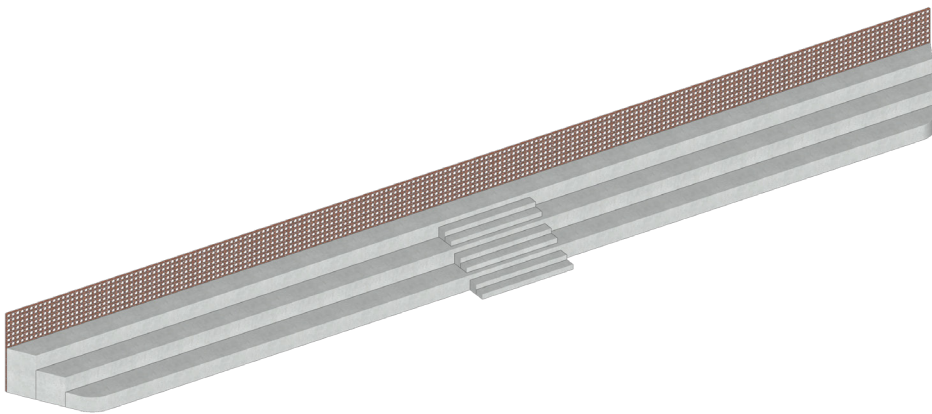
SETOR DE ESPORTES

As edificações destinadas ao setor de esportes, priorizou a implantação com proximidade ao campo, além de considerar as condicionantes físico climáticas do lote.

Os vestiários estão localizados ao Norte do terreno, recebendo maior insolação, e estando também mais próximo ao estacionamento daqueles que chegam para os jogos. A parede segunda pele garante a proteção solar e privacidade para a abertura de esquadrias.

Relativo as salas de artes marciais, apesar de ser incluída na setorização do âmbito esportivo, atende também a área educacional, mantendo proximidade com as demais salas, e locada na área de maior ventilação. Funciona ainda, como uma barreira acústica entre a via pedestrianizada e as salas de aula. Em relação a sala dos professores, funciona como apoio para todo o setor educacional.

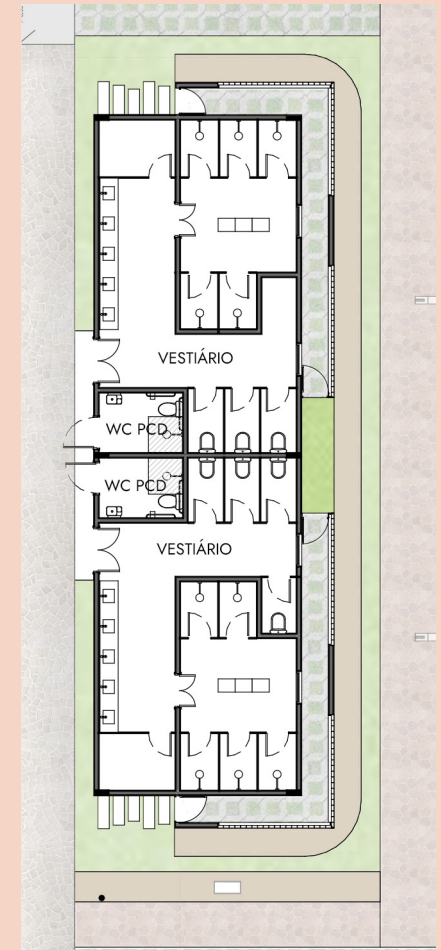
As arquibancadas, foram reformuladas para aumentar a capacidade de pessoas e gerar conexão visual com todo o projeto.



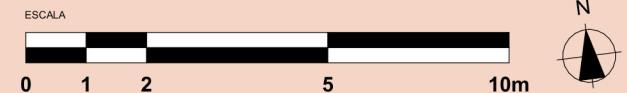
modelo de arquibancada



planta baixa - salas de esporte



planta baixa - vestiários



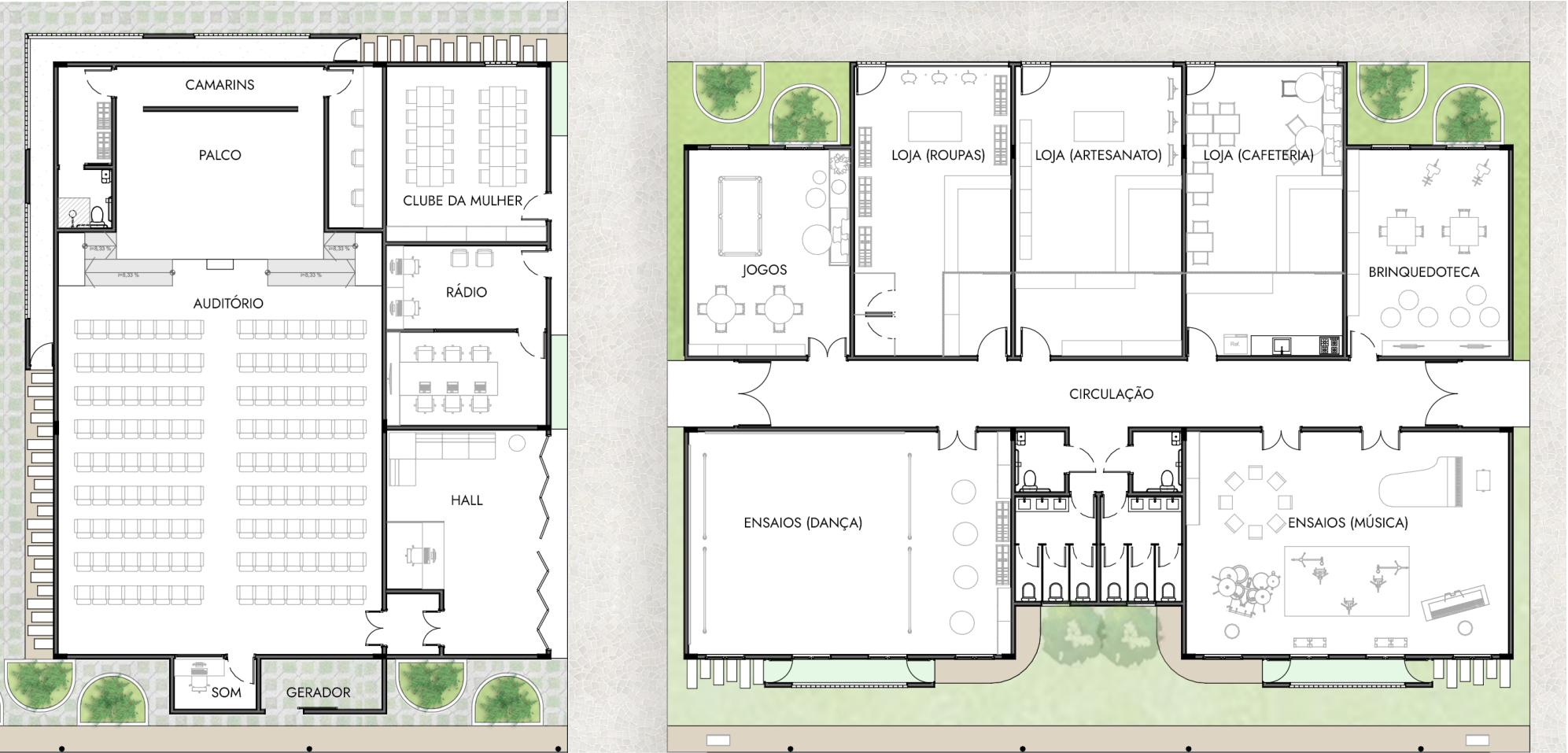
SETOR DE CULTURA E LAZER

Diferente da premissa de privacidade aplicada no setor educacional, os ambientes do setoer de cultura e lazer apresentam forte conexão com o exterior, entendendo as áreas apresentadas anteriormente como uma extensão deste bloco por todo o lote Exceto para o caso do auditório, devido aos requisitos funcionais acústicos destes ambientes. Este foi pensado como um espaço de apresentações culturais e local para assem-

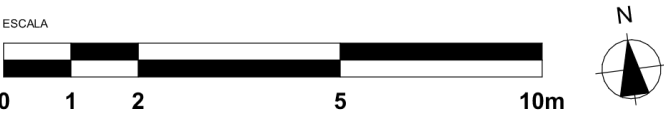
bléias da associação.

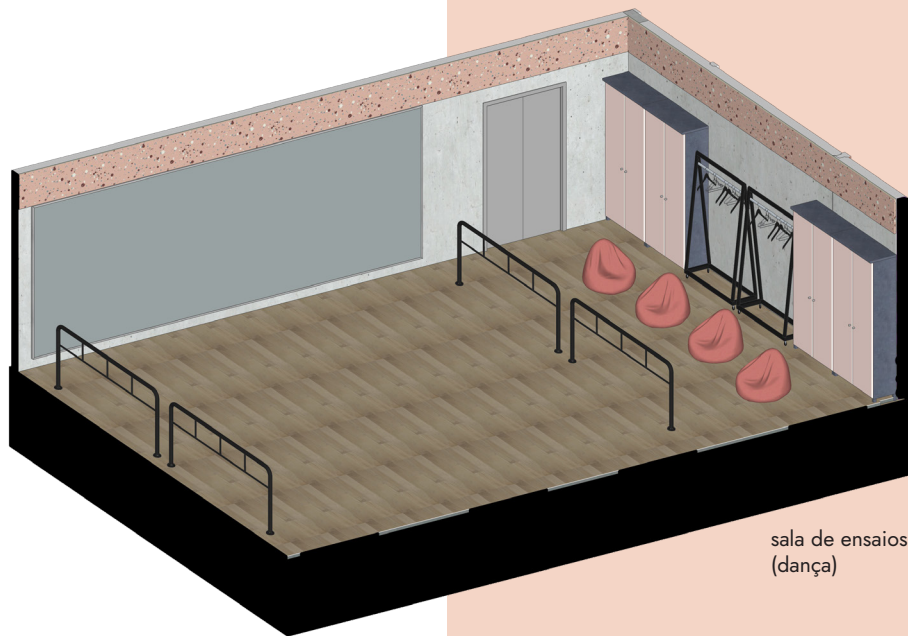
As salas de ensaios, atendem a necessidade dos grupos que usam o espaço atualmente, assim como serve para oferta de aulas, por isso são ambientes bastante espaçosos e com espaço de armazenamento de utensílios.

A sala de jogos retoma o espaço pré-existe e as sessões do grupo de futebol de botão que ocorriam no passado.



planta baixa - setor de cultura e lazer





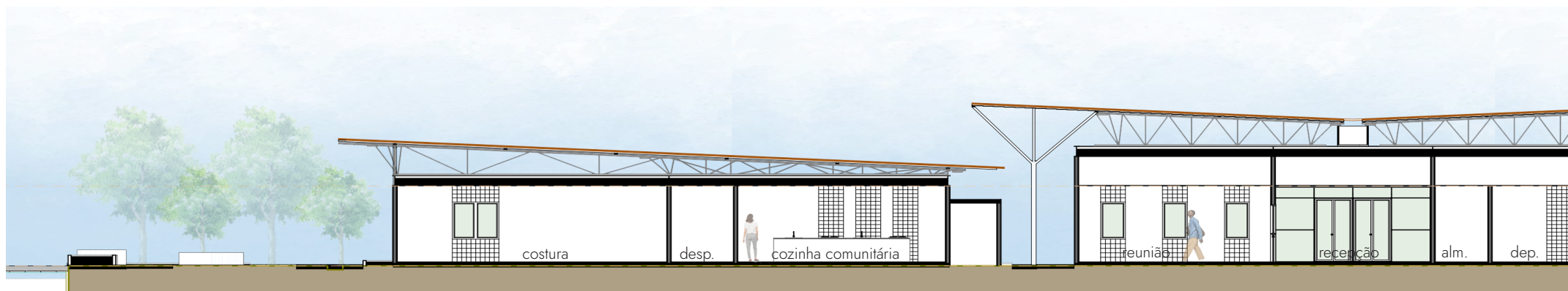
sala de ensaios
(dança)



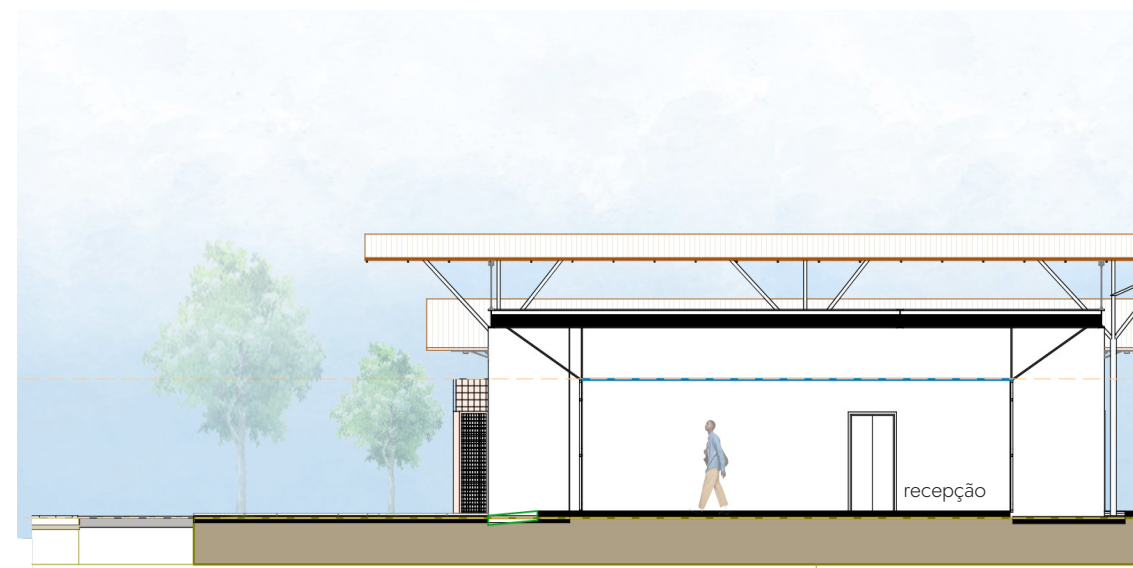
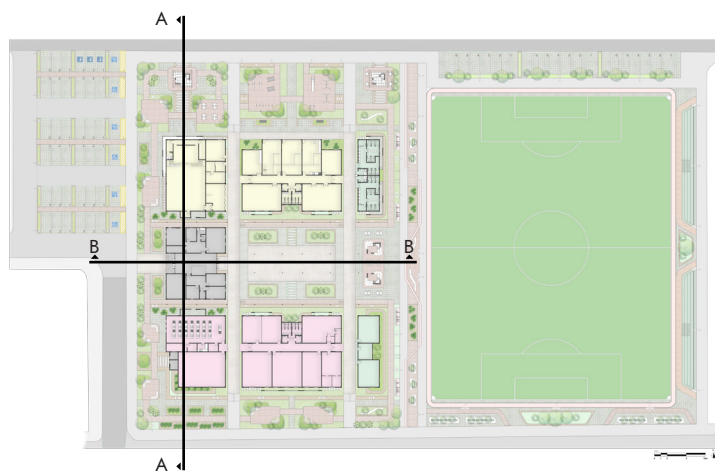
sala de ensaios
(música)



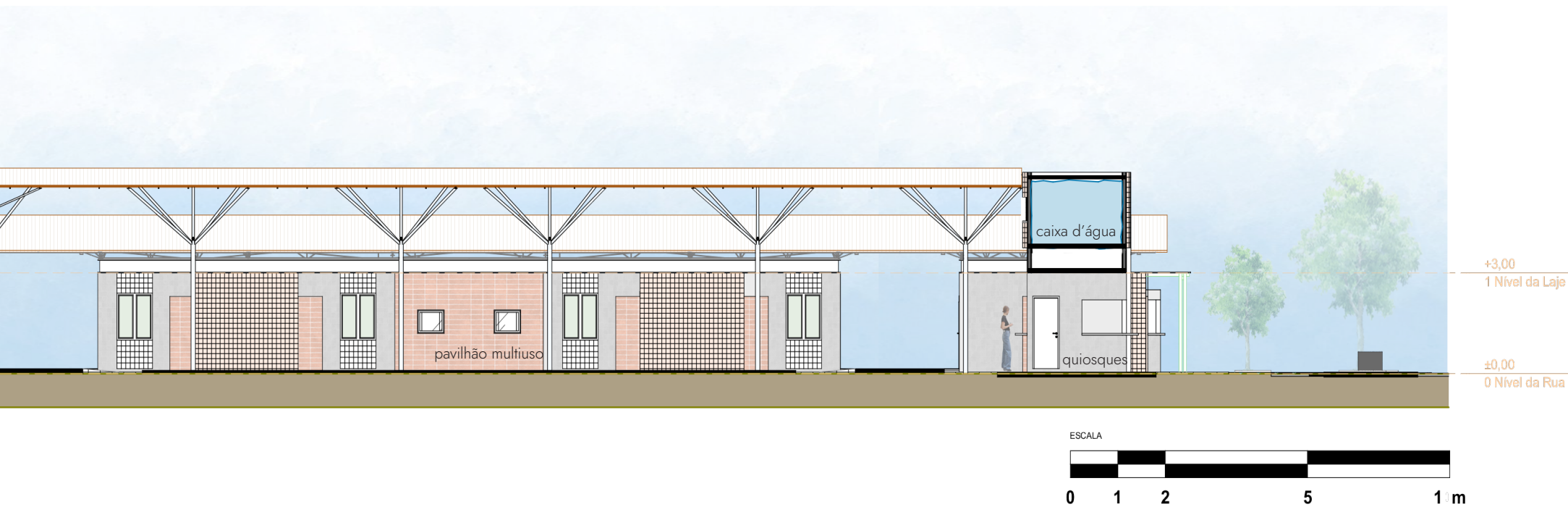
sala de jogos



corte aa



corte bb



fachadas



fachada oeste



fachada norte



fachada leste



fachada sul

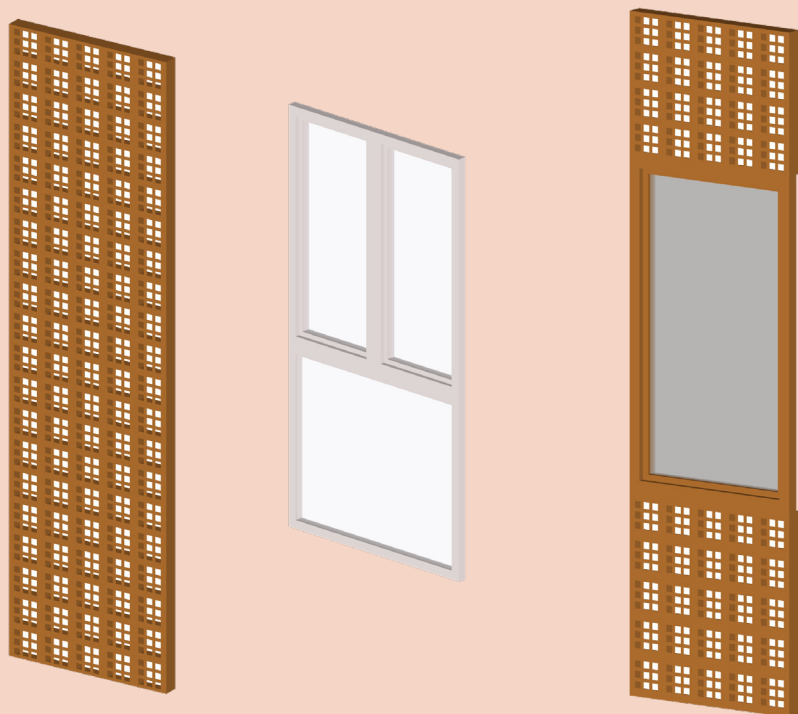
ESQUADRIAS

Além do jogo de reentrâncias e de alturas citado anteriormente, as esquadrias do projeto apresentam-se como um fator bastante marcante nas fachadas.

Pensando na conforto térmico e lumínico dos ambientes, foi adotada a utilização de esquadrias do piso ao teto, sejam elas toda em cobogó, ou com área em vidro para abertura do tipo maxim ar ou de correr.

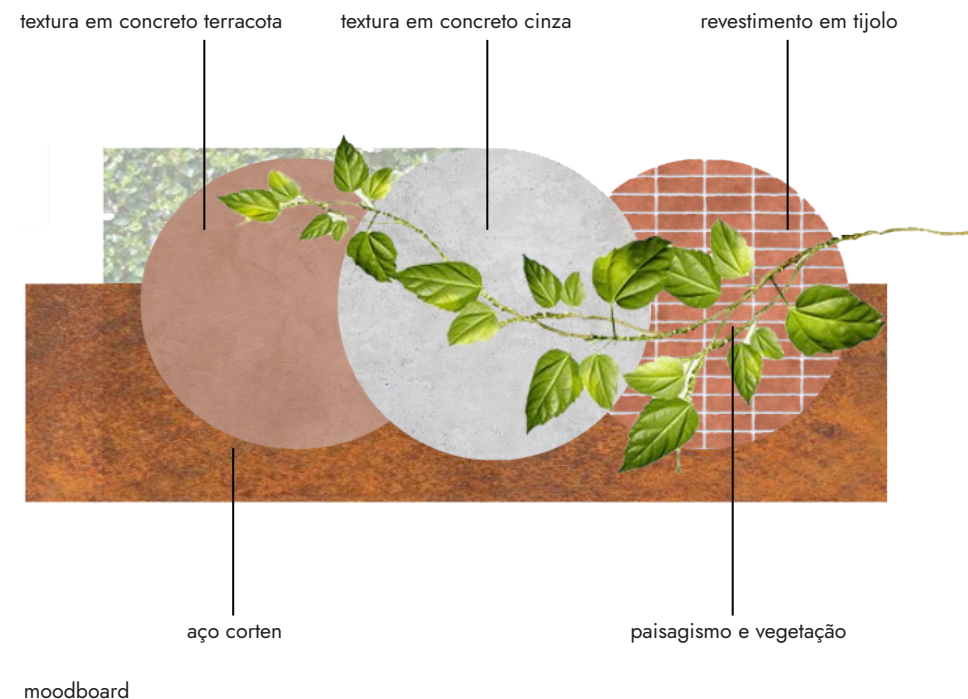
Suas cores variam conforme o material de fachada, sendo com pintura em azul corten ou pintura eletrostática cinza.

Os módulos mais baixos, foram utilizados em ambientes cuja segunda pele tem a função de ocultar as aberturas.



MATERIALIDADE

Toda a composição de materiais foi pensada entre os tons de cinza e terracota, com o uso de revestimentos de textura natural sobrepostos pelo verde do paisagismo exterior.



Esta variação de tons de materiais, também se seguiu nos materiais da paginação do piso dos empraçamentos no exterior, com o uso de pedra portuguesa em duas cores, além de blocos de concreto e cobograma na composição, garantindo a permeabilidade do solo.

O sistema construtivo adotado para este projeto é o de alvenaria convencional em blocos cerâmicos para vedação e estrutura em lajes, pilares e vigas. Cada bloco de ambientes foi considerado como uma estrutura independente, considerando como carga da laje apenas a cobertura.

RESERVATÓRIO DE ÁGUA

Utilizou-se como base para o dimensionamento a NBR 13.714/2000, que indica 50L por pessoa. Sendo a população estimada em 530 pessoas, o consumo por dia é de 26.500L, sendo necessário um reserva mínima de 2 dias, totalizando 53.000L.

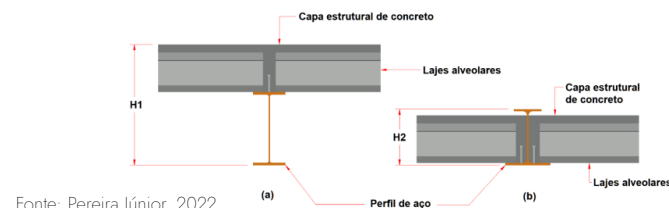
Para atender esta demanda, optou-se pela criação de um volume único que é distribuído para todos os outros, situado acima dos quiosques, com uma capacidade de 54.000L. Na área destinada ao reservatório inferior, está situado o sistema de captação de água da chuva e dois reservatórios retangulares platifibra com capacidade de 250L cada (0,92x0,74x0,62m). Totalizando portanto, uma capacidade de armazenamento de 54.500L de água.

PILARES

Em relação aos pilares da estrutura, foram adotadas duas soluções. Para sustentação nos blocos construídos em alvenaria, utilizou-se pilares em concreto, baseados nos gráficos de pré-dimensionamento de Yopanan Rebello (2000) para pilares de andar único. Foi considerado um pé direito de 3,00m nos setores cultural e educacional, e uma altura de 4,10m no edifício administrativo, resultando uma seção de 15x40cm. Para sustentação da cobertura no pavilhão multiuso, adotou-se a solução de pilares árvore, dimensionados com um diâmetro de 15cm conforme altura de pilares metálicos também sugeridas em Rebello (2000), e a inclinação dos ramos dentro da variável de 40° a 55° estipulada por Castro e Pravia (2013) para estabilidade.

SISTEMA LAJE + VIGA

Considerando a incidência de grandes vãos, para solução das lajes e vigas, foi adotado um sistema misto de vigas metálicas em perfil “I” e lajes alveolares de concreto que consiste no embutimento da laje no perfil de aço conforme figura abaixo.



Fonte: Pereira Júnior, 2022.

A interação entre estes componentes foi escolhida como uma alternativa que apresenta boa eficiência estrutural com maior grau de industrialização para acelerar o processo de construção da edificação, respeitando a intenção projetual de manter as esquadrias do piso ao teto.

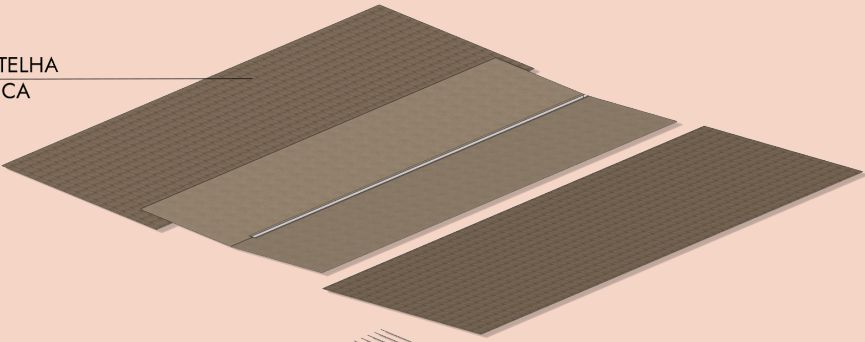
Devido ao maior vão a ser vencido apresentar 11,50m, foi adotada uma altura de 40cm para o perfil da viga, e uma laje alveolar convencional de 26cm para compor o sistema.

COBERTA

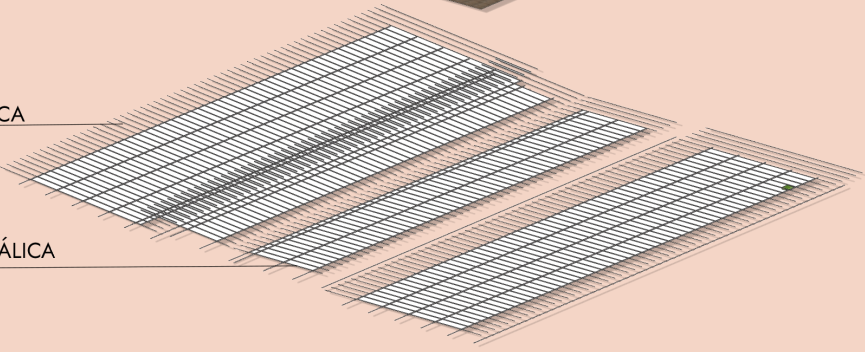
A cobertura invertida em telha termoacústica elevada em relação a laje, garante a estratégia de sombreamento e passagem de ar para resfriamento. Para potencializar isto ainda mais, a especificação utilizada é em telha termoacústica da marca Santo André, que permite uma inclinação de 5% e a inserção de apoios a cada 4 metros.

Dado isto, acima das vigas metálicas, foram utilizadas vigas treliçadas para o apoio das terças, e, acima delas, foram inseridas ripas a cada 1 metro, para junção entre telhas, com espessuras indicadas de 6mm para o vão que atendem. Na união entre a queda d'água da cobertura do meio, foi considerada uma calha metálica, apoiada na laje do setor administrativo e na parede da estrutura da caixa-água.

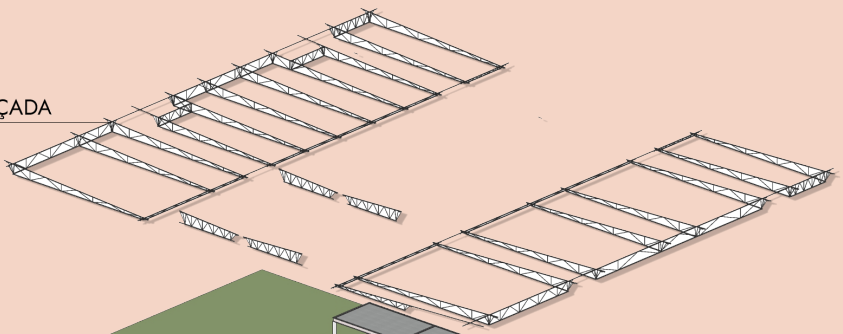
COBERTA EM TELHA
TERMOACÚSTICA



RIPA METÁLICA

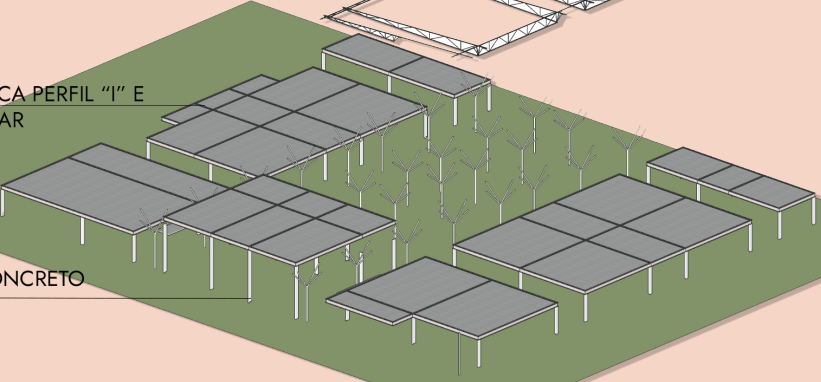


TERÇA METÁLICA



VIGA TRELIÇADA

VIGA METÁLICA PERFIL "I" E
LAJE ALVEOLAR



PILAR DE CONCRETO

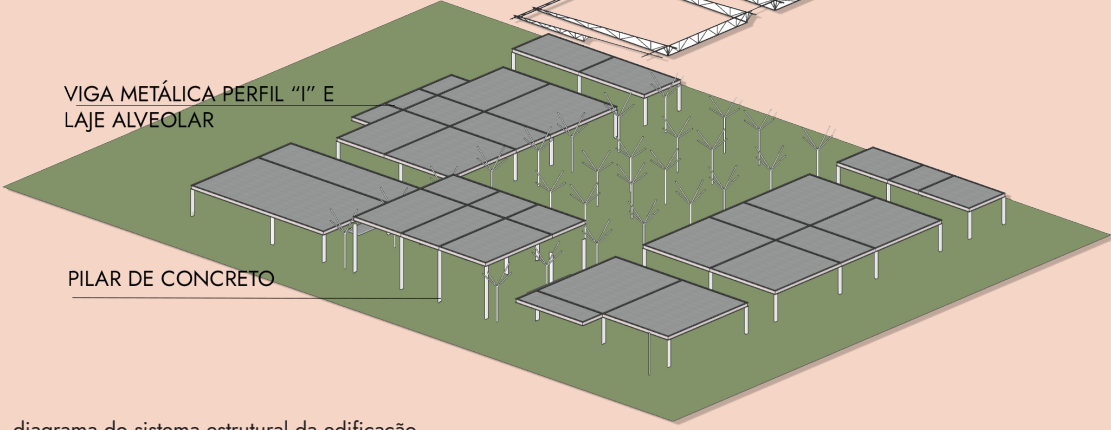


diagrama do sistema estrutural da edificação



ensaios propositivos



De acordo com Maricato (2019), o pensamento sobre arquitetura deve considerar para além de um ponto específico, no qual a arquitetura deve ter um compromisso com o espaço urbano. Ou seja, em um contexto de um edifício visto apenas na perspectiva de dentro de um lote, não é interessante abstrair toda a sua relação com o entorno.

Sob este ponto de vista, associado as características abordadas anteriormente para construção das diretrizes projetos, foram elaborados ensaios propositivos de intervenções urbanísticas que garantem uma maior qualidade do conjunto urbano que o Centro Comunitário está inserido.

Estas intervenções consistem em uma busca pela humanização de áreas que carecem de infraestrutura ou de reparações, com colagens de ideias em sua maior parte a serem executadas pelo próprios moradores. Com isso, é possível gerar o sentimento de pertencimento do usuários, integrar o projeto ao seu contexto urbano, além de transformar as ruas em ambientes voltados a caminhabilidade em primeiro plano.



ENSAIO 1: R. PROF. MIGUEL LIMA
- INTEGRAÇÃO DO LOTE COM A
ACADEMIA DE SAÚDE



ENSAIO 2: R. PROFA. NOÊMIA
RIBEIRO - INTEGRAÇÃO DO LOTE
COM A PRAÇA



ENSAIO 3: R. PROFA. NOÊMIA
RIBEIRO - INTEGRAÇÃO DO LOTE
COM ÁREA VAZIA



ENSAIO 4: R. GEORGE CUNHA
- PONTO DE PERSPECTIVA DE
CHEGADA NO LOTE



ENSAIO 4: R. FRANCISCA
NUNES DA SILVA - TRANSFORMA-
ÇÃO EM RUA COMPLETA





ENSAIO 1: R. PROF. MIGUEL LIMA - INTEGRAÇÃO DO LOTE COM A ACADEMIA DE SAÚDE



ENSAIO 2: R. PROFA. NOÊMIA RIBEIRO - INTEGRAÇÃO DO LOTE COM A PRAÇA

ENSAIO 3: R. PROFA. NOÊMIA RIBEIRO - INTEGRAÇÃO DO LOTE COM ÁREA VAZIA





ENSAIO 4: R. GEORGE CUNHA - PONTO DE PERSPECTIVA DE CHEGADA NO LOTE

ENSAIO 4: R. FRANCISCA NUNES DA SILVA - TRANSFORMAÇÃO EM RUA COMPLETA





















































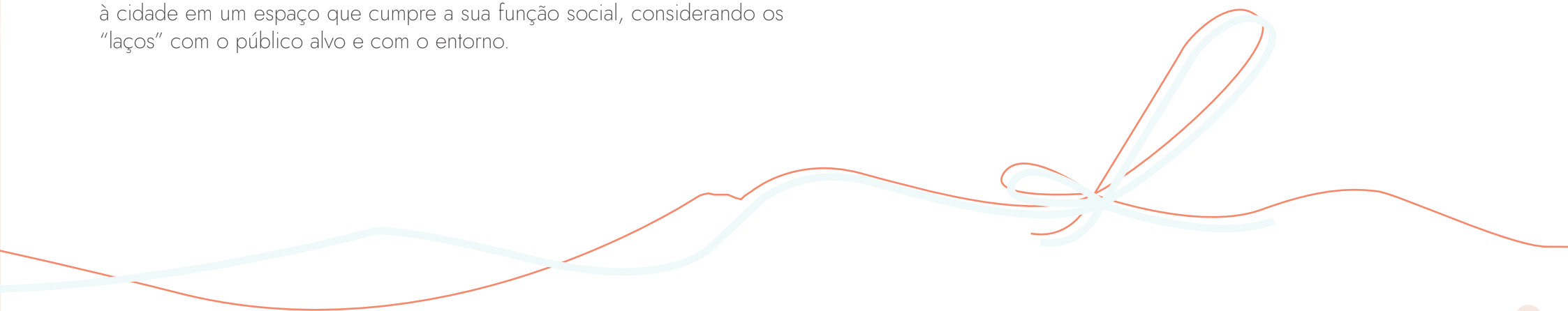
O desenvolvimento deste trabalho é fruto de uma observação bastante anterior ao início dele. De fato, retrata um processo de esvaziamento e subutilização de uma região de grande potencial e valor histórico para os habitantes de seu território.

Neste caso, desde a discussão inicial acerca da função social da arquitetura, as ações projetuais propostas demonstram-se como um caminho para alcançar uma nova realidade, que retoma valores do passado e impulsiona as potencialidades atuais.

Em relação ao passado, é bastante claro as consequências da falta de um bom planejamento urbano nas condições estudadas. Ainda assim, percebe-se um avanço exponencial no seu desenvolvimento nos últimos anos. Sendo este projeto, portanto, uma ferramenta que pode auxiliar no crescimento socioespacial.

Ao passo que propõe a oferta nos âmbitos educacionais, culturais e de esporte em um edifício que recorre a complexidades arquitetônicas; modifica o espaço urbano com ações simples e facilmente executáveis a partir dos ensaios, comprovando a ideia apresentada de que o indivíduo necessita se sentir pertencente ao espaço urbano, e que cada edificação deve ser pensada junto ao seu contexto.

Por fim, o resultado final representa uma busca em garantir o Direito à cidade em um espaço que cumpre a sua função social, considerando os “laços” com o público alvo e com o entorno.



AMANAJÁS, R.; KLUG, L. Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana. In: **IPEA. A nova agenda urbana e o Brasil : insumos para sua construção e desafios a sua implementação** / organizadores: Marco Aurélio Costa, Marcos Thadeu Queiroz Magalhães, Cesar Buno Favaro. — Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/180529_a_nova_agenda_urbana_e_o_brasil.pdf> Acesso: Outubro, 2023.

ARTIGAS, J. B. V. **Caminhos da arquitetura**. São Paulo: Cosac e Naify, 2004.

ARRUDA, D. M. **Projeto e Imagem como Política Urbana: sobre a produção contemporânea da arquitetura institucional pública em Fortaleza-CE**. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design, Fortaleza, 2018.

BARBOSA, P. E. C. Um Recife que devora pelas bordas: decifrando conflitos e disputas em Entra Apulso. In: **XVIII ENANPUR**, 2019, Natal. Anais XVIII ENANPUR, 2019, 2019.

BARBOZA, A. G. **Produção do espaço e transformações urbanas no litoral sul de João Pessoa-PB**. 2005. 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

BARROS, E. S. **A contribuição do planejamento municipais efetivação dos princípios gerais da atividade econômica**. Dissertação (Mestrado em Direito) 130 f. Universidade de Marília, Marília, 2007.

BORJA, J. **Espaço público, condição da cidade democrática. A criação de um lugar de intercâmbio**. Arquitectos, revista digital Vitruvius, 072.03, ano 06, maio 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/06.072/353>>. Acesso em: Outubro de 2023.

BONATES, M. F. **Ideologia da casa própria... sem casa própria: o Programa de Arrendamento Residencial na cidade de João Pessoa-PB**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

BONDUKI, N. **Origens da Habitação Social no Brasil**. Análise Social, São Paulo, v. 127, 3. ed., 2004, 711-735.

BONFIM, C. J.; SARAIBA, M. E.; CURTO, M. J. et al. Direção-Geral da Acção Social, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação. **Centro Comunitário**. Lisboa, Setembro de 2000.

BOTEGA, L. R. **De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil**. Revista Espaço Plural. Ano VIII nº 17, p. 65 -72 2º semestre 2007.

BURGOS, R. **Espaços públicos e o direito à cidade: contribuições teórico-conceituais a partir de estudos sobre o uso de parques urbanos em contextos de segregação espacial nas cidades de São Paulo e Sorocaba**. São Paulo: Revista Cidades, v. 12, n. 20, 2015.

BRASIL. **Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso: Fev. 2020.

CAFRUNE, M. E. **O direito à cidade no Brasil: construção teórica, reivindicação e exercício de direitos**. Bauru: Ridh, v. 4, n. 1, p.185-206, jan./jun., 2016.

CAVALCANTI, J. B. **A Política Habitacional do BNH no Brasil pós-64 e seus reflexos na Expansão Urbana de João Pessoa**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

CARIELLO FILHO, O. **As políticas federais de habitação no Brasil (1964 a 2002) e a reprodução das carências e da escassez da moradia dos trabalhadores**. 2011. 215f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

FERREIRA, J. S. W. (Cord.). **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos.** São Paulo: LABHAB ; FUPAM, 2012.

FIGUEIREDO, L. R. S. **Centro Comunitário para o Bairro Alto do Mateus, João Pessoa – PB.** TFG II (Trabalho Final de Graduação II) – Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2019.

FONTES, A. C. P. B. R. (2020). **As pequenas escalas da rua: morfologia, apropriação e significados do beco em Lisboa** [Tese de doutoramento, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/23021>

GATTI, S. Espaços públicos. **Diagnóstico e metodologia de projeto.** São Paulo, ABCP, 2013.

GEHL, J. **Cidades para pessoas.** São Paulo: Perspectiva, 2013.

GREMAUD, A. P. et al. **Economia Brasileira Contemporânea.** 4 Brasileira Contemporânea a edição. São Paulo: Atlas, 1996. p.212.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, D. **O direito à cidade.** Jul. 2013. Disponível em: <<http://revista-piaui.estadao.com.br/edicao-82/tribuna-livre-da-luta-de-classes/o-direito-a-cidade>>. Acesso em: Outubro de 2023.

JACOBS, J. **The death and life of great American cities.** New York: Vintage Books, 1992.

LAVIERI, J. R.; LAVIERI, M. B. **Evolução da Estrutura Urbana Recente de João Pessoa (1960 - 1986).** Textos UFPB - NDHIR, nº 29, Julho 1992.

LAVIERI, B.; LAVIERI, J. R. “Evolução Urbana de João Pessoa pós-60”. In: **A**

Questão urbana na Paraíba. João Pessoa: UFPB/NDIHR, 1999

LEITE, A. P. de A. **A produção de habitações populares no espaço periurbano da cidade de João Pessoa-PB (2006-2011): O Conjunto Habitacional Gervásio.** 2011. 154 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB, 2011.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LYRA, M. F.; HOLANDA, M. R. A. **A importância do espaço público como área de convivência social: estudo preliminar de requalificação urbana da Praça Lions, Maceió-AL.** Alagoas: Cadernos de Graduação Ciências Humanas e Sociais, v. 6, n. 1, p. 123-134, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/7921/3966>>. Acesso em: Outubro de 2023.

MARICATO, E. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, E. (Org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

MARICATO, E. **Os mutirões de São Paulo e reforma urbana** - Entrevista. Revista Proposta FASE, ano XII, n. 35, 1987, pág. 31 a 46.

MENDONÇA, L. **A política habitacional a partir de 1964.** Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, 1980, 141-161. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/view/59990>>.

MORAES, F. A.; GOUDARD, B. e OLIVEIRA, R. (2008). **Reflexões sobre a cidade, seus equipamentos urbanos e a influência destes na qualidade de vida da população.** Revista Internacional Interdisciplinar INTHERthesis, v. 5, n. 2. Doutorado interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC.

NASCIMENTO, J. A.; MENDONÇA, R. C. A relação entre a apropriação do espaço e o conforto térmico urbano: estudo de caso da Praça Engenheiro Sólon de Lucena. In: **Arquitetura e cidades: privilégios, conflitos e pos-**

sibilidades, v. 3, 2019, Curitiba, Anais do 9º Projetar. Disponível em: <<http://projedata.grupoprojetar.ct.ufrn.br/dspace/handle/123456789/1281>>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

NASCIMENTO, R. N. S. **Anteprojeto do centro comunitário Presidente Ernesto Geisel**. Monografia (Curso de Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ. João Pessoa, PB, 2018.

NARCISO, C. A. F. **Espaço público: ação política e práticas de apropriação. Conceito e procedências**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, n. 2, v. 9, set. 2009. Versão on-line ISSN 1808-4281, disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812009000200002>. Acesso em: Outubro de 2023.

NETTO, V. M. **O efeito da arquitetura: Impactos sociais, econômicos e ambientais de diferentes configurações de quarteirão**. Arquitectos, São Paulo, ano 07, n. 079.07, Vitruvius, dez. 2006. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/07.079/290>>. Acesso em: Outubro de 2023.

NEVES, F. H. **Planejamento de equipamentos urbanos comunitários de educação: algumas reflexões**. Cad. Metrop., São Paulo, 2015.

NEGRÃO, A. G.; SILVEIRA, J. A. R. Conjuntos habitacionais populares e periferização: a produção e apropriação do setor sudeste de João Pessoa/Paraíba. In: SILVA, M. D.; SILVEIRA, J. A. R. **Lugares e suas interfaces intraurbanas: transformações urbanas e periferizações**. João Pessoa: UFPB, 2016.

OLÍMPIO, M. M. Lazer e regime militar: um estudo sobre os centros sociais urbanos de Fortaleza (1969-1984). In: **30º Simpósio Nacional de História, Recife-PE**, 2019. Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565303372_ARQUIVO_LazereRegimeMilitar.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

OLIVEIRA, L. Y. Q.; BORGES, P. P. **O direito à cidade e o desenvolvimen-**

to local como base para a humanização do espaço urbano. INTERAÇÕES, Campo Grande - MS, v. 19, n. 4, out. 2018, p. 739-755.

PACHECO, P. **Espaços Públicos: 10 princípios para conectar as pessoas e a rua**. 21 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/873962/espacos-publicos-10-principios-para-conectar-as-pessoas-e-a-rua>>. Acesso em: Outubro de 2023.

PEREIRA JÚNIOR, S. E. **Capacidade resistente de vigas mistas parcialmente revestidas formadas por perfil celular e laje alveolar em piso de pequena altura**. Tese (Doutorado em Engenharia Civil). 236f. São Carlos-SP: Universidade Federal de São Carlos, 2022.

RODRIGUES, J. M. **Uso e ocupação do solo em João Pessoa/PB: O caso do Bairro Ernesto Geisel**. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. João Pessoa-PB: UFPB, 2013.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTUCCI, J. **As relações entre espaço público e privado**. Conselho em revista. Porto Alegre: n. 42, p.13-16, fev. 2008.

SCHÄFER, K. L. **Forma urbana e equipamentos comunitários como referenciais na elaboração de projetos urbanísticos: o caso de navegantes** – sc. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina- Florianópolis, SC, 2012.

SAULE, N. J.; CARDOSO, P. M.; GIOVANNETTI, J. C. **Relatório da Missão da Relatoria Nacional pelo Direito Humano à Moradia e à Terra Urbana a João Pessoa/PB** - maio de 2004. São Paulo: Instituto Pólis, 2005. 44 p.

SILVA, A. W. F. **Transformações urbanísticas em um bairro planejado: o caso do projeto habitacional Mangabeira em João Pessoa-PB**. 2005. 111 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2005.

SILVA, L. P. **Proposta de Anteprojeto para o Mercado Público do Geisel**. TFG II (Trabalho Final de Graduação II) — Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2010.

SILVA, N. L. Coalizões de crescimento na produção do espaço urbano: o caso do Mangabeira Shopping e do Trevo das Mangabeiras em João Pessoa/PB. In: **XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, v. 1, 2019, Espírito Santo, Anais do XVI SIMPURB.

SILVA, R. G. N.; SÁ, N. L. A. R. Periferia é cidade: análise da dinâmica urbana de João Pessoa a partir da observação do conjunto Ernesto Geisel. In: CAVALCANTI, A. F. A.; MÉRO, I. A.; DIMENSTEIN, M. **Diálogos científicos em arquitetura e urbanismo: produções acadêmicas 2022**. 1. 1 ed. Cabelo: Editora UNIESP, 2022.

SILVEIRA, J. A. R.; SILVA, M. D.; CASTRO, A. A. B. C. (Org.). **Dinâmica da Cidade e Bordas Urbana**. João Pessoa: Editora UFPB; Editora Paraíba, 2016.

SOARES, P. P. **Arquitetura como projeto social: os casos dos Centros de Educação Unificada (CEUs) em São Paulo, Brasil e dos Parques Bibliotecas em Medellín, Colômbia**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). 219f. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013.

SOARES, A.; MAIA, A.; ROSSI, P. **O papel social da arquitetura. Entrevista com Ermínia Maricato**. Entrevista, São Paulo, ano 20, n. 078.01, Vitruvius, 2019. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/20.078/7351>>. Acesso em: 1 de maio de 2023.

SOUZA, C. L. **Análise de vazios urbanos no centro da cidade de Ituiutaba/MG**. 2019. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019

TAVOLARI, B. **Direito à Cidade: Uma trajetória conceitual**, 2016. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Direito_a_cidade_uma_trajetoria_conceitu.pdf> Acesso: Outubro, 2023.

TORRES, T. M. **A arquitetura social na periferia: anteprojeto de centro comunitário educacional de arte e cultura seridoense**. Monografia em Arquitetura e Urbanismo. 148f. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal-RN, 2020.

WHYTE, W. F. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

VALE, J. M. R. **Centro Comunitário e de Assistência Social**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Gama-DF: Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos (UNICEPLAC), 2021.

VILLAÇA, F. J. M. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute, 2001.

uma breve carta final

Primeiro, obrigada a você, leitor, que por algum motivo se interessou pelo meu trabalho e chegou até aqui. Espero que esta leitura de alguma forma tenha acrescentado na sua vida.

Agora, não poderia deixar de agradecer a todos que contribuíram nesta jornada.

Em especial a professora Amélia, por embarcar nessa comigo, e com as ricas orientações tornar esta trajetória tão prazerosa. Agradeço também a professora Isabel Medero, que me acompanha e me mostra novos olhares para arquitetura desde a primeira disciplina de projeto. Esta banca não poderia ser mais especial, por isso muito obrigada a Paula Dieb, por trazer ricas contribuições e enxergar perfeitamente os mínimos detalhes deste trabalho.

Não poderia esquecer dos professores Felipe Tavares e Ana Negrão, pelas oportunidades de monitoria e iniciação científica que tanto expandiram meus conhecimentos para além da sala de aula. Meu muito obrigada a todo o corpo docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPB, que de alguma forma contribuiu na profissional que serei.

Esta formação não seria a mesma sem todos da equipe do escritório Nogueira Arquitetos, na qual sou tão grata pelos ensinamentos diários e paciência nestes anos de estágio.

A cada amigo que ganhei nessa trajetória em tantos momentos diferentes do curso, especialmente a Giulia, Nivea, e Gabriel, por permanecerem segurando minha mão até os últimos momentos. E também aos amigos de fora, pela compreensão nos surtos de estresse.

Por último, mas não menos importante, à minha família, a verdadeira inspiração deste trabalho. E a Armando, meu parceiro de vida que tanto me apoia diariamente.

Também sou muito grata a arquitetura, por tanto moldar quem eu sou e me fazer acreditar no seu potencial transformador.

